



FONPLATA

O desenvolvimento mais perto das pessoas

*Relatório e
Demonstrações
Financeiras*
2016



FONPLATA

O desenvolvimento mais perto das pessoas





AUTORIDADES DE FONPLATA À 31/12/2016	6
PALAVRAS DO PRESIDENTE-EXECUTIVO	8
1. CONTEXTO ECONÔMICO E SOCIAL	10
2. OPERAÇÕES POR PAÍSES	16
Argentina	18
Bolívia	20
Brasil	22
Paraguai	24
Uruguai	26
3. RESULTADOS DA GESTÃO NO EXERCÍCIO DE 2016	28
3.1 Resumo executivo	30
3.2 Fontes dos recursos de financiamento	32
3.3 Receita e rentabilidade	34
3.4 Coerência com os objetivos estratégicos estabelecidos	41
3.5 Eficiência operacional	44
3.6 Solidez do perfil financeiro e patrimonial	46
3.7 Financiamento e liquidez	48
3.8 Endividamento e alavancagem	48
3.9 Liquidez	48
3.10 Eficácia institucional	50
3.11 Contribuição para o crescimento equitativo da sub-região	50
4. ANEXOS	52
ANEXO 1:	54
Informações históricas das operações aprovadas	
ANEXO 2:	70
Decisões estratégicas tomadas em 2016	
ANEXO 3:	74
Relatório da Auditoria Externa das Demonstrações Financeiras do Exercício 2016	
ANEXO 4:	140
Atividades de Relacionamento e Responsabilidade Social Corporativa em 2016	



Governadores



ARGENTINA

Alfonso Prat-Gay
GOVERNADOR TITULAR
Federico Sturzenegger
GOVERNADOR ALTERNO



BOLÍVIA

René Orellana Halkyer
GOVERNADOR TITULAR
Luis Alberto Arce Catacora
GOVERNADOR ALTERNO



BRASIL

Dyogo Oliveira
GOVERNADOR TITULAR
Jorge Saba Arbache Filho
GOVERNADOR ALTERNO



PARAGUAI

Santiago Peña Palacios
GOVERNADOR TITULAR - PRESIDENTE
Lea Raquel Giménez Duarte
GOVERNADORA ALTERNA



URUGUAI

Danilo Astori
GOVERNADOR TITULAR
Pablo Ferreri
GOVERNADOR ALTERNO

Diretores



ARGENTINA

Gerónimo Frigerio
DIRETOR-EXECUTIVO TITULAR
Félix Martín Soto
DIRETOR-EXECUTIVO ALTERNO



BOLÍVIA

Harley Jesús Rodríguez Téllez
DIRETOR-EXECUTIVO TITULAR
Sergio Armando Cuscanqui Loayza
DIRETOR-EXECUTIVO ALTERNO



BRASIL

Carlos Eduardo Lampert Costa
DIRETOR-EXECUTIVO TITULAR
Rafael Ranieri
DIRETOR-EXECUTIVO ALTERNO



PARAGUAI

Oscar A. Pérez López
DIRETOR-EXECUTIVO TITULAR - PRESIDENTE
Francisco Ogura
DIRETOR-EXECUTIVO ALTERNO



URUGUAI

Fernando Luis Scelza Martínez
DIRETOR-EXECUTIVO TITULAR
Mariella Maglia Mazzilli
DIRETORA-EXECUTIVA ALTERNA





Palavras do Presidente- Executivo

No ano de 2016, com a aprovação da 2ª fase do aumento de capital e a obtenção de uma nota de risco de crédito de grau de investimento (A- pela Standard & Poor's e A2 pela Moody's), começa uma nova etapa a partir da qual o FONPLATA, gradativamente, aumentará seus financiamentos para além do capital próprio, captando fundos de terceiros contra a garantia do capital a realizar prometido pelos países-membros.

Dessa forma, o FONPLATA consolida sua transformação em um Banco de Desenvolvimento para os países da Bacia do Prata, potencializando seu financiamento para a integração regional e para o desenvolvimento equitativo de projetos nas áreas transfronteiriças da sub-região, conforme estabelecido no Programa Estratégico Institucional 2013 - 2022.

Em janeiro de 2016 foi aprovada essa 2ª fase do aumento de capital em US\$ 1,375 bilhão, composto por US\$ 550 milhões e US\$ 825 milhões de capital a pagar em dinheiro e em capital a realizar, respectivamente. Conforme previsto, espera-se que o total do capital a realizar seja subscrito em 2017, bem como que o capital a pagar em dinheiro seja subscrito e integralizado de forma gradativa e crescente no período 2018 - 2024. Em dezembro de 2016, dois países-membros anteciparam a subscrição da totalidade do capital e a promessa do capital a realizar.

Com esse aumento de capital, o capital autorizado passa de US\$ 1,639 bilhão em 2015 para US\$ 3,014 bilhões, compostos por US\$ 1,349 bilhão em dinheiro, e US\$ 1,665 bilhão em capital a realizar. Essa proporção entre o capital em dinheiro e o capital a realizar a ser atingida em 2024 cumpre a condição estabelecida pelas políticas de manter um capital em dinheiro não inferior a 45% do total subscrito.

Esse aumento de capital possibilita cumprir um dos objetivos do Plano Estratégico Institucional aprovado em 2013, i.e., aumentar o montante de aprovações anuais de US\$ 250 milhões para uma média anual de US\$ 340 milhões até 2020.

As notas de risco de crédito obtidas validam, nos âmbitos internacional e independente, a confiança e o compromisso de apoio dos países-membros, bem como a solidez patrimonial e financeira, e a consolidação e solidez do novo modelo de gestão institucional.

Tudo isso posiciona o FONPLATA em um patamar comparável com o de outras instituições supranacionais da região, situação que deverá consolidar-se com um acesso regular e diversificado ao endividamento de longo prazo em condições financeiras convenientes, estáveis e competitivas para os mutuários, que permita continuar a cumprir as metas de crescimento estabelecidas no Plano de Negócios.

Os avanços na consolidação do novo modelo de gestão institucional demandam a atualização do Plano Estratégico Institucional com base nas metas já atingidas. Esse exercício de atualização será feito levando em conta o contexto econômico e social da região e do mundo, com tendências que se espera que permaneçam no médio e longo prazo.

A esse respeito, e considerando que nossa área de atuação abrange países de renda média, nossa ação estratégica deverá focar-se em projetos que cuidem das necessidades dos setores mais vulneráveis da população dos países-membros do FONPLATA.

Esse contexto reafirma a vigência e a projeção futura do FONPLATA como instituição financeira supranacional, focada no financiamento da infraestrutura para a integração nas áreas menos favorecidas da sub-região.

A promoção do desenvolvimento econômico dentro do contexto socioambiental por meio de financiamentos voltados para a redução das brechas de infraestrutura, nos quais seja levado em conta o impacto crescente dos efeitos da mudança do clima entre os mais vulneráveis, contribuirá para criar um novo ciclo de prosperidade e de apoio à integração regional de forma sustentável e inclusiva.

Perante esses desafios, os espaços e demandas existentes justificam e validam um FONPLATA especializado na integração e no desenvolvimento transfronteiriço regional. A esse respeito, as prioridades para 2017 incluem:

- Ampliar e diversificar o acesso a fontes de financiamento em condições favoráveis e de longo prazo;
- Aumentar as aprovações anuais de empréstimos conforme previsto na 2ª fase do aumento de capital, aprovada pela Assembleia de Governadores;
- Aprofundar a complementaridade com outros bancos e agências de desenvolvimento, concretizando alianças estratégicas de financiamento;
- Manter a eficiência e os baixos custos transacionais atingidos com a estratégia institucional vigente;
- Obter a ratificação plena do aumento pelos países-membros; e,
- Atualizar o Plano Estratégico Institucional com vistas a consolidar o FONPLATA em seu novo perfil de banco de desenvolvimento.



Juan E. Notaro Fraga
Presidente-Executivo - FONPLATA



Nos dois últimos anos, as economias emergentes e em desenvolvimento têm operado em condições externas difíceis, caracterizadas pela estagnação geral da demanda das economias avançadas e uma significativa queda nos preços das matérias-primas, que começaram a se recuperar a partir do primeiro trimestre de 2016 (embora em nível inferior aos máximos anteriores).

Por outro lado, as condições financeiras sofreram surtos de instabilidade nos mercados de capital. A desaceleração da economia da China e a queda generalizada nos preços das matérias-primas foram os principais determinantes no desempenho das economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento.

A partir do segundo semestre de 2016, a economia global recuperou dinamismo, tendência que, previsivelmente, continuará. Organismos internacionais preveem que o crescimento mundial aumente de 3,1%, previsto para 2016, para 3,5% em 2017, como resultado do aumento da demanda no âmbito mundial, especialmente na de investimentos, que se estendeu a melhorias nas manufacturas e à importante recuperação do comércio internacional, especialmente visível no aumento das exportações, que mantinham uma tendência fraca em 2015 e no início de 2016.

Os preços das matérias-primas continuaram a se recuperar. O preço do petróleo aumentou mais de 20% desde agosto de 2016, em parte por causa da redução na produção acordada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). No caso das matérias-primas não combustíveis, os preços dos metais aumentaram 23,6%, e os das matérias-primas, 4,3%.

A força da China no setor da construção e a possibilidade de um estímulo fiscal nos Estados Unidos aumentaram as perspectivas de demanda e dos preços dos metais em 24%. A moderação nas condições de excesso de oferta de alimentos contribuiu para a recuperação dos preços, embora mais modesta (5%). No entanto, não há efeitos visíveis no índice de preços ao consumidor nas economias avançadas nem nas economias emergentes e em desenvolvimento.

Por outro lado, a normalização da política monetária dos Estados Unidos fez que as taxas de juros nominais e reais de longo prazo aumentassem substancialmente no segundo semestre de 2016, especialmente a partir da mudança de governo nos Estados Unidos. O rendimento nominal dos bônus do Tesouro dos EUA a 10 anos aumentou, bem como as taxas para prazos maiores, porém diferenciadamente, o que acabou fortalecendo o dólar em termos reais e enfraquecendo o euro e o iene.

O maior dinamismo nos EUA, a expansão da demanda externa e os preços das matérias-primas potencializaram as perspectivas de crescimento das economias emergentes e exportadoras de matérias-primas. Os riscos de deflação permanecem na Zona Euro e no Japão. Apesar desses impulsos, o crescimento dos países avançados é modesto e inferior ao das economias emergentes e em desenvolvimento em conjunto por causa de uma lenta evolução da produtividade, de poucos investimentos e de uma deflação básica persistentemente baixa.

As taxas de crescimento em médio prazo das economias precisarão, em grande medida, de uma reversão na redução do ritmo da produtividade total dos fatores (PTF). A persistente redução do crescimento na PTF nos últimos anos, produto da lentidão na recuperação da crise financeira internacional, restringiu os investimentos em bens de capital e em ativos intangíveis, obstaculizando o avanço tecnológico na formação bruta de capital fixo.

Essas tendências não evitaram que o comércio mundial, que cresceu mais de 2% em volume em 2016, fosse o mais lento desde 2009 e inferior à taxa de crescimento do produto mundial, especialmente devido às exportações e às importações dos países avançados, que foram mais baixas do que em 2015. Isso foi resultado da desaceleração dos investimentos e de um ajuste de estoque no início do ano. Espera-se que os elementos de recuperação assinalados conduzam para uma ativação do comércio internacional, na medida em que a demanda e os investimentos comecem a se recuperar.

Embora os mercados venham operando à alta e com expectativas de que isso se estenda devido à continuidade das políticas de estímulo fiscal e de desregulamentação na China e nos EUA, a confiança e o otimismo desses mercados enfrentam riscos decorrentes, principalmente, da lentidão para superar os problemas estruturais ligados ao fraco crescimento da produtividade e à persistente desigualdade na renda. Adiciona-se a isso a força que está adquirindo a virada para políticas protecionistas nos países avançados, que impacta na integração econômica e na ordem global, que têm representado grandes benefícios especialmente para as economias emergentes e em desenvolvimento.



Vale salientar, ainda, os riscos de que os aumentos nas taxas de juros nos EUA ocorram com maior velocidade do que a prevista, podendo gerar condições financeiras que venham a prejudicar outras regiões, produto de uma aceleração na valorização do dólar que gere tensões nas economias com paridade cambial com o dólar ou com brechas importantes nos balanços de conta corrente e fiscais. Se isso tudo não ocorrer, o crescimento observado no curto prazo continuará firme.

As economias da América Latina e o Caribe encerraram o ano com uma contração de 1,1% e as perspectivas de crescimento são muito diferentes em cada país. Embora a atividade da maior parte dos exportadores de matérias-primas se apoie na recuperação dos preços dessas matérias-primas, manter os fundamentos internos equilibrados continuará a desempenhar um papel determinante nas perspectivas, especialmente, dos países maiores. Diversos analistas concordam firmemente que o crescimento potencial terá de se estabilizar no longo prazo em um patamar significativamente inferior ao observado na última década.

Uma das principais razões pelas quais há um crescimento médio negativo na economia da América Latina em 2016 é que duas das grandes economias do Cone Sul e membros da Bacia do Prata, o Brasil e a Argentina, estavam em recessão. Espera-se que isso mude a partir do próximo ano, com uma previsão de que o Brasil cresça em 0,2% e a Argentina por cima de 2%. Isso representaria uma mudança importante no que diz respeito ao nível de crescimento, levando em conta que, em 2016, a contração no Brasil foi de 3,6% e na Argentina, de 2,3%.

Essa projeção de crescimento moderado da região torna relevante o fortalecimento das fontes de crescimento de médio prazo em nossas economias, cuidando dos gargalos de garrafa e contribuindo, assim, para sustentar e estimular os investimentos principalmente no que diz respeito a aumentar a qualidade e reduzir a brecha da infraestrutura, a produtividade, o desenvolvimento do capital humano, a luta contra a corrupção – que se tem tornado mais ampla – e, por meio deles, também sustentar e melhorar as condições de vida para a população, com ênfase nos equilíbrios macroeconômicos e o estímulo à atividade privada. Os modelos de política econômica usados predominantemente, apesar da diversidade dos países, tiveram como fundamento que a restrição de recursos das economias é mais administrável com estabilidade macroeconômica robusta e metas de baixa inflação, com um regime de mudança flexível para se ajustar de forma menos onerosa e sem crise aos choques externos, bem como com um crescimento no gasto social para cuidar dos requerimentos do

desenvolvimento do capital humano e do combate à pobreza e à desigualdade. A satisfação das necessidades sociais, que continuam a ser importantes na região, junto com a necessidade de gerar um crescimento mais rápido do que o esperado, não é trivial e espera-se que venha a ser uma questão fundamental na discussão das políticas econômicas na maioria dos países da região.

A situação que a região enfrenta é diferente à da década passada, quando o crescimento da China impulsionava a demanda e, com isso, os preços dos produtos básicos geraram maior receita aos exportadores de matérias-primas, aumentando a demanda agregada, o consumo, os investimentos e as receitas fiscais das economias em desenvolvimento, que enfrentavam essa situação com abundância de recursos não usados, maiores taxas de desemprego e baixos níveis de capitalização. Atualmente, muitas das economias da região perderam esses impulsos, a demanda já não tem a mesma força, e o grau de uso desses recursos é relativamente alto, não tendo, portanto, as mesmas margens de res- posta do passado.

Quanto aos países da Bacia do Prata, o momento econômico e social que vive a sub-região e as tendências assinaladas na economia global contribuem para uma melhoria no crescimento econômico em comparação com o final de 2016, embora não acabem totalmente com as dificuldades para dar continuidade aos avanços sociais atingidos nos últimos quinze anos, nem com o contexto de incertezas decorrentes de um ambiente nos países desenvolvidos propenso a limitar a integração econômica dos mercados internacionais.

Essa situação ocorre paralelamente ao paradoxo dos mercados financeiros in- certos que enfrentam uma combinação de liquidez macroeconômica com iliqui- dez dos mercados. As tendências observadas nos últimos dois anos mostram que a evolução da sub-região não escapou dos problemas que afetaram toda a região. Não foram recuperados os níveis de crescimento anteriores, e as pre- visões concordam que há maior probabilidade de que sua tendência a manter níveis mais moderados de expansão no prazo médio continue. Isso tudo em um contexto diferente para os fluxos líquidos de investimento estrangeiro direto, que responde a um mercado de capitais com condições financeiras diferentes e não consolidadas.

Vale salientar, ainda, a mudança observável na situação da Argentina e do Brasil, que contribui para reduzir as distorções e melhorar sua situação no acesso aos mercados de capitais. Isso permite criar um âmbito de recuperação dos inves- timentos e da demanda nesses países, bem como estabelecer as previsões de crescimento com maior certeza e potencial para toda a sub-região.

Como corolário do contexto brevemente apresentado anteriormente, adqui- re importância para a sub-região o fortalecimento do espaço de financiamento dos investimentos para a integração transfronteiriça. A esse respeito, parece importante refletir sobre os melhores mecanismos para aproveitar os exceden- tes de liquidez de recursos de forma a direcioná-los para as importantes neces- sidades associadas à redução da brecha em infraestrutura e equidade, impulsio- nando a iniciativa privada.

PANORAMA ECONÔMICO 2016

INDICADORES (VARIAÇÃO PERCENTUAL ANUAL)	2015	2016*	2017**
PRODUTO INTERNO BRUTO	3,4%	3.1%	3,5%
Países Avançados	2,1%	1,7%	2,0%
EUA	2,6%	1,6%	2,3%
Zona Euro	2,0%	1,7%	1,7%
Países Emergentes e em Desenvolvimento	4,2%	4,1%	4,5%
América Latina e Caribe	0,1%	-1,1%	1,1%
Países da Bacia do Prata	-2.1%	-2.9%	0.8%
Argentina	2,0%	-2,3%	2,2%
Bolívia	4,9%	4,3%	3,8%
Brasil	-3,8%	-3,6%	0,2%
Paraguai	3,0%	4,0%	3,8%
Uruguai	1,5%	1,5%	2,0%
VOLUME DO COMÉRCIO	2,7%	2,2%	3,8%
Países Avançados			
Importações de b e s	4.4%	2.4%	4.0%
Exportações de b e s	3.7%	2.1%	3.5%
Países Emergentes e em Desenvolvimento			
Importações de b e s	-0,8%	1,9%	4,5%
Exportações de b e s	1,4%	2,5%	3,6%
América Latina e Caribe	-0.5%	-1.9%	...
Importações de b e s	-3.3%	-4.4%	...
Exportações de b e s	2.5%	0.8%	...
Países da Bacia do Prata	-2.8%	-3.0%	...
Importações de b e s	-10.2%	-7.3%	...
Exportações de b e s	5.1%	1.0%	...
PREÇOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS (US\$)			
Petróleo	-47,5%	-15,7%	28,9%
Não Combustíveis	-17,4%	-1,9%	8,5%
PREÇOS AO CONSUMIDOR			
Países Avançados	0,3%	0,8%	2,0%
Países Emergentes e em Desenvolvimento	4,7%	4,4%	4,7%
América Latina e Caribe	...	...	...
Países da Bacia do Prata	...	...	...
Argentina	21.5%	37.0%	21.0%
Bolívia	4.1%	4.0%	3.5%
Brasil	9.1%	6.3%	4.0%
Paraguai	3.1%	3.9%	3.0%
Uruguai	8.7%	9.6%	7.5%
TAXAS DE JUROS INTERNACIONAIS (%)			
Depósitos em US\$ (6M)	0,5%	1,1%	1,7%
Depósitos em Euros	0,0%	-0,3%	-0,3%
(6M) Libor 3 meses	0.32%	1.00%	1,51%
Libor 6 meses	0.48%	1.35%	1,82%
Libor 12 meses	0.79%	1.69%	2,20%
USGG10YR	2.13%	2.48%	2,49%
Reserva Federal	0.5%	0.8%	1,50%

* Preliminar
** Segundo as estimativas
Fonte: Elaborado com base em informações do WEO do FMI; da CEPAL; dos países; e da Bloomberg

Operações por países

2



Argentina

O ano de 2016 foi de muita atividade com o país: oito projetos foram aprovados por um valor total de US\$ 218,5 milhões. Cinco desses projetos estão voltados para a promoção do desenvolvimento econômico e produtivo e três para o desenvolvimento socioambiental.

Dentre os projetos de desenvolvimento econômico e produtivo, dois foram estruturados sob a modalidade de duas etapas e serão financiados por um valor total de US\$ 96 milhões: o “Projeto de Desenvolvimento de Complexos Fronteiriços” e o “Programa de Melhoria Integral para Assentamentos Fronteiriços”. O primeiro visa melhorar 16 complexos fronteiriços de várias províncias do norte da Argentina. Para isso serão financiadas diversas obras de infraestrutura, a aquisição de equipamento e o desenvolvimento de cursos e oficinas de capacitação do pessoal dos órgãos de controle. Por sua vez, com o segundo financiamento realizar-se-ão investimentos em cidades fronteiriças de menos de 10 mil habitantes com vistas a diminuir o déficit no fornecimento de serviços básicos para as famílias que residem em localidades das províncias, a maioria na fronteira com a Bolívia e o Paraguai.

O “Programa de Desenvolvimento dos Serviços de Água Potável e Saneamento da Mesopotâmia”, por um montante de US\$ 33 milhões, se enquadra nos três projetos aprovados de desenvolvimento socioambiental e seu objetivo é garantir a cobertura total do serviço de esgoto e melhorar o sistema de água potável da cidade de Aristóbulo del Valle, bem como fortalecer as capacidades de operação, manutenção e administração desses serviços básicos.



Bolívia

Na Bolívia foi aprovado o financiamento de um trecho adicional da rodovia “Pista Dupla Montero-Cristal Mayu,” parte do corredor bioceânico por um montante de US\$ 50 milhões. Com esses recursos será construída uma segunda pista de circulação paralela à rota existente, que inclui a construção de sete pontes, ambas as obras focadas na redução dos tempos de viagem, tanto de carga quanto de passageiros.

Foram aprovados, ainda, recursos por US\$ 10 milhões para financiar o “Programa Colhendo Água – Semeando Luz” que tem dois objetivos fundamentais: aumentar a disponibilidade de água para consumo humano e higiene, e o acesso à energia elétrica em áreas rurais dispersas por meio do uso de novas tecnologias.

OPERAÇÕES POR PAÍSES



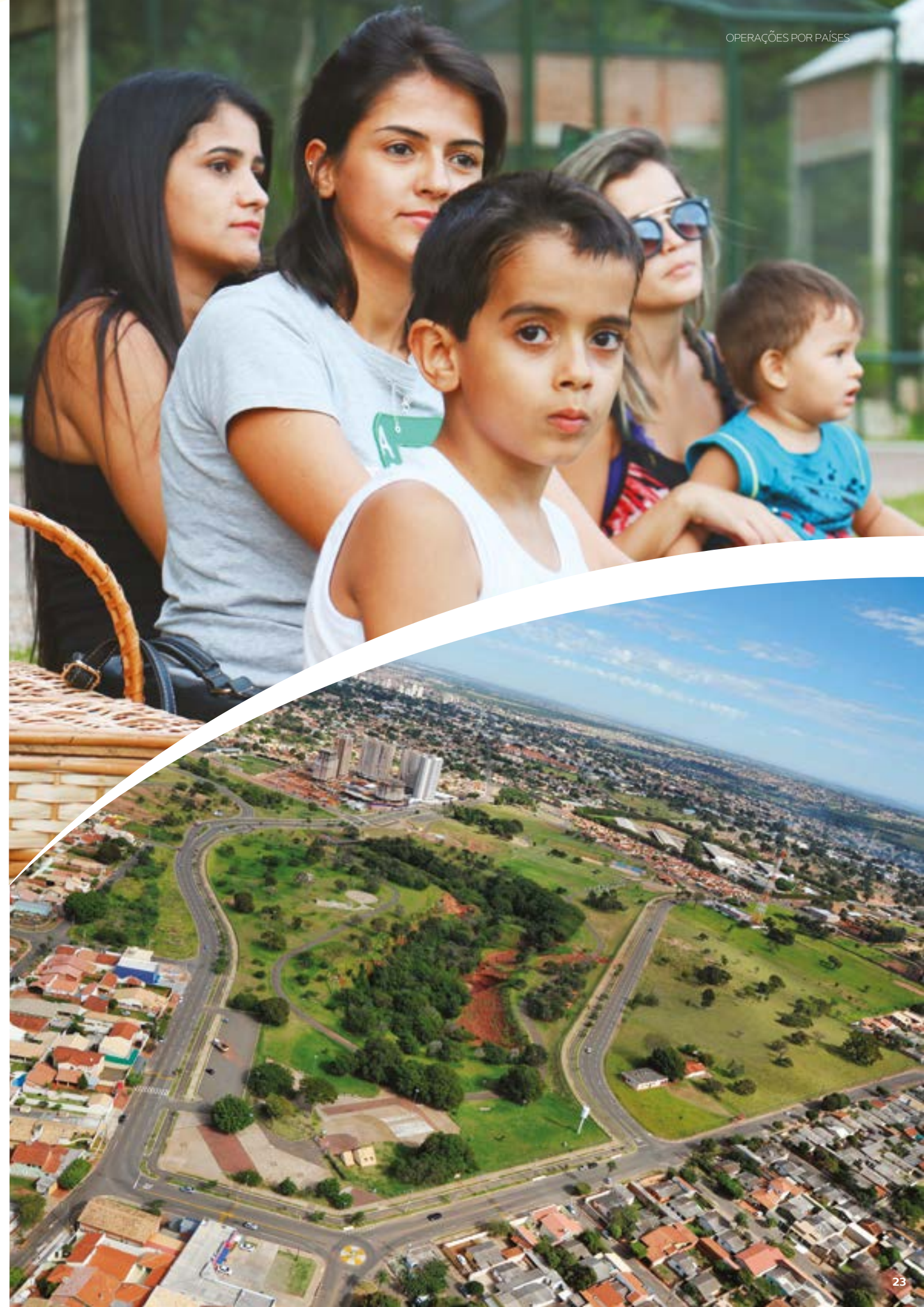
Em 2016 não foram registradas aprovações de empréstimos para o país, no entanto, foram incluídas ao ciclo de projetos iniciativas de financiamento para os municípios de Criciúma, Joinville, Atibaia, Pelotas; e o Distrito Federal.

Em Atibaia, no interior do estado de São Paulo, financiaremos um projeto de desenvolvimento urbano; e em Criciúma iremos desenvolver um projeto de transporte e de mobilidade urbana para contribuir para liberar o fluxo em algumas das vias mais congestionadas dessa cidade do estado de Santa Catarina.

Em Joinville, também em Santa Catarina, junto com a prefeitura vamos melhorar a qualidade de vida dos cidadãos dando ênfase aos espaços públicos da cidade e no cuidado ao meio ambiente.

Segurança hídrica e reabilitação ambiental serão o foco do projeto “Brasília, capital das Águas”, o nosso primeiro projeto na capital do Brasil.

Já em Pelotas, no Rio Grande do Sul, estamos enfocados em um projeto que conjuga desenvolvimento urbano e desenvolvimento rural. Serão feitas obras de iluminação, rede de esgotos, mecanização de propriedades rurais e a manutenção de parques.



Paraguai

Dois projetos foram aprovados no ano de 2016 por um valor total de US\$ 85,6 milhões para o financiamento da “Habilitação da Malha Viária Pavimentada” e da “Melhoria de Estradas Locais e Pontes na Região Oriental”.

Ambas as iniciativas fazem parte do Plano Mestre de Infraestrutura e de Serviços de Transporte do Ministério de Obras Públicas e Comunicações (MOPC), que, por sua vez, faz parte do Plano Nacional de Desenvolvimento 2030 do Governo do Paraguai.

O objetivo do primeiro projeto é modernizar 459 quilômetros da malha viária do país. Os oito trechos, cuja reabilitação e manutenção serão financiadas com uma contribuição de US\$ 42,8 milhões do FONPLATA e de US\$ 100 milhões do Banco Latino-Americano de Desenvolvimento (CAF), estão localizados em regiões próximas da fronteira com a Argentina ou em áreas de trânsito de transporte de carga e de passageiros para e do Brasil, reforçando, dessa forma, o desenvolvimento dessas áreas geográficas e o comércio entre esses países.

Com o segundo projeto de US\$ 42,9 milhões do FONPLATA, que também inclui uma contribuição de US\$ 100 milhões pela CAF, serão realizadas obras em 350 quilômetros de estradas locais e 191 pontes de madeira localizadas na região oriental do Paraguai serão substituídas por pontes de concreto. Esse projeto facilitará o acesso de bens agropecuários aos mercados, de forma a aumentar a produtividade desses bens e melhorar a qualidade de vida da população rural.



Uruguai

Foi aprovado o financiamento para o desenvolvimento do “Programa de Apoio a Obras da Malha Viária Nacional” por um montante de US\$ 27,5 milhões. Esse programa prevê a reabilitação e a modernização da malha viária em áreas próximas à República Argentina no departamento de Colonia. Os investimentos a serem realizados visam melhorar as condições de acessibilidade e de interconexão do país.





3.1

Resumo executivo

Levando em conta a solidez do perfil de negócios e financeiro, bem como o apoio dos países-membros, os resultados da gestão no ano de 2016 são coerentes com a visão de longo prazo da instituição.

No que diz respeito à solidez do perfil de negócios, em 2016 foram aprovadas 13 operações por um montante de US\$ 315,7 milhões que, junto com as aprovações correspondentes ao ano de 2015, gera uma média anual de US\$ 300 milhões, ultrapassando a meta estabelecida no momento da primeira capitalização em 2013 de US\$ 250 milhões anuais. A média atingida posiciona favoravelmente a instituição para garantir o cumprimento da meta de aprovações de em média US\$ 340 milhões anuais estabelecida pela Assembleia de Governadores para o período 2017 – 2024.

Com base no crescimento no âmbito das aprovações, é possível prever um aumento proporcional nos desembolsos, contribuindo assim para melhorar o fluxo líquido de fundos para os países-membros nos próximos anos.

Por sua vez, o crescimento no nível médio de operações anuais, tanto no número quanto no montante, confirma que existe espaço e demanda suficientes para consolidar o FONPLATA como fonte de financiamento para promover a integração regional. A esse respeito, as operações aprovadas se enquadram na missão, na visão e nos objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Estratégico Institucional e fazem parte integral da agenda de iniciativas priorizadas pelos países-membros.

Os desembolsos dos empréstimos em 2016 atingiram US\$ 127 milhões, ultrapassando em 7% os níveis do ano anterior. A carteira de empréstimos a receber aumentou em 20% em comparação com o ano anterior, atingindo um crescimento médio de 21% acumulativo anual nos últimos cinco anos. Essa carteira continua a refletir o destino econômico predominante dos financiamentos para a infraestrutura física nas áreas de comunicações, transporte, energia e logística, que representam, aproximadamente, 80% do total.

No ano de 2016, o FONPLATA conseguiu consolidar o novo modelo de gestão iniciado em 2012, mantendo seu baixo custo transacional relativo e melhorando os tempos no processamento de operações. Do ponto de vista da solidez do perfil financeiro e patrimonial, o crescimento na carteira de empréstimos a receber traduziu-se em um aumento de 33,5% nas receitas financeiras obtidas em comparação com 2015. Dessa forma a taxa de retorno dos ativos financeiros passa de 2,51% em 2015 para 2,94% em 2016. A carteira de empréstimos a receber não sofreu deteriorações e os serviços de empréstimos estão sendo realizados de forma regular, confirmando o cumprimento da condição de credor preferencial do FONPLATA.

O FONPLATA conta com um processo de governança robusto que garante o cumprimento de suas políticas e procedimentos, que incluem a administração proativa dos riscos associados a suas operações. No ano de 2016, da mesma forma que em exercícios anteriores, foram respeitados os limites de risco estabelecidos pelas políticas financeiras, que mantêm uma abordagem prudencial para a gestão dos ativos e passivos financeiros, bem como para a preservação do patrimônio.

A gestão dos ativos e passivos nesse ano manteve a estabilidade nas taxas de juros, gerando receitas que cuidaram da totalidade dos custos não financeiros e financeiros, permitindo atingir uma receita líquida suficiente para preservar o valor econômico do patrimônio e a geração de reserva geral.

Vale assinalar que todos os ativos e passivos do FONPLATA são denominados em dólares americanos, sua moeda funcional, eliminando assim a exposição ao risco cambial.

A liquidez atual é suficiente para cumprir todas as obrigações exigíveis à instituição nos próximos 12 meses, não constituindo um fator de tensão na concretização dos planos de negócios no curto prazo. Os indicadores de solvência patrimonial são satisfatórios. A carteira de investimentos focada na liquidez é administrada de forma a re-

duzir os riscos inerentes aos investimentos, aplicando em ativos de baixo risco. O FONPLATA tem a possibilidade e a intenção de manter seus investimentos até o vencimento, minimizando sua exposição a potenciais mudanças nos valores de mercado.

As condições financeiras das operações continuam a ser estáveis, convenientes e competitivas para os países-membros e incluem financiamentos em condições de taxa preferencial para os países de menor desenvolvimento econômico relativo.

A estabilidade das políticas, bem como da forma como são aplicadas e cumpridas, continua a ser uma característica central da gestão institucional que contribui para garantir a solidez do perfil financeiro do FONPLATA.

Os países-membros continuam mostrando seu compromisso de apoio indeclinável para promover o desenvolvimento e a integração regional por meio do crescimento patrimonial do FONPLATA. Prova desse apoio é a aprovação pela Assembleia de Governadores no início de 2016 da 2 fase do aumento de capital, que começará em 2017 e concluirá em 2024, aumentando o capital para US\$ 3,014 bilhões (2015 – \$1,639 bilhão). Igualmente, os países-membros estão cumprindo seus compromissos de contribuições de capital correspondentes à primeira fase e, no final de 2016, dois países-membros já subscreveram antecipadamente a promessa pela totalidade do capital a realizar e subscreveram o capital a pagar em dinheiro correspondente à 2 fase do aumento de capital.

Todos esses factores que confirmam a consolidação bem-sucedida do novo modelo de gestão do FONPLATA contribuíram para obter uma nota de risco de crédito com grau de investimento no final de 2016. A nota obtida posiciona o FONPLATA favoravelmente para captar fundos com vistas a oferecer financiamento a seus países-membros em melhores condições do que as que eles poderiam obter individualmente.



3.2

Fontes dos recursos de financiamento

3.2.1

Estrutura do Capital

QUADRO 1

Em janeiro de 2016, a Assembleia de Governadores aprovou a 2ª fase do aumento de capital em US\$ 1,375 bilhão, composto por US\$ 550 milhões de capital a pagar em dinheiro e US\$ 825 milhões de capital a realizar. Com esse aumento, o capital autorizado atinge US\$ 3,014 bilhões, compostos por US\$ 1,349 bilhão de capital a pagar em dinheiro e US\$ 1,665 bilhão de capital a realizar. Esta 2ª fase prevê a subscrição e a promessa pelo total do capital a realizar em 2017, e a subscrição e integralização em prestações da porção de capital a pagar em dinheiro entre 2018 e 2024. Dois países-membros já subscreveram e prometeram antecipadamente a totalidade do capital a realizar correspondente a esta 2ª fase, e subscreveram a totalidade do capital a pagar em dinheiro, que será integralizado em prestações ao longo do horizonte do aumento de capital.

Em 31 de dezembro de 2016, os países-membros tinham subscrito 100% do capital a pagar em dinheiro e a realizar correspondente à 1ª fase do aumento de capital aprovada em 2013, e integralizado 55% do capital a pagar em dinheiro e prometido 83% do capital a realizar.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital subscrito atingiu US\$ 1,945 bilhão, ultrapassando em 19% o nível atingido um ano atrás. Desse total, foram subscritos US\$ 921,4 milhões em dinheiro, dos quais US\$ 643,3 milhões foram integralizados, e US\$ 1,023 bilhão é capital a realizar, do qual US\$ 881,1 milhões foram prometidos, completando um Capital Total de empréstimo de US\$ 1,524 bilhão, montante que ultrapassa em 30% o nível atingido em 2015.

3.2.2

Composição do patrimônio líquido

QUADRO 2

Em 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Líquido é de US\$ 733,0 milhões, composto por US\$ 643,3 milhões de capital Integralizado em dinheiro, US\$ 75,0 milhões de Reserva Geral constituída pela Assembleia de Governadores, e US\$ 14,8 milhões de Lucros Acumulados não Alocados.

O aumento patrimonial em 2016, responde a: Capital – a integralização da 3ª prestação de capital a pagar em dinheiro da 1ª fase do aumento de capital em US\$ 100,8 milhões; Reserva Geral – A alocação pela Assembleia de Governadores dos lucros acumulados não alocados em 31 de dezembro de 2015, de US\$ 9,3 milhões; Lucros Acumulados – O montante corresponde aos resultados do exercício.

O crescimento nos resultados do exercício é explicado pelos aumentos de: (i) 20% no saldo da carteira de empréstimos a receber e (ii) 17% na taxa de retorno dos ativos financeiros produtivos como resultado de mudanças na taxa de juros Libor de 6 meses, componente variável da taxa de juros em operações de empréstimo.

A Taxa de Retorno Operacional ou Spread Fixo permaneceu constante quando comparada com o exercício anterior.

QUADRO 1

CAPITAL AUTORIZADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(em milhões de dólares americanos)

ITEM	2016	2015
Capital autorizado	3.014,2	1.639,2
A pagar em dinheiro	1.349,2	799,2
A realizar	1.665,0	840,0
Capital subscrito	1.944,7	1.639,2
A pagar em dinheiro	921,4	799,2
A realizar	1.023,3	840,0
Capital total	1.524,3	1.169,2
Integralizado a pagar em dinheiro	643,3	542,5
A realizar prometido	881,1	626,7

QUADRO 2

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(em milhões de dólares americanos)

ITEM	2016	2015
Capital integralizado	643,3	542,5
Reserva Geral	75,0	65,7
Lucros acumulados	14,8	9,3
Patrimônio líquido	733,1	617,5

3.3
Receita e rentabilidade
QUADRO 3

A taxa de juros dos empréstimos do FONPLATA tem um spread fixo e um variável (Libor - 6 meses). O spread fixo é revisado a cada exercício para os novos empréstimos com base nas diretrizes da política de gestão da receita e encargos financeiros, no âmbito das demonstrações financeiras projetadas para o médio e o longo prazo, que garantam a autos-sustentabilidade do Fundo e condições financeiras favoráveis e estáveis para os países beneficiários. Essa exposição é medida e avaliada regularmente para garantir a administração oportuna do risco da taxa de juros.

A receita por ativos financeiros em 2016 foi de US\$ 20,4 milhões, depois da provisão para perdas com empréstimos, explicadas fundamentalmente pelos juros e comissões dos empréstimos (US\$ 18,9 milhões) que ultrapassaram em US\$ 5,2 milhões o nível atingido em 2015 (US\$ 13,8 milhões).

A receita bruta em 2016 foi superior às despesas não financeiras, gerando uma receita líquida de US\$ 14,8 milhões. No que diz respeito às despesas não financeiras, o total para 2016, de US\$ 5,6 milhões, representa um leve aumento equivalente a 3,7% em comparação com o de 2015, de US\$ 5,4 milhões. As despesas não financeiras estão alinhadas com as previsões do orçamento anual. Em cumprimento à metodologia para o cálculo da provisão para perdas, o saldo da provisão aumentou levemente em US\$ 0,1 milhão, representando um aumento de 3,6% em comparação com o montante constituído em 2015. Durante o exercício, da mesma forma que ao longo da história do FONPLATA, não houve reversão da provisão criada para perdas com empréstimos.

O crescimento da receita líquida coincide com as exigências crescentes originadas na preservação do valor econômico de um patrimônio líquido aumentado pela capitalização, pela constituição de reservas gerais para enfrentar futuros pagamentos do endividamento exigido, e pelas eventuais obrigações do programa Fundo de Compensação da Taxa de Juros (FOCOM) e do Programa de Cooperação Técnica (PCT).

A taxa de juros efetiva da carteira de empréstimos subiu de 3,36% em 2015 para 3,80% em 2016, e a taxa de juros implícita, de 2,66% em 2015 para 3,12% em 2016.

O rendimento líquido, explicado pela diferença entre o retorno sobre a média de ativos produtivos e o valor médio do passivo financeiro, foi de 2,7%, sendo um resultado favorável em comparação com 2,51% em 2015. Esse aumento é explicado, principalmente, pela expansão da taxa LIBOR de 6 meses, que afeta tanto a carteira de empréstimos quanto a de ativos líquidos.

A rentabilidade em 2016, medida pelo retorno sobre ativos e pelo retorno sobre o patrimônio líquido, foi de 2,15% e 2,2% respectivamente, mostrando que esses indicadores têm aumentado em comparação com os níveis atingidos em 2014 e 2015, alinhados com o aumento no volume de operações e com a evolução da taxa LIBOR de 6 meses. Além disso, as taxas de retorno evoluíram por cima da inflação média dos Estados Unidos da América, garantindo, assim, a preservação do valor econômico do patrimônio. Destaca-se, ainda, que no período 2014 - 2016, as reservas aumentaram em US\$ 24,4 milhões, dos quais US\$ 14,7 milhões correspondem aos resultados do exercício de 2016. O retorno sobre ativos produtivos possibilitou cuidar da totalidade das despesas e das obrigações do exercício e gerou excedentes que vieram a aumentar a reserva geral, criando patrimônio.

QUADRO 3
RETORNO SOBRE ATIVOS
E PASSIVOS FINANCEIROS
(em milhares de dólares americanos)

ITEM	2014		2015		2016	
	SALDO MÉDIO	RETORNO %	SALDO MÉDIO	RETORNO %	SALDO MÉDIO	RETORNO %
Empréstimos a receber	339,227	3.37%	410,121	3.36%	497,904	3.80%
Investimentos	205,570	0.53%	189,959	0.68%	192,872	0.71%
Ativos financeiros	544,797	2.30%	600,080	2.51%	690,776	2.94%
Despesas financeiras					570	3.33%
Ativos financeiros líquidos	544,797	2.30%	600,080	2.51%	682,776	2.97%
Despesas não financeiras	4,789		5,381		5,593	
Total	540,008		594,699		677,183	
Retorno sobre ativos		1.43%		1.63%		2.15%
Retorno sobre patrimônio		1.54%		1.69%		2.20%

3.3.1
Utilização de capital e capacidade de empréstimo

QUADRO 4

A capacidade de empréstimo efetiva não impediu o crescimento dos negócios, tendo sido atingido um nível adequado de utilização de capital para empréstimos da instituição (88,3%).

A exposição da carteira de empréstimos a receber não teve variantes em comparação com 2015 e confirma a solidez patrimonial e financeira do FONPLATA, com uma cobertura de 101,3% do patrimônio líquido com relação aos ativos financeiros produtivos e de 142% ajustado pelo risco. A suficiência de capital ajustada conforme o risco calcula-se como o quociente entre o patrimônio líquido ajustado e os ativos produtivos ajustados pelo risco de crédito e operacional segundo a metodologia do Acordo de Basileia II. A estimativa do valor da suficiência de capital ajustado ao risco é superior à decorrente do cálculo realizado com base em custos históricos, como resultado de leves melhoras na classificação de risco de alguns países-membros, ampliando ainda mais a cobertura de capital com relação ao limite mínimo estabelecido nas políticas financeiras do FONPLATA.

3.3.2
Cobertura dos empréstimos

GRÁFICO 1

A cobertura dos empréstimos é medida por meio do índice que relaciona o patrimônio líquido com a carteira de empréstimos a receber. O gráfico mostra a solidez do patrimônio do FONPLATA, que no encerramento 2016 ultrapassa o total dos empréstimos a receber em 35%.

3.3.3
Evolução dos empréstimos

GRÁFICO 2

O montante correspondente aos empréstimos aprovados em 2016 foi de US\$ 315,7 milhões, i.e., um aumento de 11% em comparação com 2015. A média de aprovações do período 2014 – 2016 (US\$ 276 milhões) prova que o FONPLATA ultrapassou a meta dos US\$ 250 milhões anuais. Essa meta foi estabelecida pela Assembleia de Governadores quando aprovou a 1 fase do aumento de capital em 2013. A média atingida cumpre a dimensão estratégica estabelecida para apoiar as agendas de desenvolvimento dos países-membros e está alinhada com o crescimento da nova estrutura do capital.

No ano de 2016 o total de desembolsos foi de US\$ 127,1 milhões, representando um aumento de 7% quando comparado com os US\$ 119,3 milhões em 2015.

QUADRO 4
CAPACIDADE DE EMPRÉSTIMO E SUFICIÊNCIA DE CAPITAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(em milhões de dólares americanos)

ITEM	2016	2015
Capital subscrito	1.944,8	1.639,2
Capital a pagar em dinheiro a integralizar	(278,2)	(256,7)
Capital a realizar a ser subscrito	(142,2)	(213,3)
Capacidade de empréstimo efetiva	1.524,4	1.169,2
Carteira de empréstimos a pagar	541,2	538,1
Carteira de empréstimos a receber	543,8	452,0
Contratos de empréstimos pendentes de assinatura	260,4	77,6
Capacidade de empréstimo utilizada	1.345,4	1.067,7
Capacidade de empréstimo efetiva restante	179,0	101,5
Percentagem de capacidade de empréstimo utilizada	88,3%	91,3%
Exposição do patrimônio ¹	101,3%	101,5%
Exposição da carteira ajustada pelo risco²	142,0%	124,0%
Limite mínimo de suficiência de capital ³	35%	35%

1 Patrimônio líquido + Provisão p/perdas em empréstimos – Imobilizado/Ativos produtivos
2 (Patrimônio líquido + Provisão p/perdas em empréstimos – Imobilizado/Ativos produtivos) ajustado pelo risco
3 Capital mínimo exigido para a cobertura da exposição da carteira de empréstimos a receber

GRÁFICO 1
COBERTURA DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS A RECEBER

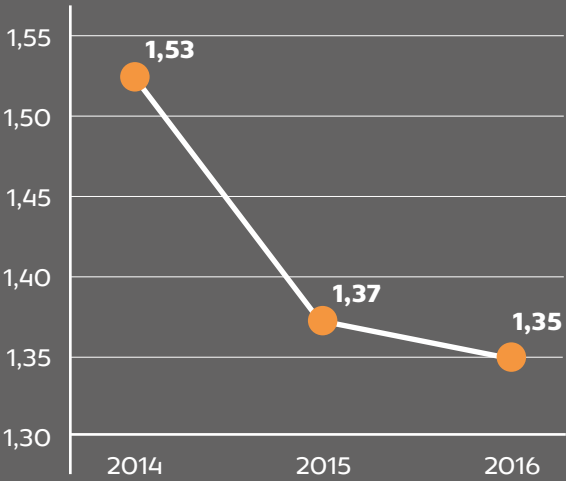
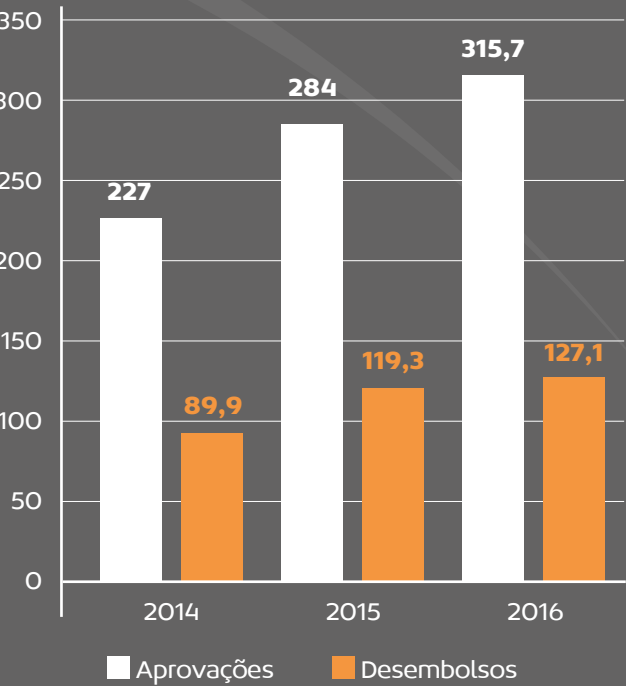


GRÁFICO 2
APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS DE EMPRÉSTIMOS
(em milhões de dólares americanos)



3.3.4
Exposição da carteira de empréstimos por país

GRÁFICO 3

A expansão dos negócios visa uma distribuição equilibrada dos recursos de financiamento entre os países-membros.

O cumprimento da diversificação da carteira é controlado no médio prazo (5 anos), fazendo a média da proporção dos empréstimos a receber e dos empréstimos a pagar de cada país em dois anos históricos e três projetados no Plano Trienal de Negócios, de forma a antecipar as modalidades próprias da forma como os países programam e contratam os empréstimos no tempo.

3.3.5
Desempenho dos saldos de empréstimos a receber e dos empréstimos aprovados

GRÁFICO 4-8

No exercício 2016, foram aprovados empréstimos por um total de US\$ 315,6 milhões, portanto, o total de empréstimos aprovados no encerramento da gestão atinge US\$ 1,345 bilhão. Esse montante, comparado com o total de aprovações em US\$ 1,068 bilhão no encerramento da gestão 2015, representa um aumento líquido de 26%. A carteira de empréstimos a receber em 2016 aumentou US\$ 91,7 milhões, em decorrência de desembolsos de US\$ 127,1 milhões e cobrança do principal por US\$ 35,4 milhões. Isso representa um aumento de 20,7% com relação a 2015, para um saldo final de empréstimos a receber de US\$ 543,8 milhões. Por sua vez, o saldo de empréstimos a pagar em 2016 foi de US\$ 541,2 milhões (US\$ 538,1 milhões em 2015).

Em 2016, o desembolso de US\$ 127,1 milhões associado à execução dos projetos financiados pelo FONPLATA, responde em 76% à Bolívia e ao Uruguai, tendo como resultado o aumento individual relativo desses dois países no saldo total de empréstimos a receber.

No gráfico 6 são visíveis os esforços realizados em diálogo com os países para ampliar o financiamento a sectores diferentes da infraestrutura física como saúde, cadeias produtivas e meio ambiente. Portanto, do total de US\$ 315,6 milhões de empréstimos aprovados, 26% está ligado à promoção do desenvolvimento socioambiental e 22% à promoção do desenvolvimento econômico e produtivo.

A média dos empréstimos aprovados no ano foi de US\$ 24,3 milhões, em conformidade com o que foi estabelecido na missão do órgão, que é de se concentrar em projetos pequenos e médios, de acordo com a dimensão financeira da instituição. O desembolso médio anual por empréstimo em execução foi de US\$ 5,3 milhões por projeto, algo menor ao do ano anterior, explicado pelo aumento significativo de empréstimos que entraram em vigor em 2016 (9 projetos).

Em 2016 ocorre o crescimento mais importante do inventário de projetos aprovados que fazem parte da carteira do FONPLATA em seus diversos estados de execução. O número de projetos aprovados aumentou de 26 para 39, dos quais, o número de projetos em execução aumentou de 15 em 2015 para 24 em 2016, e o dos que atingiram o primeiro desembolso aumentou de 10 para 18. Essa tendência reafirma as perspectivas de crescimento da carteira de empréstimos a receber em 2017. Além disso, a duração média da carteira de empréstimos no momento do encerramento de 2016 é de 12,5 anos.

GRÁFICO 3
SALDOS DE EMPRÉSTIMOS A RECEBER E A PAGAR

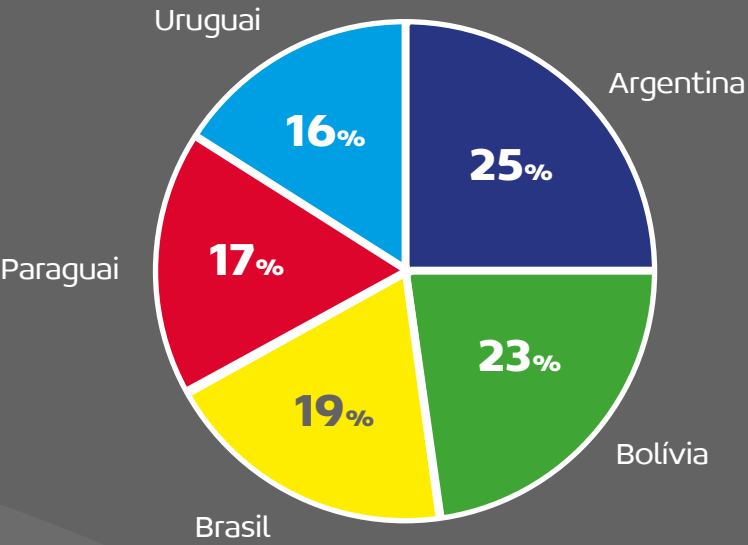


GRÁFICO 4
EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS
(em milhões de dólares americanos)

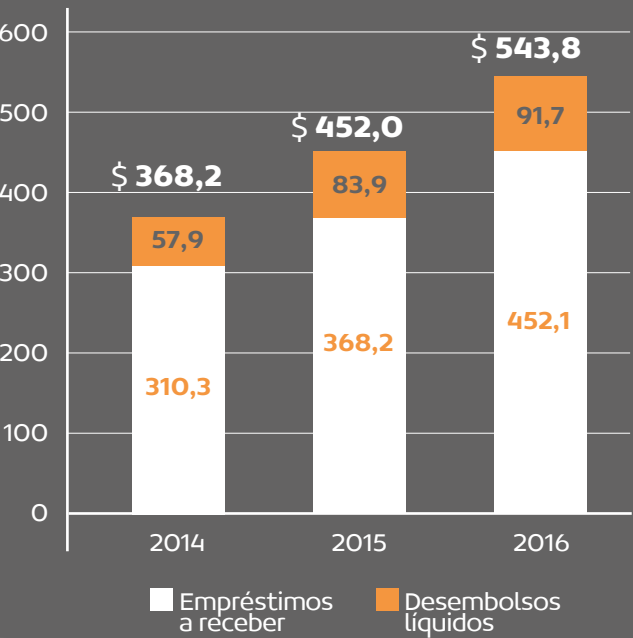


GRÁFICO 5
SALDOS DE EMPRÉSTIMOS A RECEBER POR PAÍS-MEMBRO

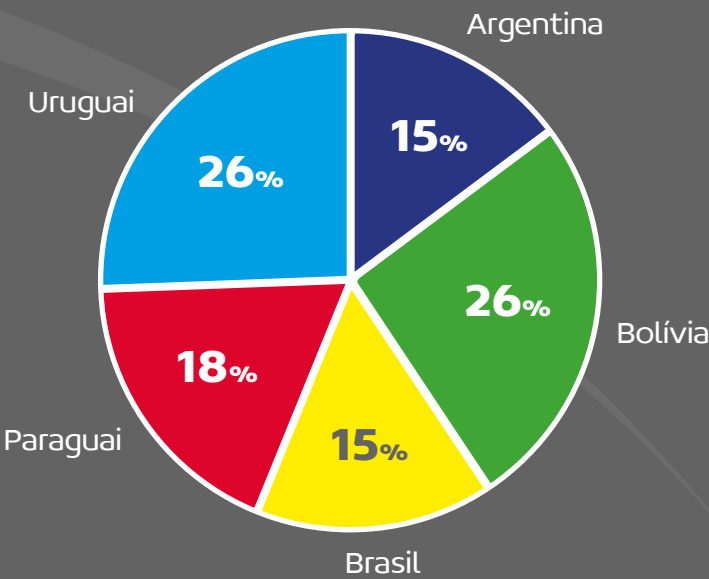
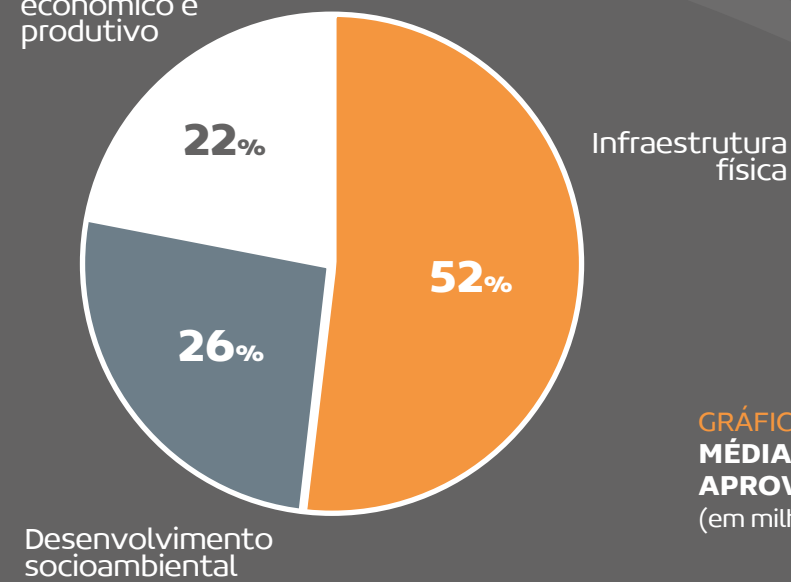
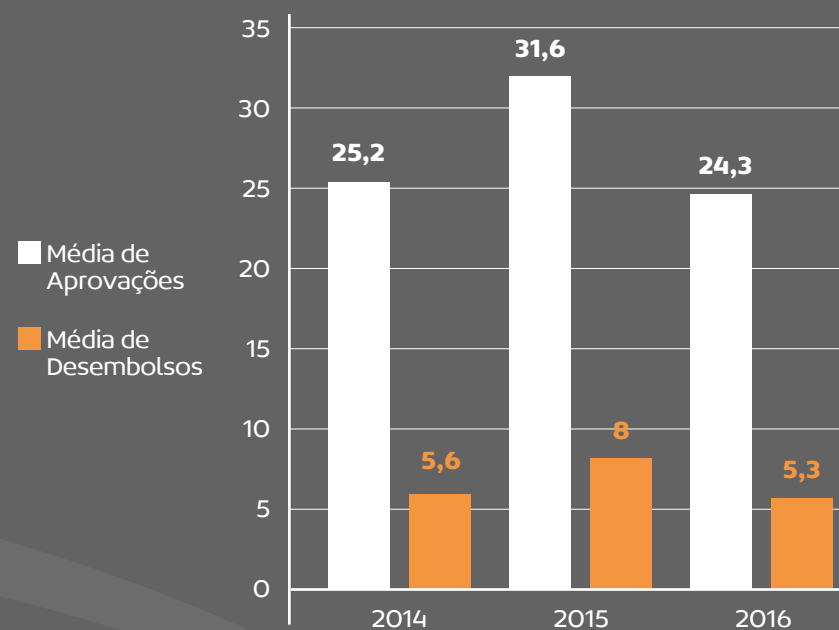
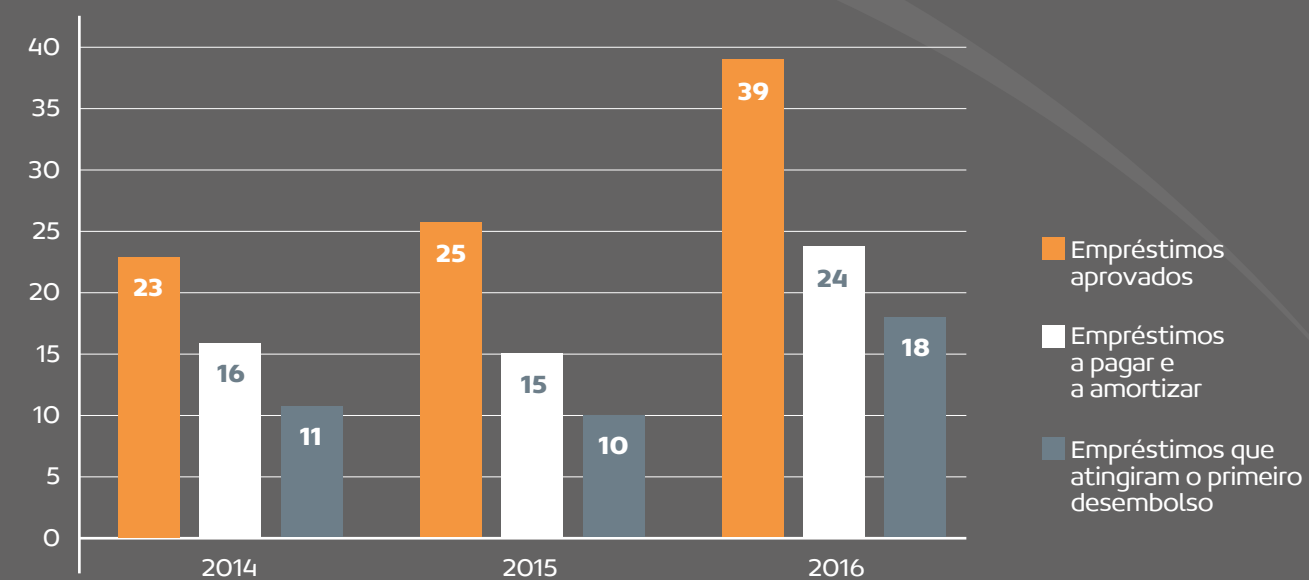


GRÁFICO 6
APROVAÇÕES DE
EMPRÉSTIMOS POR SETORES

Desenvolvimento econômico e produtivo


GRÁFICO 7
MÉDIA DOS EMPRÉSTIMOS
APROVADOS E DOS DESEMBOLSOS
 (em milhões de dólares americanos)

GRÁFICO 8
AUMENTO NO NÚMERO DE EMPRÉSTIMOS


3.4

Coerência com os objetivos estratégicos estabelecidos

3.4.1

Cumprimento das metas estratégicas da Visão

Reconhecendo as conquistas no que diz respeito aos principais objetivos do PEI para o período 2013 – 2022, a Assembleia de Governadores aprovou a 2ª fase do aumento de capital. Dentre essas conquistas, destacam-se (i) a superação da meta de média de aprovações anuais de US\$ 250 milhões; (ii) a consolidação do novo modelo de gestão; e (iii) o início das gestões para a obtenção de uma nota de risco de crédito com grau de investimento, que foi obtida com sucesso em setembro de 2016. Dessa forma, e com a 2ª fase do aumento de capital, que amplia a capacidade de empréstimo anual em um nível de US\$ 320 – US\$ 340 milhões, são constituídos os alicerces para a transformação do FONPLATA em um Banco de Desenvolvimento para promover a integração e o desenvolvimento regional.



3.4.2
Consistência com a Missão

QUADRO 5-6

O FONPLATA, seguindo as diretrizes de seu Plano Estratégico Institucional, promove o investimento em projetos de integração regional. A partir de 2013 e até hoje, coloca-se a ênfase em promover o desenvolvimento por meio do financiamento de projetos de infraestrutura física, desenvolvimento socioambiental, econômico e produtivo em regiões fronteiriças menos favorecidas dos países da Bacia do Prata. Procura-se, além do mais, que esse foco na integração geográfica esteja voltado para projetos cujos impactos reduzam os custos ou aumentem os benefícios produzidos entre dois ou mais países, insistindo no cuidado das assimetrias decorrentes de falhas de coordenação, de inclusão ou de mercado associadas à integração.

Com base no número de projetos aprovados, destaca-se que 77% beneficia a mais de um país-membro e 74% beneficia áreas geográficas de regiões fronteiriças da Bacia do Prata.

Esse foco de ação geográfico, junto com financiamentos de pequena a média escala, define o nicho estratégico onde o FONPLATA concentra suas operações. Com esse foco, o FONPLATA complementa o financiamento dos países e de outras agências para o desenvolvimento, maximizando o impacto de suas intervenções.

Esta modalidade de financiamento complementar representou 53% das aprovações no período 2013 - 2016. A totalidade das operações das quais participou o FONPLATA foram prioritárias nos planos nacionais de investimento público dos governos dos países-membros; e 70% dos recursos nesse período corresponderam a iniciativas que possibilitaram antecipar uma decisão de investimento dos mutuários, antecipando, assim, os benefícios para os países envolvidos.

QUADRO 5
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA
INTEGRAÇÃO GEOGRÁFICA EM REGIÕES FRONTEIRIÇAS¹

INDICADOR		2013 – 2016²
Impacto esperado em mais de um país (%)³	Nº de empréstimos aprovados	76.5%
	Em milhares de dólares	81.6%
Foco em áreas geográficas de regiões fronteiriças (%)⁴	Nº de empréstimos aprovados	73.5%
	Em milhares de dólares	82.7%

1 Com base nas informações do desenho das operações
2 Média ponderada
3 Empréstimos aprovados com impacto em mais de um país-membro/Total de empréstimos aprovados
4 Empréstimos aprovados com impacto no desenvolvimento de regiões fronteiriças/Total de empréstimos aprovados

QUADRO 6
COMPLEMENTARIDADE ESTRATÉGICA

INDICADOR		2013 – 2016¹
Participação conjunta com outras OMD	Nº de empréstimos aprovados	47%
	Em milhares de dólares	53%
Complementaridade com planos nacionais de investimento	Nº de empréstimos aprovados	100%
	Em milhares de dólares	100%
Ajuda para antecipar a decisão de investimento dos países	Nº de empréstimos aprovados	72%
	Em milhares de dólares	70%
Total de empréstimos aprovados 2013-2016	Nº de empréstimos aprovados	34
	Em milhares de dólares	\$921.4

1 Média ponderada

3.5

Eficiência operacional

GRÁFICO 9-10

A eficiência operacional pode ser observada pela evolução do conjunto de indicadores que fazem parte da matriz de resultados estratégicos do FONPLATA.

Primeiro, a eficiência administrativa medida pela relação entre as despesas não financeiras e a carteira de empréstimos média. A partir de 2013, a tendência dessa relação mostra uma diminuição contínua das despesas por operação, associada ao aumento na quantidade de empréstimos aprovados como resultado da maior capacidade de empréstimo decorrente do aumento de capital.

Segundo, pela duração das diferentes etapas do ciclo de projetos por meio da comparação do período de tempo transcorrido desde: (i) a elaboração do perfil até a aprovação; (ii) a aprovação até a assinatura do contrato ou sua ratificação, e (iii) a assinatura do contrato ou ratificação até a elegibilidade para desembolsos. O gráfico apresenta uma tendência decrescente nos tempos da elaboração até a elegibilidade para desembolso, confirmando assim a eficácia do novo modelo de gestão.

O período médio de execução dos empréstimos aprovados, medido pela duração entre a aprovação e a data do último desembolso, é aproximadamente inferior a 5 anos, uma melhora importante no que diz respeito aos prazos de execução observados em anos anteriores.

GRÁFICO 9
EFICIÊNCIA OPERACIONAL

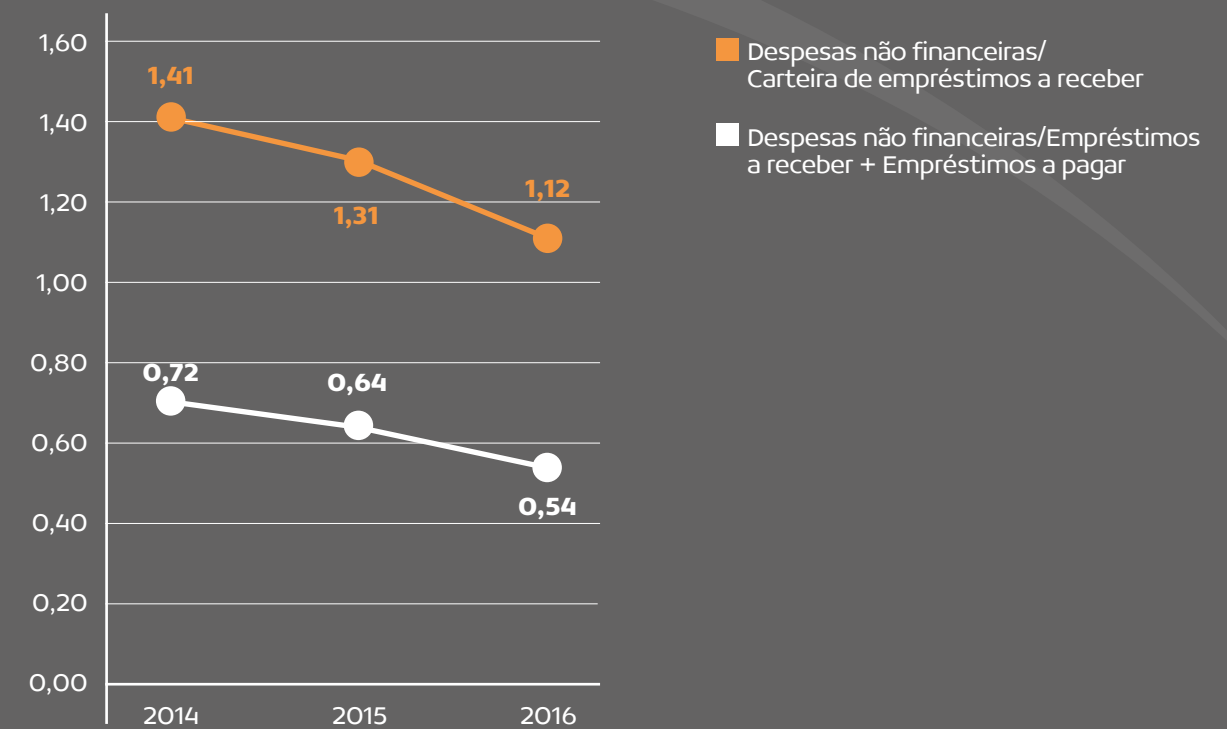
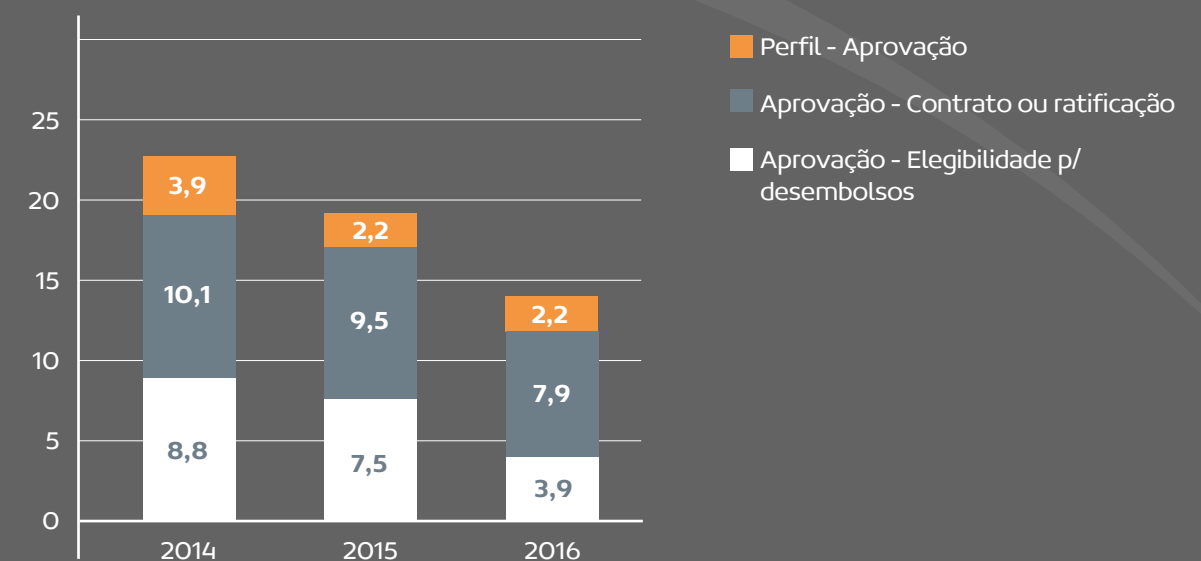


GRÁFICO 10
AGILIDADE OPERACIONAL
(medida em meses)





3.6
Solidez do perfil
financeiro e patrimonial

QUADRO 7

Os resultados atingidos em 2016, que refletem a solidez do perfil financeiro e patrimonial do FONPLATA, são explicados na seção “Desempenho da Gestão 2016”. Além disso, da mesma forma que em exercícios anteriores, as demonstrações financeiras do FONPLATA contam com um parecer limpo, sem qualificações, de seus auditores independentes, PriceWaterhouseCoopers, que deram sua opinião profissional sobre as mesmas em 24 de fevereiro de 2017 (vide Anexo III).

Esta seção inclui uma breve resenha dos limites estabelecidos pelas políticas financeiras e dos aspectos mais salientes da gestão de riscos do FONPLATA.

Vale destacar que no novo modelo de gestão implantado a partir de 2013, o FONPLATA instituiu um âmbito para a gestão de riscos com vistas a identificar, medir e administrar de forma integral e proativa os riscos que afetam suas operações, bem como para avaliar periodicamente o funcionamento adequado do processo de gestão de riscos.

O seguinte quadro resume as principais políticas financeiras e os limites estabelecidos, destacando-se que durante os exercícios financeiros 2016 e 2015 não ocorreram condições a serem informadas por variações ou inobservâncias.

QUADRO 7
PRINCIPAIS POLÍTICAS FINANCEIRAS E LIMITES RELEVANTES

POLÍTICA	LIMITE APLICÁVEL
CAPACIDADE DE EMPRÉSTIMO	Definida como o capital de empréstimo líquido da soma do saldo de empréstimos a receber e de empréstimos a pagar (vide desempenho no Quadro 4)
SUFICIÊNCIA DE CAPITAL	Define o limite mínimo de exigência de capital consistente com a gestão integral de riscos equivalente a 35% do patrimônio líquido (vide desempenho no Quadro 4)
LIQUIDEZ	Define a quantia de fundos de liquidez a serem mantidos para enfrentar obrigações, compromissos e contingências para um período de 12 meses (vide discussão de liquidez sob “Financiamento e liquidez”).
LIMITE MÁXIMO DE ENDIVIDAMENTO	Equivalente a 45% do patrimônio líquido.
CONCENTRAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO	A exposição dos empréstimos contraídos por um país-membro não poderá ultrapassar 25% do saldo de empréstimos pendentes de cobrança mais o saldo pendente de desembolso; ou 20% do patrimônio líquido, aquele que for maior.
RISCO OPERACIONAL	Deviações ou inobservâncias das políticas, dos procedimentos ou do sistema de controle interno desenhado para prevenir ou detectar de forma oportuna erros ou irregularidades que poderiam ter um impacto relevante nas operações e nas informações financeiras para a tomada de decisões e informações a terceiros.
RISCO DE MERCADO - RISCO DE MOEDAS	Todas as operações são denominadas em dólares americanos, com exceção de uma pequena parte correspondente a despesas administrativas incorridas em moeda local, razão pela qual o FONPLATA não tem exposição a risco de variações nas taxas de câmbio.
RISCO DE MERCADO - RISCO DE TAXA DE JUROS	É o risco de variações na taxa de juros adotada pelo FONPLATA para seus contratos de empréstimos. A taxa de juros sobre empréstimos tem um componente variável, baseado na taxa LIBOR de 6 meses, e um componente fixo, baseado na Taxa de Retorno Operacional. A última é estabelecida anualmente, com referência à projeção do nível de receita líquida esperado no encerramento do próximo exercício. O nível de receita líquida esperado considera a geração de resultados suficientes para preservar o valor econômico do patrimônio líquido e para aumentar a reserva general e, se for necessário, contribuir para o FOCOM e o PCT.
RISCO DE MERCADO	É o risco de perdas no valor dos ativos financeiros como resultado de mudanças nas condições de mercado. O FONPLATA não tem investimentos em títulos e valores sujeitos a risco de preço.
RISCO DE CRÉDITO	É o risco que afeta a cobrabilidade ou recuperabilidade do dinheiro em espécie e equivalentes de dinheiro em espécie, investimentos e empréstimos. O FONPLATA tem políticas e diretrizes estabelecidas para os investimentos que garantem a diversificação e uma análise rigorosa do risco de crédito das entidades financeiras e contrapartes. Em matéria de empréstimos, o FONPLATA faz uma análise do grau de exposição de sua carteira de empréstimos para determinar a suficiência da provisão para potenciais deteriorações nos empréstimos.
RISCO DE DESCOMPASSO DE ATIVOS E PASSIVOS	Originado em potenciais descompassos na duração, nos montantes, nas taxas e nas variações de taxas de câmbio dos ativos e passivos financeiros. O risco de potenciais descompassos é coberto por meio dos limites estabelecidos pelas políticas financeiras. Em 31 de dezembro de 2016, esse risco é mínimo, levando em conta o escasso nível de endividamento contraído, equivalente a 2,1% dos ativos financeiros, e o fato de que todos os ativos e passivos financeiros são denominados em dólares americanos.

3.7

Financiamento e liquidez

Esta seção informa sobre a administração do endividamento de longo prazo e o manejo do risco de liquidez.

3.8

Endividamento e alavancagem

Como parte do exercício de programação financeira, em 2014 foi esboçada uma estratégia de endividamento de acordo com a evolução do capital de empréstimo definido pelo cronograma de aumento de capital aprovado em 2013 e o cumprimento das metas de aprovações e desembolsos estabelecidas pelos Planes de Negócios trienais com os quais é conduzida a gestão das operações.

No âmbito dessa estratégia, foi acordada uma linha de crédito não comprometida de até US\$ 75 milhões com a Corporação Andina de Fomento (CAF), dos quais foram desembolsados US\$ 16 milhões em dezembro de 2016. Esse financiamento suplementou a liquidez para os desembolsos de empréstimos e se contraiu com base na Taxa Libor de 6 meses.

Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2016, a alavancagem medida pela relação dos passivos financeiros de longo prazo sobre o patrimônio, que indica a sustentabilidade da cobertura do endividamento, é muito inferior ao limite de endividamento de 45% do patrimônio líquido estabelecido pelas políticas do FONPLATA.

A Diretoria Executiva do FONPLATA aprovou um programa de endividamento que abrange o período 2016 – 2020, de acordo com o plano de negócios de médio prazo da instituição.

3.9

Liquidez

QUADRO 8

Em 31 de dezembro de 2016, a carteira total de investimentos era de US\$ 198,7 milhões e o nível de liquidez total era de US\$ 211 milhões, equivalente a 1,1 anos dos desembolsos brutos projetados em 2017 e 36% superior ao nível de liquidez mínima requerida pelas políticas financeiras de US\$ 152 milhões. O nível dos ativos líquidos com relação ao total de ativos foi de 28%, similar ao nível atingido em 2015.

A gestão da carteira de investimentos reflete o cumprimento dos parâmetros de riscos prudenciais estabelecidos pela política de investimento da liquidez. Em 31 de dezembro de 2016, a média da nota da carteira de investimentos foi AA-, conforme autorizado.

O rendimento médio ponderado da carteira de investimentos em 2016 foi de 0,71%, levemente mais alto ao obtido em 2015, de 0,68%.

QUADRO 8
GESTÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

LIMITES POR CLASSE DE ATIVOS	POLÍTICA	SITUAÇÃO
Títulos soberanos	100%	51%
CDs e DPFs	100%	10%
OMD e Bancos Nac. Desenvolvimento	50%	27%
Money market funds	30%	0%
Setor financeiro privado	15%	12%
LIMITES POR EMISSOR		
Emissões AAA (país, OMD, bancos de desenvolvimento)	100%	37%
Por país emissor, incl. estados, gov. locais e agências públicas	10%	9%
Por OMD e bancos nacionais de desenvolvimento	10%	7%
Por entidade financeira	5%	3%
LIMITES POR NOTA DE RISCO DE CRÉDITO		
Média da nota da carteira	Mínimo AA-	AA-
Nota mínima de investimento	BBB	BBB
Máximo de investimentos com nota BBB	20%	14%

3.10
Eficiência institucional

A eficiência institucional é analisada em função das perspectivas estratégicas estabelecidas no PEI, que fazem parte dos compromissos de gestão informados anualmente à DE.

Os resultados mais significativos a destacar em 2016 estão ligados, primeiro, à contribuição para o crescimento equitativo da sub-região, que complementa o supra-assinalado na seção onde foi analisada a consistência do trabalho do Fundo com a Missão e com a Visão institucional.

3.11
Contribuição para o crescimento equitativo da sub-região

QUADRO 9 - GRÁFICO 11

O impacto de FONPLATA na contribuição para o crescimento equitativo da região é observado com base em uma série de indicadores que refletem: (i) O aumento no nível de financiamento, confirmando a tendência dos últimos anos; (ii) A alavancagem nos recursos mobilizados, cujo coeficiente atinge US\$ 1,6 por dólar aprovado em 2016; (iii) Os fluxos de fundos líquidos de capital e das transferências líquidas de recursos aos países que, em geral, foram positivos e crescentes nos últimos anos; (iv) A proporção da carteira de aprovações destinada ao financiamento dos países de menor desenvolvimento relativo (PMDR), com uma média de 63% do total em 2014 - 2016; e (v) O financiamento preferencial da taxa de juros entrou em vigor em 2014, por meio do qual é compensado o spread fixo da taxa de juros, cujos resultados informam que os montantes de aprovações dos PMDR beneficiados pelo FOCOM¹ atingiram 29% do montante total aprovado em 2016.

Para os efeitos de estimar esse benefício, foram comparados os níveis da taxa de juros implícita média da carteira de empréstimos de cada país com relação ao custo de financiamento soberano médio dos países no mercado de capitais para prazos similares aos usados pelo fundo. Os resultados mostram que os custos financeiros médios da carteira de empréstimos em 2016 estão no patamar de 49% do custo de endividamento soberano médio e, além do mais, nenhum país individualmente considerado tem um custo de endividamento no mercado de capital inferior à taxa de juros implícita paga pelo FONPLATA por seus financiamentos.

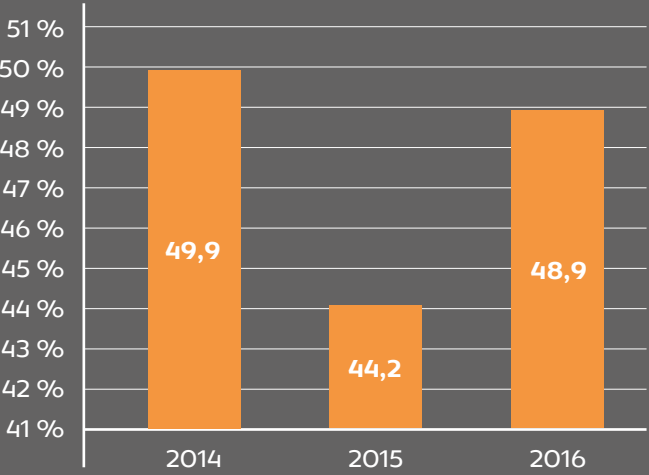
1 O FOCOM é constituído por alocações da receita líquida aprovadas pela Assembleia de Governadores e foi criado para beneficiar um montante máximo de aprovações de US\$ 500 milhões no período 2014 - 2018. O benefício unicamente é atribuível a empréstimos da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai, e o montante beneficiado a cada ano não pode ultrapassar 40% das aprovações anuais, podendo ser acumulados os saldos não usados nos anos subsequentes.

QUADRO 9
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

INDICADOR	2014	2015	2016
Variação anual carteira de empréstimos	19,0%	22,8%	20,3
Coeficiente de mobilização direta de recursos ¹	1,5	1,6	1,6
Fluxo líquido de capital aos países ²	\$57,9	\$83,9	\$91,7
Transferências líquidas aos países ³	\$46,5	\$70,9	\$72,8
Financiamento a países de menor desenvolvimento relativo/Total de aprovações	57,5%	75,4%	54,9%
Financiamento preferencial a países de menor desenvolvimento relativo ⁴	32,2%	40,6%	29,3%

1 Recursos totais mobilizados pelos empréstimos fornecidos pelo FONPLATA
2 Desembolsos líquidos de cobranças de amortizações de principal
3 Desembolsos líquidos de cobranças de amortizações de principal e cobranças de juros e comissões
4 Número de empréstimos beneficiados com o FOCOM/Número total de empréstimos aprovados

GRÁFICO 11
COMPETITIVIDADE DOS CUSTOS FINANCEIROS
(média ponderada pela carteira de empréstimos dos países)



■ Taxa de juros implícita / Custo de financiamento soberano





Anexo I:

INFORMAÇÕES HISTÓRICAS
DAS OPERAÇÕES APROVADAS

Argentina

EMPRÉSTIMOS APROVADOS
POR TIPO DE FINANCIAMENTO
a 31 / 12 / 2016
(em dólares americanos)

EMPRÉSTIMOS APROVADOS
POR TIPO DE FINANCIAMENTO
a 31 / 12 / 2016
(em dólares americanos)



Nº	CÓDIGO EMPRÉSTIMO	NOME PROJETO	NOTAS	TIPO DE FINANCIAMENTO		TOTAL APROVADO	A DESEMBOLSAR
				PRÉ-INVESTIMENTO	INVESTIMENTO		
TOTAL:				24.649.802,00	545.910.708,00	567.266.670,00	127.984.165,62
1	ARG-2/83	Construção de Porto e de Defesa Litorânea em Formosa.	*2		7.100.000,00	7.100.000,00	0,00
2	ARG-3/83	Desenvolvimento Integral da Região Sudeste de Formosa.	*2		9.200.000,00	9.200.000,00	0,00
3	ARG-4/93	Estudo: Efeitos da Integração Econômica nos Sistemas Urbanos e de Transporte das Províncias do Litoral e Chaco Argentino, região da Bacia do Prata.	*2	1.462.438,00		1.462.438,00	0,00
4	ARG-5/94	Realização de Estudos e Projetos para o Saneamento de Córregos na cidade de Posadas.	*3	2.244.211,00		2.244.211,00	Anulado
5	ARG-6/94	Realização de Estudos de Pré-Investimento e Execução de Obras para a Pavimentação das Rodovias N 8 e 2, Trechos: 25 de Mayo - Santa Rita; Santa Rita - Colonia Aurora; Colonia Aurora - El Soberbio; El Soberbio - Saltos del Mocona. Província Misiones	*2	1.876.747,00	32.959.385,00	1.876.747,00 32.959.385,00	0,00 0,00
6	ARG-7/94	Execução do Programa de Cooperação Técnica e Investimentos em Desenvolvimento Social em Áreas Fronteiriças no Noroeste e Nordeste Argentino com necessidades insatisfeitas.	*2	978.206,00	21.499.100,00	978.206,00 21.499.100,00	0,00 0,00
7	ARG-8/94	Realização do Programa de Reconversão Produtiva e Reestruturação Empresarial Voltada para as Exportações.	*2	8.000.000,00		8.000.000,00	0,00
8	ARG-9/96	Programa de Modernização e Desenvolvimento do Comércio Internacional - COMINTER	*2	3.238.200,00	3.293.840,00	3.238.200,00	0,00 Anulado
9	ARG-10/96	Cooperação Técnica Reembolsável. Programa de Reconversão Empresarial para as Exportações - PREX	*2	4.000.000,00		4.000.000,00	0,00
10	ARG-11/99	Programa de apoio à Secretaria de Programação Econômica e Regional do Ministério de Economia e Obras e Serviços Públicos.	*3	1.500.000,00		1.500.000,00	Anulado
11	ARG-12/02	Realização dos Estudos de Pré-Investimento e Execução das Obras para a Reconversão do Porto da Cidade de Santa Fé	*2 *1	900.000,00	25.000.000,00	900.000,00 25.000.000,00	0,00 25.000.000,00
12	ARG-13/03	Programa de Financiamento Contrapartida Local para o Projeto BID 1118/OC-AR-Programa de Emergência para a recuperação das zonas afetadas pelas inundações com especial ênfase na Província de Santa Fé.	*2		51.000.000,00	51.000.000,00	0,00
13	ARG-14/04	Programa de Desenvolvimento Social em Áreas do Noroeste e Nordeste Argentino com Necessidades Básicas Insatisfeitas - PROSOFA II	*2		22.485.000,00	22.485.000,00	0,00
14	ARG-15/04	Programa de Melhoria e Otimização da Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos da Área Metropolitana de Buenos Aires.	*3		27.650.000,00	27.650.000,00	Anulado
15	ARG-16/06	Execução do Projeto de Desenvolvimento e Implantação do Sistema Nacional de Alerta Precoce e Prevenção de Catástrofes.	*2	450.000,00		450.000,00	0,00
16	ARG-17/06	Programa de Melhoria na Competitividade dos Portos Fluviais da Província de Buenos Aires.	*1		47.200.000,00	47.200.000,00	20.951.581,97
17	ARG-18/06	Execução do Programa de Apoio de à Inserção Comercial Internacional das Pequenas e Médias Empresas Argentinas PROARGENTINA II.	*1		4.500.000,00	4.500.000,00	0,00
18	ARG-19/13	Projeto de Fortalecimento da Interrupção da Transmissão Vetorial da Doença de Chagas na República Argentina.	*1		25.000.000,00	25.000.000,00	5.291.869,17
19	ARG-20/14	Criação de uma Entidade Nacional de Programação e de uma Rede de Salas de Cinema para a Promoção e Divulgação de Conteúdos Audiovisuais da Região.	*1		9.953.383,00	9.953.383,00	8.675.315,59
20	ARG-21/14	Programa de Desenvolvimento Social em Áreas Fronteiriças do Noroeste e Nordeste Argentino com Necessidades Básicas Insatisfeitas - (PROSOFA III).	*1		28.170.000,00	28.170.000,00	21.126.580,00
21	ARG-22/14	Programa de Desenvolvimento de Áreas de produção agrícola em Províncias Fronteiriças da Bacia do Prata - Primeira Etapa.	*1		18.400.000,00	18.400.000,00	12.333.818,89
22	ARG-23/15	Projeto de Integração Ferroviária Argentino - Boliviana para o Desenvolvimento Econômico e Regional - Ramal C 15 Ferrocarril Gral. Belgrano. Argentina	*1		35.000.000,00	35.000.000,00	34.605.000,00
23	ARG-24/15	Programa de Desenvolvimento da Bacia do Rio Bermejo.	*4		35.000.000,00	35.000.000,00	0,00
24	ARG-25/16	Programa de Fortalecimento Institucional de Planejamento Regional	*4		12.000.000,00	12.000.000,00	0,00
25	ARG-26/16	Projeto de Modernização do Estado - Programa País Digital	*4		7.500.000,00	7.500.000,00	0,00
26	ARG-27/16	Programa de Emergência para dar Resposta aos Efeitos de “El Niño”	*4		20.000.000,00	20.000.000,00	0,00
27	ARG-28/16	Programa de Desenvolvimento de Complexos Fronteiriços	*4		20.000.000,00	20.000.000,00	0,00
28	ARG-29/16	Programa de Melhoria Integral para Assentamentos Fronteiriços	*4		20.000.000,00	20.000.000,00	0,00
29	ARG-30/16	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agroindustrial	*4		10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
30	ARG-31/16	Programa de Acesso ao Financiamento Produtivo no Norte Argentino	*4		20.000.000,00	20.000.000,00	0,00
31	ARG-32/16	Programa de Desenvolvimento dos Serviços de Água Potável e Saneamento da Mesopotâmia	*4		33.000.000,00	33.000.000,00	0,00

*1 Empréstimos em execução
*2 Empréstimos concluídos
*3 Empréstimos anulados
*4 Em processo de assinatura

Bolívia

EMPRÉSTIMOS APROVADOS
POR TIPO DE FINANCIAMENTO
a 31 / 12 / 2016
(em dólares americanos)

EMPRÉSTIMOS APROVADOS
POR TIPO DE FINANCIAMENTO
a 31 / 12 / 2016
(em dólares americanos)



Nº	CÓDIGO EMPRÉSTIMO	NOME PROJETO	NOTAS	TIPO DE FINANCIAMENTO		TOTAL APROVADO	A DESEMBOLSAR
				PRÉ-INVESTIMENTO	INVESTIMENTO		
TOTAL:				6.997.708,00	496.465.748,00	465.289.902,00	178.689.411,63
1	BOL-1/79	Viabilidade da Ferrovia Valleggrande - Zudáñez.	*2	585.000,00		585.000,00	0,00
2	BOL-2/80	Desenho Final da Ferrovia Motacucito - Porto Busch.	*2	423.000,00		423.000,00	0,00
3	BOL-3/81	Aerofotogrametria da Alta Bacia do Rio Bermejo.	*2	234.000,00		234.000,00	0,00
4	BOL-4/81	Pavimentação da Rodovia Potosi - Tarapaya.	*2		7.000.000,00	7.000.000,00	0,00
5	BOL-5/82	Pavimentação da Rodovia Sucre - Yotala - Totacoa.	*2		7.500.000,00	7.500.000,00	0,00
6	BOL-6/83	Viabilidade e Desenho Final da Rodovia Padcaya - Bermejo.	*2	1.000.000,00		1.000.000,00	0,00
7	BOL-7/86	Desenho Final da Rodovia Challapata - Tarapaya.	*2	720.000,00		720.000,00	0,00
8	BOL-8/85	Pavimentação da Rodovia Santa Cruz - Trinidad.	*2		19.500.000,00	19.500.000,00	0,00
9	BOL-9/89	Pavimentação da Rodovia Totacoa - Puente Méndez.	*2		8.280.000,00	8.280.000,00	0,00
10	BOL-10/89	Pavimentação da Rodovia Palmar Grande - Yacuiba.	*2		13.877.500,00	13.877.500,00	0,00
11	BOL-11/89	Reabilitação dos Trechos Viários: Cochabamba - Chimoré e Yapacaní - Guabirá	*2		8.800.000,00	8.800.000,00	0,00
12	BOL-12/90	Pavimentação Rodovia Santa Cruz - Trinidad	*2		13.700.000,00	13.700.000,00	0,00
13	BOL-13/90	Execução das Obras de Ampliação e Melhoria do Aeroporto: “Capitán Nicolás Rojas” do Departamento de Potosi.	*2		4.500.000,00	4.500.000,00	0,00
14	BOL-14/92	Elaboração dos Estudos de Viabilidade e Desenho Final para a Pavimentação da Rodovia Cuchu Ingenio - Villazón.	*2	2.087.000,00	10.000.000,00	2.087.000,00	0,00
15	BOL-15/92	Execução de Obras de Melhoria e Pavimentação do Trecho Viário entre Santa Cruz de la Sierra e Abapó.	*2			10.000.000,00	0,00
16	BOL-16/94	Realização de Estudos de Pré-Investimento e Execução de Obras para a Pavimentação da Rodovia N 6, Trecho Boyuibe - Hito Villazón	*2	728.209,00	38.173.554,00	728.209,00	0,00 Anulado
17	BOL-17/94	Realização de Estudos de Pré-Investimento e Execução de Obras para a Pavimentação da Rodovia Abapó - Camiri	*2	1.220.499,00	17.000.000,00	1.220.499,00 17.000.000,00	0,00 0,00
18	BOL-18/04	Execução de Obras para a Pavimentação do Projeto viário que abrange as rodovias: Guabirá - Chané - Aguaices - Colonia Pirai	*2		40.000.000,00	40.000.000,00	0,00
19	BOL-19/11	Projeto de Construção da Rodovia Rio Uruguaito - Santa Rosa de la Roca - San Ignacio de Velasco.	*1		63.450.000,00	63.450.000,00	4.516.012,80
20	BOL-20/13	Programa de Conservação Rodoviária - Reabilitação por Graus de Intervenção (Manutenção Periódica) do Trecho viário San Ramón - San Javier - Concepción - Rio Uruguaito.	*1		35.000.000,00	35.000.000,00	3.474.197,45
21	BOL-21/14	Projeto: Construção Pista Dupla Montero - Cristal Mayu. Trecho: Ivirgarzama - Puente Mariposas.	*1		34.753.571,00	34.753.571,00	24.275.398,46
22	BOL-22/14	Projeto: Construção Pista Dupla Montero - Cristal Mayu. Trecho: Puente Mariposas - Puente Chimoré.	*1		20.531.123,00	20.531.123,00	14.031.015,22
23	BOL-23/14	Projeto: Construção da Rodovia Nazacara - Hito IV. Trecho: Nazacara - San Andrés de Machaca.	*1		26.000.000,00	26.000.000,00	17.534.298,90
24	BOL-24/14	Projeto: Construção de Obras de Proteção contra Inundações nas Bacias do Departamento de Santa Cruz.	*1		13.400.000,00	13.400.000,00	393.488,80
25	BOL-25/15	Equipamento do Aeroporto Internacional de Alcantarí, Departamento de Chuquisaca	*1		5.000.000,00	5.000.000,00	4.465.000,00
26	BOL-26/15	Projeto: Pista Dupla Montero - Cristal Mayu. Trecho Puente Chimoré. km 15. Villa Tunari.	*1		50.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00
27	BOL-27/16	Projeto Pista Dupla Montero - Cristal Mayu - Trecho Puente SN4-Villa Tunari	*1		50.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00
28	BOL-28/16	Programa Colhendo Água Semeando Luz	*1		10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00

*1 Empréstimos em execução
*2 Empréstimos concluídos
*3 Empréstimos anulados
*4 Em processo de assinatura

Brasil

EMPRÉSTIMOS APROVADOS
POR TIPO DE FINANCIAMENTO
a 31 / 12 / 2016
(em dólares americanos)

EMPRÉSTIMOS APROVADOS
POR TIPO DE FINANCIAMENTO
a 31 / 12 / 2016
(em dólares americanos)



Nº	CÓDIGO EMPRÉSTIMO	NOME PROJETO	NOTAS	TIPO DE FINANCIAMENTO		TOTAL APROVADO	A DESEMBOLSAR
				PRÉ-INVESTIMENTO	INVESTIMENTO		
TOTAL:				0,00	266.962.348,00	266.962.348,00	0,00
1	BR-1/94	Execução de Obras para a Pavimentação da Rodovia MS-141 Trecho Ivinhema - Naviraí e Rodovia MS-475, Trecho MS-141 Guassulândia - Entr. BR-376.	*2		20.000.000,00	20.000.000,00	0,00
2	BR-2/95	Execução do Programa de Preservação do Meio Ambiente Natural e Recuperação de Áreas Degradadas na Bacia Arroio Dilúvio.	*2		1.143.000,00	1.143.000,00	0,00
3	BR-3/95	Execução de Obras de Ampliação do Hospital de Pronto-Socorro de Porto Alegre.	*2		2.600.000,00	2.600.000,00	0,00
4	BR-4/97	Execução do Projeto de Construção de Ponte sobre o Rio Paraguai na Rodovia BR-262, entre Miranda e Corumbá.	*2		13.400.000,00	13.400.000,00	0,00
5	BR-5/01	Execução de Obras para a Pavimentação das Rodovias: MS 384/474, no Trecho: Antônio João - Bela Vista - Caracol - Entroncamento com a Rodovia BR-267	*2		24.000.000,00	24.000.000,00	0,00
6	BR-6/02	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Preservação do Córrego Sóter.	*2		6.148.348,00	6.148.348,00	0,00
7	BR-7/03	Execução do Programa Integrado da Zona Norte Entrada Da Cidade.	*2		27.500.000,00	27.500.000,00	0,00
8	BR-8/04	Execução de Obras para o Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Básica e dos Serviços Urbanos de Florianópolis.	*2		22.400.000,00	22.400.000,00	0,00
9	BR-9/05	Execução de Obras para a Melhoria da Infraestrutura viária na Região Sul - Fronteira.	*2		28.000.000,00	28.000.000,00	0,00
10	BR-10/06	Execução do Programa Eixo Ecológico e Estruturação de Parques Ambientais - Linha Verde.	*2		11.800.000,00	11.800.000,00	0,00
11	BR-11/06	Execução do Programa de Estruturação de Assentamentos Habitacionais da Cidade de Curitiba.	*2		10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
12	BR-12/07	Execução do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas do Córrego Imbirussu	*2		17.061.000,00	17.061.000,00	0,00
13	BR-13/07	Financiamento do Projeto de Melhoria e Expansão da Infraestrutura Viária de Chapecó	*2		14.750.000,00	14.750.000,00	0,00
14	BR-14/08	Programa de Desenvolvimento Urbano, Social e Ambiental do Município de Ipatinga	*3		19.250.000,00	19.250.000,00	Anulado
15	BR-15/08	Projeto de Melhoria e Ampliação da Infraestrutura Urbana de Cachoeirinha, Município de Cachoeirinha - RS, República Federativa do Brasil.	*2		8.910.000,00	8.910.000,00	0,00
16	BRA-16/14	Programa de Desenvolvimento Integrado de Corumbá - PDI	*4		40.000.000,00	40.000.000,00	0,00

*1 Empréstimos em execução
*2 Empréstimos concluídos
*3 Empréstimos anulados
*4 Em processo de assinatura

Paraguai

EMPRÉSTIMOS APROVADOS
POR TIPO DE FINANCIAMENTO
a 31 / 12 / 2016
(em dólares americanos)

EMPRÉSTIMOS APROVADOS
POR TIPO DE FINANCIAMENTO
a 31 / 12 / 2016
(em dólares americanos)



Nº	CÓDIGO EMPRÉSTIMO	NOME PROJETO	NOTAS	TIPO DE FINANCIAMENTO		TOTAL APROVADO	A DESEMBOLSAR
				PRÉ-INVESTIMENTO	INVESTIMENTO		
TOTAL:				76.474.716,19	432.199.150,81	438.673.867,00	139.671.026,66
1	PAR-2/79	Programa de Pré-Investimento.	*2	3.000.000,00		3.000.000,00	0,00
2	PAR-3/78	Viabilidade Viária no Chaco Paraguuaio.	*2	675.000,00		675.000,00	0,00
3	PAR-4/81	Programa de Colonização e Desenvolvimento Pecuário no Noroeste do Chaco Paraguuaio.	*2		4.000.000,00	4.000.000,00	0,00
4	PAR-5/84	Obras de Reabilitação e Pavimentação da Rodovia Villarrica - Ñumi	*2		8.400.000,00	8.400.000,00	0,00
5	PAR-6/84	Sétimo Projeto Pecuário	*2		15.000.000,00	15.000.000,00	0,00
6	PAR-7/85	Habilitação de Pequenos Agricultores no Departamento de Caaguazu	*3		2.300.000,00	2.300.000,00	Anulado
7	PAR-8/86	Pavimentação da Rodovia Desvio Filadélfia e Mariscal Estigarribia.	*2		20.300.000,00	20.300.000,00	0,00
8	PAR-9/90	Acessos ao Porto de Assunção	*3	230.000,00		230.000,00	Anulado
9	PAR-10/92	Estudo de Viabilidade e Desenho Final. Pavimentação do Trecho Viário da Rodovia 12 entre Chaco-i e Fortín Gral. Bruguez.	*2	522.143,19	6.477.856,81	7.000.000,00	0,00
10	PAR-11/93	Execução de Obras para o Abastecimento de Água Potável nos Departamentos de Fronteira.	*2		3.800.000,00	3.800.000,00	0,00
11	PAR-12/93	Execução do Programa Global de Empréstimos ao Setor Industrial.	*2		20.000.000,00	20.000.000,00	0,00
12	PAR-13/93	Execução de Obras para a Pavimentação da Rodovia IV (General Jose E. Díaz) no trecho San Ignacio - Pilar.	*2		34.580.300,00	34.580.300,00	0,00
13	PAR-14/94	Estudos de Pré-Investimento e Execução de Obras para a Pavimentação da Rodovia Nº 9 (Transchaco, trecho Mariscal Estigarribia - Eugenio A. Garay.)	*2	1.547.573,00		1.547.573,00	0,00
14	PAR-15/94	Execução do Programa Global de Empréstimos a Pequenos e Médios Produtores do Setor Pecuário.	*2		10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
15	PAR-16/01	Estudos de Pré-Investimento e Execução de Obras para a Construção do Terminal Portuário Multipropósito da cidade de Pilar no Departamento de Ñeembucu.	*1 *1	500.000,00	8.500.000,00	500.000,00 8.500.000,00	0,00 4.607.532,00
16	PAR-17/02	Financiamento Parcial da Contribuição Local para o Programa de Melhoria dos Corredores de Integração da Região Ocidental do Paraguai.	*2		20.251.900,00	20.251.900,00	0,00
17	PAR-18/04	Programa Global de Créditos para a Reativação e o Desenvolvimento da Criação de Gado.	*3		10.000.000,00	10.000.000,00	Anulado
18	PAR-19/11	Projeto de Reabilitação e Pavimentação do Trecho Santa Rosa de Aguaray - Capitán Bado.	*1		97.928.094,00	97.928.094,00	7.313.494,66
19	PAR-20/15	Desenvolvimento de Infraestrutura Viária em Corredores de Integração Sul – Oeste do Paraguai. 1º Fase (Melhoria Trecho Alberdi-Pilar; Acesso ao Porto Pilar, e Reabil. Trecho Remanso-Falcón)	*1	70.000.000,00	70.000.000,00	70.000.000,00	70.000.000,00 0,00
20	PAR-21/15	Linha de Financiamento para a Melhora da Produção e da Comercialização dos Pequenos e Médios Produtores no Âmbito Nacional.	*1		15.000.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00
21	PAR-22/16	Projeto de Habilitação da Malha Viária Pavimentada no Paraguai	*1		42.750.000,00	42.750.000,00	42.750.000,00
22	PAR-23/16	Projeto de Melhoria de Estradas Locais e Pontes Região Oriental Paraguai	*5		42.911.000,00	42.911.000,00	0,00

*1 Empréstimos em execução

*2 Empréstimos concluídos

*3 Empréstimos anulados

*4 Em processo de assinatura

*5 Contrato assinado aguardando ratificação do Congresso

Uruguai

EMPRÉSTIMOS APROVADOS
POR TIPO DE FINANCIAMENTO
a 31 / 12 / 2016
(em dólares americanos)

EMPRÉSTIMOS APROVADOS
POR TIPO DE FINANCIAMENTO
a 31 / 12 / 2016
(em dólares americanos)



Nº	CÓDIGO EMPRÉSTIMO	NOME PROJETO	NOTAS	TIPO DE FINANCIAMENTO		TOTAL APROVADO	A DESEMBOLSAR
				PRÉ-INVESTIMENTO	INVESTIMENTO		
TOTAL:				6.247.482,00	355.590.670,00	361.838.152,00	96.732.724,67
1	UR-2/82	Estudos das rodovias 1, 4 e 14 e quatro pontes.	*2	2.000.000,00		2.000.000,00	0,00
2	UR-3/84	Construção de Laboratório de Pesquisa e Controle da Febre Aftosa.	*2	2.000.000,00		2.000.000,00	0,00
3	UR-4/89	Construção do Centro Malvin Norte e Equipamento dos Centros de Pesquisa de Pós-Graduação da Universidade.	*2		3.534.170,00	3.534.170,00	0,00
4	UR-5/92	Execução de Obras para a reabilitação de quatro trechos viários das Rodovias 5 (Acesso à cidade de Tacuarembó), 8 (Acessos à cidade de Treinta y Tres) e 9 (Acesso à cidade do Chuy)	*2		19.726.500,00	19.726.500,00	0,00
5	UR-6/92	Cooperação Técnica para a Elaboração do Estudo de Impacto do Processo de Integração Regional no Transporte de Carga.	*2	441.327,00		441.327,00	0,00
6	UR-7/93	Execução dos Estudos de Desenho Final Plano de Saneamento para o Interior do País.	*2	953.953,00		953.953,00	0,00
7	UR-8/93	Plano de Transformações da Direção Nacional de Correios.	*2		1.830.000,00	1.830.000,00	0,00
8	UR-9/94	Programa de Cooperação Técnica e Investimento em Infraestrutura Física, Equipamento e Capacitação para o Setor Educação.	*3	336.642,00		336.642,00	Anulado
9	UR-10/94	Execução do Dragado e Sinalização dos Canais de Martín García entre o km 0 do Rio Uruguai e a interseção do Canal de Acesso ao Porto de Buenos Aires no km. 37 (Barra del Farallon).	*2		25.000.000,00	25.000.000,00	0,00
10	UR-11/94	Realização dos Planos Mestres para os Portos de Colonia e Juan Lacaze.	*2	233.036,00		233.036,00	0,00
			*2	282.524,00		282.524,00	0,00
11	UR-12/2003	Realização dos Planos Mestres para os Portos Nueva Palmira e Fray Bentos.	*2		30.000.000,00	30.000.000,00	0,00
12	UR-13/2012	Assistência Financeira destinada a solver parcialmente as Despesas das Contribuições Locais para a Execução de Obras e Aquisição de Equipamento correspondente a Programas e/ou Projetos que contam com financiamento do BID, do BIRF e da CAF.	*1		112.000.000,00	112.000.000,00	4.855.060,78
13	URU-14/2014	Programa de Reabilitação e Manutenção de Infraestrutura.	*1		30.500.000,00	30.500.000,00	30.500.000,00
14	URU-15/2014	Construção e Melhoria dos Sistemas de Saneamento em Localidades da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Lucia.	*3		40.000.000,00	40.000.000,00	Anulado
15	URU-16/2015	Projeto de Construção da Linha de Transmissão Elétrica Tacuarembó - Melo em 500 kV	*1		35.000.000,00	35.000.000,00	19.570.163,89
16	URU-17/2015	Programa de Reabilitação e Manutenção da Infraestrutura Viária - Fase II	*1		30.500.000,00	30.500.000,00	30.500.000,00
17	URU-18/16	Financiamento do Segundo Programa de Reabilitação e Manutenção da Infraestrutura Viária Programa de Apoio à Malha Viária Nacional	*1		27.500.000,00	27.500.000,00	11.307.500,00

*1 Empréstimos em execução
*2 Empréstimos concluídos
*3 Empréstimos anulados
*4 Em processo de assinatura

COOPERAÇÕES TÉCNICAS APROVADAS
POR TIPO DE FINANCIAMENTO
a 31 / 12 / 2016
(em dólares americanos)

PAÍS / CONVÊNIO	ITEM		TOTAL APROVADO	A DESEMBOLSAR
OPERAÇÕES DE RECUPERAÇÃO CONTINGENTE				
ARGENTINA			1.040.534,00	79.959,70
OCT/RC-ARG-1/95	Estudos Complementares. Fase I dos Estudos de Viabilidade para o aproveitamento dos recursos Hídricos da Alta Bacia do Rio Bermejo e do Rio Grande de Tarija.	(*)	437.338,00	0,00
OCT/RC-BINACIONAL-ARG-01/2008	Cooperação Técnica de Recuperação Contingente Destinada à Execução do Programa de Otimização da Conectividade Territorial entre a Argentina e o Paraguai. Nó: Neembucu - Rio Bermejo e Nó: Clorinda - Área Metropolitana de Assunção	(**)	603.196,00	79.959,70
BOLÍVIA			1.131.502,00	0,00
OCT/RC-BOL-1/91	Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica do Projeto de Eletrificação da Província Modesto Omiste do Departamento de Potosí.	(*)	102.000,00	0,00
OCT/RC-BOL-2/92	Atualização do Estudo de Viabilidade e Otimização do Desenho Final do Trecho Viário Padcaya - La Mamora no Departamento de Tarija.	/1	203.700,00	0,00
OCT/RC-BOL-3/92	Execução do Estudo de Viabilidade Fase I para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos da Alta Bacia dos Rios Bermejo e Grande de Tarija	(*)	481.482,00	0,00
OCT/RC-BOL-4/95	Estudos para a elaboração do Projeto para o “Plano Nacional de Controle e Erradicação da Febre Aftosa na República da Bolívia”.	(*)	344.320,00	0,00
PARAGUAI			1.811.694,00	50.068,89
OCT/RC-PAR-1/91	Estudo de Desenho Final de Engenharia do Trecho Viário San Ignacio - Pilar.	/2	355.000,00	0,00
OCT/RC-PAR-2/91	Revisão e Atualização do Estudo de Desenho Final de Engenharia do Trecho Viário Concepción-Pozo Colorado.	/3	54.000,00	0,00
OCT/RC-PAR-3/92	Execução dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Financeira e de Desenho Final do Projeto “Acessos ao Porto de Assunção”.	(*)	545.398,00	0,00
OCT/RC-PAR-4/96	Execução dos Estudos de Delimitação de Áreas Inundáveis do Rio Paraguai.	(*)	254.100,00	0,00
OCT/RC-BINACIONAL-PAR-01/2008	Cooperação Técnica de Recuperação Contingente Destinada à Execução do Programa de Otimização da Conectividade Territorial entre a Argentina e o Paraguai. Nó: Neembucu - Rio Bermejo e Nó: Clorinda - Área Metropolitana de Assunção	(**)	603.196,00	50.068,89
URUGUAI			488.600,00	0,00
OCT/RC-UR-1/91	Estudo de Viabilidade para o Ramal Ferroviário para o Porto de Nueva Palmira.	(*)	84.000,00	0,00
OCT/RC-UR-2/92	Execução do Estudo de Viabilidade do Projeto de Erradicação da Brucelose e Tuberculose Bovina, e Implementação do Sistema de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Avaliação do Impacto de Doenças Crônicas e Sistemas Subclínicos no Gado Uruguaio.	(*)	97.000,00	0,00
OCT/RC-UR-3/93	Execução do Programa de Investimento Social Fase I.	(*)	307.600,00	0,00

(*) Concluídas
(**) Em Execução
1/ Em julho/2000, o Beneficiário devolveu a importância antes desembolsada de US\$ 201.997,73.
2/ Com o 1 Des. do Empréstimo PAR-13/93 foram recuperados US\$ 319.999,14 (Reais) e US\$ 34.992,01 (Guaranis) pela OCT.
3/ Em 17 de junho/98, o beneficiário devolveu a importância antes desembolsada de US\$ 53.160,34.



COOPERAÇÕES TÉCNICAS APROVADAS
POR TIPO DE FINANCIAMENTO
a 31 / 12 / 2016
(em dólares americanos)

CONVÊNIO	ITEM		TOTAL APROVADO	A DESEMBOLSAR
OPERAÇÕES NÃO REEMBOLSÁVEIS:				
HIDROVIA PARAGUAI - PARANÁ			685.000,00	0,00
OCT/N.R.-CIH-1/91	Cooperação Técnica Não Reembolsável para a Hidrovia Paraguai Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nueva Palmira).	(*)	150.000,00	0,00
OCT/N.R.-CIH-2/95	Cooperação Técnica Não Reembolsável para Realizar Estudos sobre: "O Desenvolvimento das Zonas de Produção nas Áreas de Influência Portuária".	(*)	485.000,00	0,00
OCT/N.R.-CIH-3/98	Cooperação Técnica Não Reembolsável destinada para realizar Estudos sobre "Sistema de Informações do Programa Hidrovia Paraguai - Paraná"	(*)	50.000,00	0,00
C I C			155.000,00	0,00
CONVÊNIO OCT-NR C I C - 5/2003	Cooperação Técnica Não Reembolsável destinada a cooperar com o financiamento da Preparação do Programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata	(*)	155.000,00	0,00
ATN - BID - FONPLATA			20.000,00	0,00
CONVÊNIO OCT-NR ATN/SF-9229-RG	Participação do BID e do FONPLATA no IIRSA Apoio à Implementação da Estratégia de Divulgação e Participação da Iniciativa IIRSA.	(*)	20.000,00	0,00
I I R S A			1.959.308,21	0,00
CONVÊNIO OCT/NR-IIRSA-04/2002	Participação do FONPLATA no IIRSA Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul	(*)	1.759.308,21	0,00
CONVÊNIO OCT/NR-IIRSA-08/2015	Participação do FONPLATA no IIRSA Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul	(*)	200.000,00	0,00
OCT/NR-BOL-6/2014			20.000,00	0,00
CONVÊNIO OCT-NR -BOL-6/2014	Instalação ou Melhoria Infraestrutura Comunicacional de Videoconferência	(*)	20.000,00	0,00
OCT/NR-PAR-7/2015			28.200,00	0,00
CONVÊNIO OCT-NR -PAR-7/2015	Fortalecimento das Capacidades do Fundo Pecuário do Paraguai	(*)	28.200,00	0,00
OCT/NR-ARG-11/2016			66.400,00	66.400,00
CONVÊNIO OCT-NR -ARG-11/2016	Plano de Elaboração e Realização da Pesquisa de Orçamentos Familiares	(**)	66.400,00	66.400,00
OCT/NR-COSIPLAN-IIRSA-09/2016			198.333,00	95.962,90
CONVÊNIO OCT-NR -COSIPLAN-IIRSA-09/2016	Financiamento Atividades IIRSA	(**)	198.333,00	95.962,90
OCT/NR-PAR-10/2016			97.000,00	83.500,00
CONVÊNIO OCT-NR -PAR-10/2016	Fortalecimento Institucional e Técnico do Fundo Pecuário	(**)	97.000,00	83.500,00
OCT/NR-UCAR/2016			300.000,00	210.205,45
CONVÊNIO OCT-NR -UCAR/2016	Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Agropecuário	(**)	300.000,00	210.205,45
OCT/NR-UCAR/SUL-1/16			52.825,00	5.125,00
CONVÊNIO OCT-NR -UCAR/SUL-2016	Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Ovina Paraguai	(**)	52.825,00	5.125,00
OCT/NR-APOYO TEC-MTOP-URUGUAI			5.000,00	2.664,21
CONVÊNIO OCT-NR -APOYO TEC-TOP-URUGYA	Apoio Técnico ao Ministério de Transporte e Obras Publicas - Uruguai	(**)	5.000,00	2.664,21

(*) Concluídas
(**) Em Execução





Anexo II:

DECISÕES ESTRATÉGICAS
TOMADAS EM 2016

Decisões no âmbito da Assembleia de Governadores

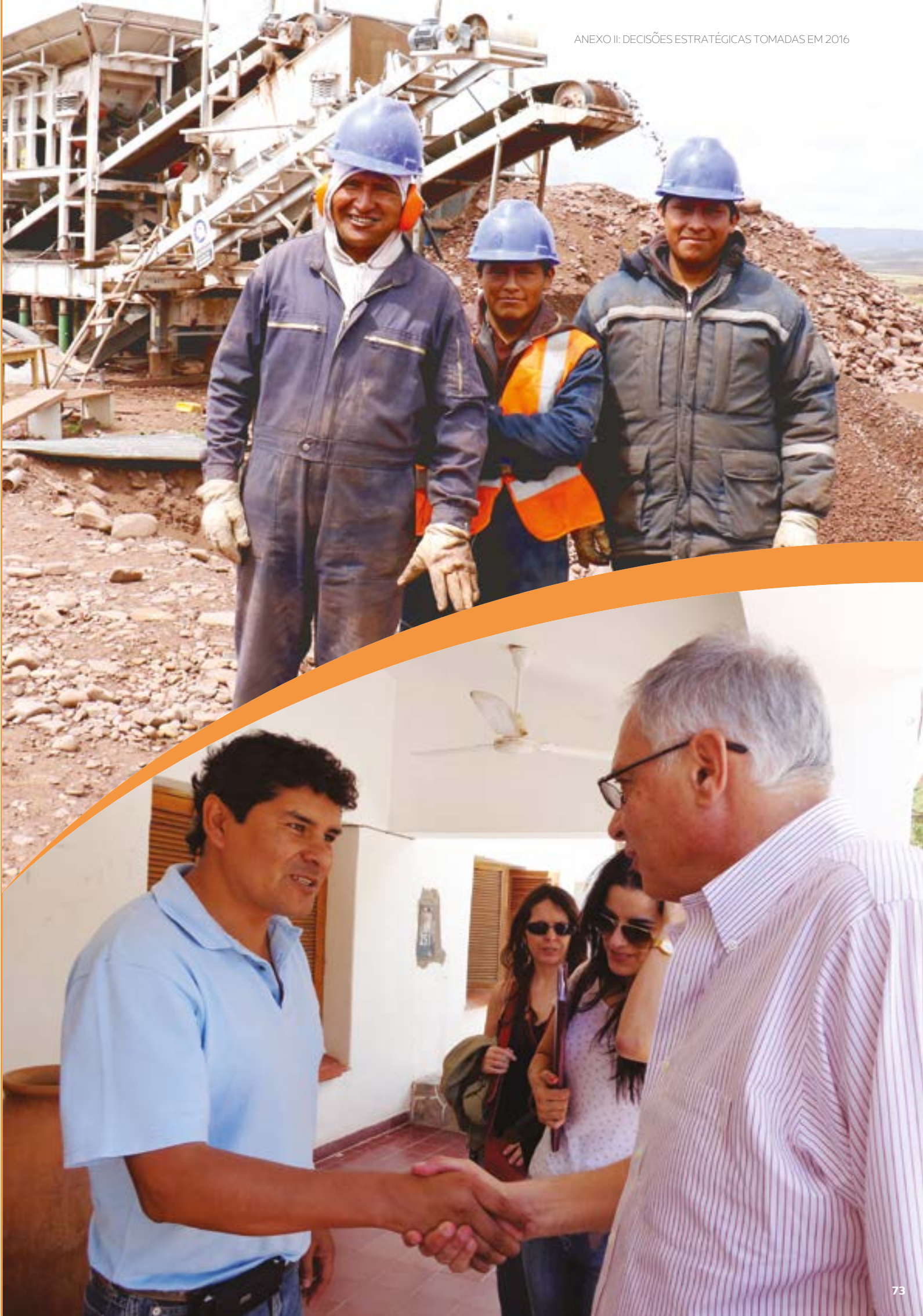
DATA	RESOLUÇÃO	ASSUNTO
28.1.2016	154	Aprovação da 2ª fase do aumento de capital do FONPLATA.

Decisões no âmbito da Diretoria Executiva

DATA	RESOLUÇÃO	ASSUNTO
05.08.2016	1373	Aprovação da política de aquisições e contratações para os mutuários e beneficiários do FONPLATA. Financiamento com recursos de outras fontes.
30.03.2016	1367	Revisão da Taxa de Retorno Operacional ou Spread Fixo da Taxa de Juros.
01.09.2016	1377	Recomendação à Assembleia de Governadores sobre a Interpretação do Convênio Constitutivo

Decisões no âmbito da Presidência Executiva

DATA	RESOLUÇÃO	ASSUNTO
21.01.2016	01	Aprovação do desenho e coordenação do programa para verificar o cumprimento de políticas.
26.2.2016	09	Aprovação da metodologia de cálculo da suficiência de capital.
08.04.2016	11	Aprovação da atualização às normas gerais de administração de operações.
12.05.2016	15	Aprovação do regulamento relativo à administração do risco operacional.
19.07.2016	29	Aprovação da política de liquidez.
16.12.2016	46	Aprovação da modificação da estrutura organizacional.
16.12.2016	47	Aprovação da estratégia socioambiental.





Anexo III:

RELATÓRIO DA AUDITORIA
EXTERNA DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO 2016

FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA (FONPLATA)

Estados financieros al 31 de diciembre de 2016 y 2015

CONTENIDO

Dictamen del auditor independiente
Estado de situación financiera
Estado de ingresos
Estado de resultados integrales
Estado de flujos de efectivo
Estado de evolución del patrimonio neto
Notas a los estados financieros

US\$ = dólar estadounidense



DICTAMEN DEL AUDITOR INDEPENDIENTE

24 de febrero de 2017

A la Asamblea de Gobernadores
Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA)
Santa Cruz de la Sierra

Nuestra opinión

En nuestra opinión, los estados financieros de Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) que se adjuntan presentan razonablemente, en todo aspecto significativo, la situación patrimonial y financiera al 31 de diciembre de 2016, el resultado de sus operaciones, el resultado integral, la evolución de su patrimonio neto y su flujo de efectivo por el ejercicio terminado en dicha fecha, de acuerdo con normas internacionales de información financiera.

Información auditada

Los estados financieros de Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) se encuentran conformados por:

- El estado de situación financiera al 31 de diciembre de 2016.
- El estado de ingresos por el ejercicio terminado el 31 de diciembre de 2016.
- El estado de resultados integrales por el ejercicio terminado el 31 de diciembre de 2016.
- El estado de flujo de efectivo por el ejercicio terminado el 31 de diciembre de 2016.
- El estado de evolución del patrimonio neto por el ejercicio terminado el 31 de diciembre de 2016; y
- Las notas a los estados financieros, que incluyen un resumen de las políticas contables significativas.

Bases para nuestra opinión

Efectuamos nuestro examen de acuerdo con las Normas Internacionales de Auditoría. Nuestras responsabilidades de acuerdo con esas normas se encuentran descritas en la sección "Responsabilidades del auditor con relación a la auditoría de los estados financieros".

Consideramos que la evidencia de auditoría obtenida es suficiente y apropiada para proveer una base para nuestra opinión.

Independencia

Somos independientes de Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) de acuerdo con el Código de Ética para Profesionales en Contabilidad emitido por el Comité de Normas Internacionales de Ética. Hemos cumplido nuestras responsabilidades relacionadas con ética, de acuerdo con el código antes mencionado.

PricewaterhouseCoopers S.R.L. Santa Cruz – Bolivia Edif. Omnia Del Piso 1, Equipetrol Norte Calle Dr. Viador Pinto esquina calle I, T: (591-3) 3444321, F: (591-3) 3444322, www.pwc.com/bo



Responsabilidades de la Gerencia sobre los estados financieros

La Gerencia es responsable por la preparación y correcta presentación de los estados financieros de acuerdo con las normas internacionales de información financiera, y por el control interno que la Gerencia determine necesario para permitir la preparación de los estados financieros, libres de errores materiales debido a fraude o error.

Al preparar los estados financieros, la Gerencia es responsable por la evaluación de la capacidad de Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONFLATA) de continuar como una entidad en marcha, exponiendo, de ser aplicable, los problemas relacionados con una entidad en marcha y en utilizar la base contable de entidad en marcha a menos que la Gerencia intente liquidar el Fondo o cesar sus operaciones.

Las personas que están a cargo del Gobierno Corporativo del Fondo son los responsables de supervisar el proceso de reporte financiero del mismo.

Responsabilidades del auditor con relación a la auditoría de los estados financieros

Nuestros objetivos son obtener una seguridad razonable sobre si los estados financieros en su conjunto, se encuentran libres de errores materiales debido a fraude o error, y emitir un informe de auditoría que incluya nuestra opinión. Seguridad razonable es un nivel alto de seguridad, pero no es garantía de que una auditoría llevada a cabo de acuerdo con normas internacionales de auditoría siempre detectará un error material cuando exista. Los errores pueden surgir como consecuencia de un fraude o error, y son considerados materiales si, individualmente o en conjunto, se espera que de forma razonable influyeran las decisiones económicas que los usuarios puedan tomar sobre la base de estos estados financieros.

Como parte de una auditoría realizada de acuerdo con normas internacionales de auditoría, nosotros ejercemos nuestro juicio profesional y mantenemos escepticismo profesional durante todo el proceso de auditoría. Asimismo:

- Identificamos y evaluamos los riesgos de error material de los estados financieros, debido a fraude o error, diseñamos y llevamos a cabo procedimientos de auditoría que respondan a esos riesgos, y obtenemos evidencia de auditoría que sea suficiente y apropiada para proveer una base para nuestra opinión. El riesgo de no detectar un error material por hechos de fraude es mayor al riesgo de no detectar un error, ya que el fraude puede involucrar colusión, falsificación, omisiones intencionales, malas presentaciones o la omisión de controles internos.
- Obtenemos un entendimiento de los controles internos relevantes para la auditoría con el objetivo de diseñar los procedimientos de auditoría que sean apropiados en las circunstancias, pero no con el objetivo de expresar una opinión sobre la efectividad de los controles internos del Fondo.
- Evaluamos la apropiada utilización de las políticas contables, y la razonabilidad de las estimaciones contables y así como de la exposición realizada por la Gerencia.
- Concluimos sobre el uso apropiado por parte de la Gerencia de la base contable de entidad en marcha, y basados en la evidencia de auditoría obtenida, evaluamos si existe una incertidumbre material relacionada a eventos o condiciones que puedan generar dudas significativas sobre la capacidad del Fondo de continuar como una entidad en marcha. Si concluimos que existe una incertidumbre material, estamos obligados a manifestar en el dictamen de auditoría las revelaciones incluidas por el Fondo sobre este tema en los estados financieros, o si tales revelaciones no son adecuadas, debemos informar dicho aspecto en nuestra opinión. Nuestras conclusiones se basan en la evidencia de auditoría obtenida a la fecha del dictamen del auditor. Sin embargo,



eventos futuros u otras condiciones pueden causar que el Fondo pueda perder la condición de continuar como entidad en marcha.

- Evaluamos la presentación general, estructura y contenido de los estados financieros, incluyendo las revelaciones y si los estados financieros representan las transacciones realizadas y eventos de tal forma que permita una presentación razonable.

Comunicamos a aquellos que se encuentran a cargo de Gobierno Corporativo del Fondo, entre otros aspectos, el alcance del trabajo planificado, la oportunidad de la auditoría y los hallazgos de auditoría significativos, incluyendo cualquier deficiencia significativa de control interno que hayamos identificado durante la auditoría.


Sergio Fischer
Socio



FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA
ESTADO DE SITUACIÓN FINANCIERA
 (Cifras expresadas en miles de dólares estadounidenses)

	Al 31 de diciembre de	
	2016	2015
ACTIVOS		
Efectivo y equivalentes de efectivo – Nota 6.1	31.038	17.618
Inversiones		
Disponibles para la venta – Nota 6.2	12.193	4.997
Mantenidas a vencimiento – Nota 6.3	167.739	179.932
Cartera de préstamos – Nota 6.4	539.517	447.327
Intereses y otros cargos acumulados		
Sobre inversiones – Nota 6.3	550	330
Sobre préstamos – Nota 6.4	4.007	2.674
Otros activos		
Propiedades y equipos, neto – Nota 7.1	3.191	2.377
Misceláneos – Nota 7.2	380	136
Total de activos	758.615	627.617
PASIVO Y PATRIMONIO NETO		
Pasivo		
Préstamos – Nota 6.5	16.000	-
Otros pasivos	204	271
Fondos especiales – Nota 6.6	8.816	9.425
Provisiones a largo plazo – Nota 7.3	577	411
Patrimonio neto		
Capital – Nota 8.1		
Autorizado	3.014.200	1.639.200
Menos porción exigible	(1.665.000)	(880.000)
Capital integrable en efectivo	1.349.200	799.200
Capital suscrito a integrar	(705.917)	(256.667)
Reserva general – Nota 8.3	74.979	65.654
Otras reservas – Nota 8.2	(5)	(2)
Utilidades retenidas – Nota 8.3	14.761	9.325
Total del patrimonio neto	733.018	637.530
Total del pasivo y patrimonio neto	758.615	627.617

Las notas que se acompañan forman parte integral de estos estados financieros.

Juan E. Notario Fraga
 PRESIDENTE EJECUTIVO

Fernando L. Scelza Martínez
 PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO

Jacqueline Koehnke Ferrufino
 JEFE DEL AREA CONTABLE

Gerardo Hita Dussel
 GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS

1



FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA
ESTADO DE INGRESOS
 (Cifras expresadas en miles de dólares estadounidenses)

	Años terminados al 31 de diciembre de	
	2016	2015
INGRESOS – Nota 9		
Cartera de préstamos		
Intereses	15.554	10.911
Otros ingresos por préstamos	3.382	2.863
Inversiones		
Intereses	1.318	1.246
Otros	44	43
Otros ingresos	1.362	1.289
Ingresos por activos financieros	20.478	15.337
GASTOS		
Intereses sobre préstamos	19	-
Egresos por pasivos financieros	19	-
Ingreso por activos financieros netos	20.459	15.337
Provisión por deterioro de préstamos	105	2.922
Ingresos después de la provisión por deterioro de préstamos	20.354	12.415
Gastos administrativos – Nota 10	5.593	5.381
Total de gastos	5.593	5.381
Ingreso neto	14.761	7.034
ESTADO DE RESULTADOS INTEGRALES		
Ingreso neto	14.761	7.034
Cambios en el valor de inversiones disponibles para la venta	(3)	(2)
Reclasificación de reserva por revalor de propiedades	-	(305)
Resultado integral	14.758	6.727

Las notas que se acompañan forman parte integral de estos estados financieros.

Juan E. Notario Fraga
 PRESIDENTE EJECUTIVO

Fernando L. Scelza Martínez
 PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO

Jacqueline Koehnke Ferrufino
 JEFE DEL AREA CONTABLE

Gerardo Hita Dussel
 GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS

2



FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA
ESTADO DE FLUJOS DE EFECTIVO

(Cifras expresadas en miles de dólares estadounidenses)

	Años terminados al 31 de diciembre de	
	2016	2015
FLUJOS DE EFECTIVO DE ACTIVIDADES OPERATIVAS		
Efectivo recibido de amortizaciones de préstamos	35.434	35.443
Efectivo recibido de intereses y comisiones de préstamos	17.006	13.271
Desembolsos de préstamos	(127.133)	(119.310)
Pagos de salarios, gastos administrativos y proveedores	(5.648)	(5.109)
	(80.341)	(75.705)
OTROS FLUJOS DE EFECTIVO OPERATIVOS		
Cobros de activos exigibles misceláneos	(244)	113
Pagos/transferencias a proveedores y fondos especiales	(599)	(820)
Pago de beneficios sociales	(43)	(34)
	(886)	(741)
<i>Flujo neto de efectivo utilizado en actividades operativas</i>	<i>(81.227)</i>	<i>(76.446)</i>
FLUJOS DE EFECTIVO DE ACTIVIDADES DE INVERSIÓN		
Rendimiento de inversiones	1.356	1.309
Liquidaciones de inversiones financieras	(22.350)	934
Pago de servicios financieros	(114)	(96)
Ingreso por venta de inmueble	--	560
Compra de propiedad y equipos	(918)	(515)
<i>Flujo neto de efectivo proveniente de actividades de inversión</i>	<i>(22.026)</i>	<i>2.192</i>
FLUJOS DE EFECTIVO DE ACTIVIDADES DE FINANCIACIÓN		
Aportaciones de capital en efectivo	100.750	46.666
Financiación proveniente de préstamos	16.000	--
Cargos financieros	(77)	--
<i>Flujo de efectivo proveniente de actividades de financiación</i>	<i>116.673</i>	<i>46.666</i>
Incremento/(disminución) neto del efectivo y sus equivalentes durante el ejercicio	13.420	(27.588)
Efectivo y sus equivalentes al inicio del ejercicio	17.618	45.206
<i>Efectivo y sus equivalentes al cierre del ejercicio</i>	<i>31.038</i>	<i>17.618</i>

Las notas que se acompañan forman parte integral de estos estados financieros.


Juan Esteban Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO


Fernando L. Scelza Martiner
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO

Esqueline Kozhniko Ferrugino
JEFE DEL AREA CONTABLE


Gerardo Fita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS

FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA
ESTADO DE EVOLUCIÓN DEL PATRIMONIO NETO

(Cifras expresadas en miles de dólares estadounidenses)

	Capital integral (U)	Reserva general (U)	Reserva cobertura de intereses (U)	Reserva evaluación técnica de pasivos (U)	Reserva para cambios en el valor de inversiones no financieras disponibles para la venta (U)	Total ocupa minoría (U)	Unidades revisadas (U)	Total (U)
Saldo al 31 de diciembre de 2014	495,847	40,055	17,843	305	428	983	7,794	567,654
Aumento de capital - Aportes en efectivo	44,666	-	-	-	-	-	-	44,666
Asignado por Asamblea de Gobernadores 2015	-	25,509	(17,843)	-	-	-	(2,334)	46,666
Aporte en valores de inversiones negociadas vinculados al proyecto	-	-	-	-	(6,248)	-	-	(6,248)
Aporte de ejercicios anteriores sobre cambios de administración	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado del ejercicio	-	-	-	-	-	-	1,888	1,888
Resultados integrales - Cambios en el valor de inversiones disponibles para la venta	-	-	-	-	-	-	7,034	7,034
Resultados integrales - Reclasificaciones de reservas por revalúo de propiedades	-	-	-	(340)	-	(340)	-	(340)
Saldo al 31 de diciembre de 2015	542,533	65,654	-	-	(2)	120	305	617,510
Aumento de capital - Aportes en efectivo	100,750	-	-	-	-	-	-	100,750
Asignado por Asamblea de Gobernadores 2016	-	9,325	-	-	-	-	(9,325)	-
Resultado del ejercicio	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados integrales - Cambios en el valor de inversiones disponibles para la venta	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo al 31 de diciembre de 2016	643,283	74,979	-	-	(2)	120	305	718,588

Las notas que se acompañan forman parte integral de estos estados financieros.

[Signature]
Juan Espinoza O Fraga
PRESIDENTE (EJECUTIVO)

Fernando I. Sotelo Martínez
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO



NOTAS A LOS ESTADOS FINANCIEROS
EJERCICIOS FINALIZADOS AL 31 DE DICIEMBRE DE 2016 Y 2015
(Cifras en miles de dólares estadounidenses)

NOTA 1 – ANTECEDENTES

Los Gobiernos de los Países de Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay y Uruguay, animados de un firme espíritu de cooperación y solidaridad, persuadidos de que la acción mancomunada permitirá el desarrollo regional armónico y equilibrado, suscribieron el Tratado de la Cuenca del Plata el 23 de abril de 1969.

La Cuenca del Plata es una región caracterizada por su riqueza en recursos naturales, destacándose sus cuencas hídricas, la abundancia de sus minerales y la fertilidad de sus suelos. El área cuenta con zonas de vasto potencial para actividades agropecuarias e industriales y alberga algunas de las reservas hidroeléctricas más importantes de Latinoamérica, como Itaipú, Yacyretá y Salto Grande, a la vez que extensas redes de transporte vial y fluvial.

Los cinco Países mantienen entre sí una estrecha vinculación debido a los ecosistemas compartidos, tales como los sistemas hidrográficos y energéticos, las redes de transporte aéreo, fluvial, terrestre y demás sistemas de comunicación.

El Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA o el Fondo), fue creado como resultado del Tratado de la Cuenca del Plata, mediante Convenio Constitutivo suscrito por los gobiernos de los Países Miembros. Dicho Convenio entró en vigencia en fecha 14 de octubre de 1976.

FONPLATA es una persona jurídica internacional, de duración indefinida, que se rige por las disposiciones contenidas en su Convenio Constitutivo y en sus Reglamentos. Tiene su Sede principal en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra, Estado Plurinacional de Bolivia, contando con una oficina de seguimiento de proyectos en la ciudad de Asunción, República del Paraguay, la cual opera desde 1989.

De acuerdo a los términos del Artículo I del Tratado, el objetivo de FONPLATA es financiar la realización de estudios, proyectos, programas y obras tendientes a promover el desarrollo armónico y la integración física de la Cuenca del Plata, destinando a tales efectos sus recursos propios y los que obtenga de otras fuentes de financiamiento.

Entre las principales funciones de FONPLATA, están el otorgamiento de préstamos, fianzas y avales; la obtención de préstamos externos con la responsabilidad solidaria de sus Países Miembros; el financiamiento de estudios de pre inversión, con el propósito de identificar oportunidades de inversión o proyectos de interés para la Cuenca; el financiamiento y contratación de asistencia y asesoramiento técnico; así como acometer todas aquellas funciones que sean propicias para el mejor cumplimiento de sus objetivos.

En el año 2011, la Asamblea de Gobernadores como parte de la implementación de un nuevo modelo de gestión institucional, creó el cargo de Presidente Ejecutivo y aprobó una nueva delegación y distribución de las funciones de gobernanza y administración del Fondo, delegando en el Presidente el ejercicio de las funciones de representación legal, dirección y administración. El primer Presidente de FONPLATA fue nombrado por la Asamblea de Gobernadores y entró en funciones en septiembre de 2012.

Entre septiembre y diciembre de 2012, se implementaron un conjunto de medidas que modernizaron y dinamizaron al Fondo. Entre las medidas más relevantes se destacan: la reformulación del ciclo de proyectos,

dándole agilidad y reduciendo sus costos transaccionales; la adopción de un nuevo marco de presupuesto basado en resultados, mejorando la rendición de cuentas, la transparencia y el proceso de toma de decisiones; la incorporación de la gestión por objetivos y el comienzo de un vínculo fluido con las instituciones multilaterales internacionales.

En la gestión 2013, se aprobó el Plan Estratégico Institucional (PEI) 2013-2022. El PEI es un instrumento de planificación estratégica diseñado para conducir, supervisar y rendir cuentas respecto del grado de consecución de los resultados de gestión de FONPLATA. Conjuntamente con la aprobación del PEI se modificó el Convenio Constitutivo fortaleciendo el proceso de gobernanza, y aprobó el primer aumento del capital de FONPLATA, ampliando el capital de \$489.000 a \$1.639.000.

Continuando con la implementación de medidas para modernizar y agilizar la operación del Fondo y consolidar el nuevo modelo de gestión, entre 2013 y 2014 se aprobaron e implementaron nuevos instrumentos y políticas financieras, sentando las bases para el nuevo protagonismo subregional que FONPLATA desea alcanzar y emprender el proceso de obtención de una calificación de riesgo crediticio.

Con fecha 28 de enero de 2016, demostrando su apoyo a la gestión de FONPLATA durante el período 2012 – 2015, y su compromiso con el crecimiento de la capacidad prestable para atender la demanda creciente de financiamiento de sus Países miembros, la 14ª Asamblea Extraordinaria de Gobernadores aprobó un nuevo aumento de capital. Este nuevo aumento, comenzará a hacerse efectivo en el 2017 y culminará de ser integrado en el 2024, resultando en un incremento de \$1.375.000 en la capacidad prestable. El aumento de capital consiste de \$550.000 de capital integrable en efectivo en siete cuotas anuales a partir del año 2018, y de \$825.000 de capital exigible a ser suscrito en su totalidad a partir del año 2017.

Los estados financieros correspondiente al ejercicio 2016, fueron considerados por la Comisión de Auditoría del Directorio Ejecutivo y el Directorio recomendó su aprobación a la Asamblea de Gobernadores de FONPLATA.

NOTA 2 – RESUMEN DE LAS PRINCIPALES POLÍTICAS CONTABLES

A se resumen las principales políticas contables aplicadas en la preparación de estos estados financieros. Salvo expresa indicación en contrario, estas políticas contables han sido consistentemente aplicadas para todos los años presentados.

2.1 Bases de presentación

(i) Cumplimiento con Normas Internacionales de Información Financiera

Los estados financieros están presentados de acuerdo con Normas Internacionales de Información Financiera (NIIF) e interpretaciones emitidas por el Comité de Interpretaciones NIIF (IFRIC IC por sus siglas en inglés) aplicable a las entidades que reportan bajo NIIF y cumplen con las normas emitidas por el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB por sus siglas en inglés).

El Fondo presenta su estado de situación financiera ordenado por el criterio de liquidez. Los activos y pasivos se presentan de acuerdo a su recuperación o liquidación dentro de los 12 meses siguientes de la fecha del estado de situación financiera (corrientes) y por más de 12 meses siguientes de la fecha del estado de situación financiera (no corrientes), según Nota 11.

(ii) **Costo histórico**

Los estados financieros han sido preparados sobre la base del costo histórico, excepto por los siguientes componentes de los estados financieros:

- Activos financieros disponibles para la venta.
- Algunas inversiones valuadas al menor valor entre el costo amortizado o su valor de mercado, en aquellos casos en los que existen indicadores de deterioro.

(iii) **Nuevas normas y modificaciones adoptadas por FONPLATA**

FONPLATA ha aplicado las siguientes normas y modificaciones por primera vez en la gestión anual iniciada el 1 de enero de 2015:

- Mejoras anuales a las NIIF – Ciclo 2010 a 2012.
- Mejoras anuales a las NIIF –Ciclo 2011 a 2013.

La adopción de las mejoras realizadas en el Ciclo 2010 a 2012 y del Ciclo 2011 a 2013, ha requerido incorporar información adicional en la exposición de la nota de segmentos y cambios en la registración y presentación de instrumentos financieros, incluyendo cambios en la registración de pérdidas en préstamos que fueran implementados por FONPLATA en 2015.

(iv) **Nuevas normas e interpretaciones no adoptadas**

Título de la normativa	Naturaleza del cambio	Impacto	Fecha de aplicación obligatoria
NIIF 9 – Instrumentos Financieros	La NIIF 9 establece la clasificación, medición y baja de los activos y pasivos financieros e introduce las nuevas reglas para la contabilidad de coberturas. En julio de 2014, el IASB completó su proyecto de instrumentos financieros con la emisión del IFRS 9, incluyendo los requerimientos previamente emitidos y los cambios adicionales para introducir el nuevo modelo de pérdidas esperadas por deterioro en créditos y algunos cambios en los criterios de clasificación y medición de activos financieros.	Siguiendo los cambios aprobados por el IASB en julio de 2014, FONPLATA no espera mayores impactos en las nuevas reglas de clasificación, medición y baja, en los activos y pasivos financieros. Por el momento FONPLATA no ha realizado una evaluación detallada de los activos financieros clasificados como disponibles para la venta, que aparentemente cumplirían con las condiciones para ser clasificados como instrumentos financieros a valor justo con cambios a través de otros resultados integrales basados en el	Esta revisión completa el proyecto de instrumentos financieros del IASB y este nuevo estándar tiene vigencia efectiva para los ejercicios comenzados a partir del 1 de enero del 2018, permitiéndose la adopción anticipada (sujeto a requerimientos locales aplicables).

7

Título de la normativa	Naturaleza del cambio	Impacto	Fecha de aplicación obligatoria
		modelo de negocio actual de estos activos. Por lo tanto, no se espera que exista un cambio en la contabilización de estos activos. Asimismo, se estima que no exista impacto en la contabilización de los pasivos financieros, tomando en cuenta que los nuevos requerimientos contables, solamente afectarán la contabilización de los pasivos financieros que son designados a valor justo con cambios a resultados y FONPLATA no mantiene este tipo de pasivos. La nueva norma también establece cambios en las reglas de contabilización de las coberturas, las cuales no afectan a FONPLATA, debido a que no mantiene este tipo de instrumentos financieros. A partir del 1 de enero de 2015, FONPLATA adoptó el nuevo modelo de pérdidas por deterioro esperadas en préstamos en relación a su cartera de préstamos soberanos.	
NIIF 15 –Ingresos de contratos con clientes	La IASB ha emitido una nueva norma para el reconocimiento de ingresos. Esta norma reemplazará la NIC 18 que cubre los contratos de bienes y servicios, y la NIC 11 que cubre los contratos de construcción. Esta nueva norma está basada en el principio de que el ingreso debe ser	La gerencia de FONPLATA actualmente está evaluando el impacto de estas nuevas reglas. Si bien FONPLATA, estima que esta nueva norma no afectará de forma significativa a sus estados financieros, esta evaluación será completada en los siguientes 12 meses.	Esta norma es de aplicación obligatoria para las gestiones financieras que inicien en o después del 1 de enero de 2017. Se espera que la adopción de esta norma por parte de FONPLATA se realice el 1 de enero de 2017.

8

Título de la normativa	Naturaleza del cambio	Impacto	Fecha de aplicación obligatoria
	reconocido cuando el control de los bienes y servicios han sido transferidos al cliente, por lo tanto, la noción de control reemplaza la actual noción de riesgos y beneficios. Esta norma permite realizar una modificación retrospectiva en su adopción. Bajo este esquema las entidades podrían reconocer ajustes de transición en las utilidades acumuladas a la fecha de aplicación inicial, sin re-expresar la gestión comparativa. Las nuevas reglas deben ser aplicadas sobre los contratos que no han finalizado a la fecha de aplicación inicial.		
NiIF 16 - Arrendamientos	Elimina, para los casos de arrendatarios, la distinción entre los contratos de "arrendamiento financiero" que se registran en el estado de situación financiera y los "arrendamientos operativos" para los que no se exige el reconocimiento de las cuotas de arrendamiento futuros. En su lugar, se desarrolla un modelo único que es similar al de arrendamiento financiero actual.	El Fondo estima que estos cambios no tendrán un impacto significativo en los estados financieros.	Esta norma aplica para los ejercicios que comiencen a partir del 1 de enero de 2019.
Modificaciones a la NIC 12 - Impuesto a las Ganancias	Estas modificaciones en el reconocimiento de activos por impuestos diferidos por pérdidas no realizadas aclaran cómo contabilizar dichos activos cuando se relacionan con instrumentos de deuda medidos a su valor razonable.	Esta norma no tiene impacto en los estados financieros del Fondo debido a que se encuentra exento del pago del impuesto sobre las utilidades.	Esta norma tiene vigencia para los ejercicios que comiencen a partir del 1 de enero de 2017.

Título de la normativa	Naturaleza del cambio	Impacto	Fecha de aplicación obligatoria
Modificaciones a NIC 7 - Estado de flujos de efectivo	Estas modificaciones de la NIC 7 introducen revelaciones adicionales que permitan a los usuarios evaluar cambios en los pasivos por actividades de financiación. Esto incluye los cambios que impliquen "flujos de efectivo", tales como retiros de fondos y reembolsos de los préstamos; y cambios que no impliquen "flujos de efectivo", tales como adquisiciones, enajenaciones y diferencias de cambio no realizadas.	El Fondo no estima impactos significativos en los estados financieros de la aplicación de esta modificación.	Esta norma tiene vigencia para los ejercicios que comiencen a partir del 1 de enero de 2017.

2.2 Información sobre segmentos

Con base en el análisis de sus operaciones, FONPLATA ha determinado que solo tiene un segmento operativo, consistente en el financiamiento de las necesidades de desarrollo de sus Países miembros.

FONPLATA evalúa periódicamente el desempeño y la situación financiera del Fondo, a efectos de tomar las decisiones que considere pertinentes para el logro de sus objetivos estratégicos.

2.3 Conversión a moneda extranjera

(i) Moneda funcional y de presentación

Los saldos presentados en los estados financieros, así como las transacciones que los conforman son medidos utilizando el dólar estadounidense, que es la moneda del ambiente económico primario en el cual opera FONPLATA ("la moneda funcional").

(ii) Transacciones y saldos

Las transacciones en moneda extranjera son convertidas a la moneda funcional utilizando el tipo de cambio a la fecha de cada una de las transacciones. Las pérdidas o ganancias por transacciones en moneda extranjera resultan de los pagos realizados en monedas diferentes al dólar estadounidense y se relacionan en general con gastos administrativos incurridos en la sede principal de FONPLATA, o en su oficina en Asunción, Paraguay. Las ganancias y pérdidas por diferencia de cambio asociadas a gastos administrativos, son presentadas en el estado de resultados de forma neta en los gastos administrativos.

Los activos financieros, tales como inversiones y préstamos se encuentran denominados en dólares estadounidenses y el Fondo no tiene pasivos financieros por lo que no hay diferencias de cambio relacionadas con activos financieros.

Los bienes o servicios denominados en monedas diferentes a la moneda funcional que son medidos a valor razonable, son convertidos a la moneda funcional a los tipos de cambio vigentes en la fecha en que se determina su valor razonable. Las diferencias de cambio en activos y pasivos medidos a valor razonable, son reportadas como parte de la ganancia y pérdida por valor razonable.

2.4 Reconocimiento de ingresos

Los ingresos por intereses sobre préstamos y por inversiones mantenidas a vencimiento, son determinadas aplicando el método de la tasa de interés efectiva. Los otros ingresos por préstamos que consisten en comisiones por administración y compromiso, se determinan de acuerdo con lo establecido en la NIC 18.

FONPLATA reconoce los ingresos cuando el monto de los mismos puede ser medido de manera confiable, y es probable que los beneficios económicos fluyan a favor del Fondo. FONPLATA basa sus estimaciones en los resultados históricos, tomando en consideración el tipo de transacción o prestatario y las especificaciones de cada uno de los acuerdos suscritos.

2.5 Arrendamientos

Los arrendamientos en los cuales los riesgos y beneficios de la propiedad de los activos no son retenidos por el arrendatario, son clasificados como arrendamientos operativos. Los pagos realizados por los arrendamientos operativos son cargados a los resultados durante el periodo que dure dicho arrendamiento sobre el método de línea recta. FONPLATA no mantiene arrendamientos financieros.

2.6 Efectivo y equivalente de efectivo

Para propósitos de presentación en el estado de flujos de efectivo, el efectivo y equivalente de efectivo incluye las tenencias de efectivo y depósitos en bancos e inversiones altamente líquidas, con vencimientos originales de tres meses o menos, convertibles en efectivo en montos determinables y que no presentan riesgos significativos de cambios en el valor.

2.7 Cartera de préstamos

La cartera de préstamos es reconocida inicialmente a su valor razonable y posteriormente es medida a su costo amortizado utilizando el método de la tasa de interés efectiva, menos la provisión por deterioro. Para mayor información acerca de la contabilización de la cartera de préstamos ver la Nota 6.4.

2.8 Inversiones y otros activos financieros

(i) Clasificación

FONPLATA clasifica sus activos financieros en las siguientes categorías:

- Activos financieros a valor razonable con cambios a resultados.
- Préstamos.
- Inversiones mantenidas a vencimiento, y
- Activos financieros disponibles para la venta.

La clasificación de los activos financieros depende del propósito para los cuales las inversiones fueron adquiridas. FONPLATA determina la clasificación de sus inversiones en oportunidad de su adquisición y reconocimiento. Las inversiones que son designadas para ser mantenidas hasta su vencimiento están sujetas a una revisión anual a fin de revalidar la razonabilidad de dicha clasificación. La Nota 6 muestra un mayor detalle sobre cada tipo de activos financieros.

(ii) Reclasificación

Los activos financieros diferentes a los préstamos pueden ser reclasificados a otra categoría diferente de "valores negociables," sin embargo estos cambios, de existir, deben ser realizados solamente en circunstancias particulares y que surjan como resultado de un evento particular e inusual. Adicionalmente, FONPLATA puede elegir reclasificar los activos financieros que no cumplan con la definición de préstamos fuera de las categorías de "valores negociables" o "disponibles para la venta", si el Fondo tiene la intención y la habilidad de mantener estos activos financieros en el futuro o hasta su vencimiento, dentro de la categoría a la cual se reclasificó.

Las reclasificaciones son realizadas a su valor razonable a la fecha de la reclasificación. El valor razonable se convierte en el costo o costo amortizable, en caso de ser aplicable, y no se pueden realizar reversiones posteriores de las ganancias o pérdidas del valor razonable contabilizado antes de la fecha de reclasificación. Las tasas de interés efectivas de los activos financieros reclasificados a la categoría de "valores mantenidos hasta su vencimiento" son determinados a la fecha de la reclasificación. Los incrementos adicionales estimados en el flujo de caja son ajustados en la tasa de interés efectiva de forma prospectiva.

(iii) Reconocimiento y baja

La compra y venta normal de los activos financieros son reconocidas en la fecha en la cual dichos activos son negociados, que es la fecha en la que el Fondo compromete la compra o venta de éstos. Los activos financieros son dados de baja cuando los derechos de recibir flujos de caja de estos activos financieros han expirado o cuando los beneficios o riesgos de la propiedad de estos activos han sido transferidos.

Cuando las inversiones clasificadas como "disponibles para la venta" son vendidas, los ajustes en el valor razonable que se encuentran acumuladas en los "otros resultados integrales", son reclasificados en el estado de resultados como "ganancias o pérdidas de inversiones."

(iv) Medición

Al inicio de la transacción, FONPLATA, mide los activos financieros a su valor razonable más los costos de transacción que son directamente atribuibles a la adquisición de los activos financieros.

Los préstamos y las inversiones mantenidas a vencimiento, son posteriormente valuadas a su costo amortizado utilizando el método de la tasa de interés efectiva.

Los activos financieros "disponibles para la venta" son posteriormente valuados a su valor razonable. Las ganancias y pérdidas que surjan de los cambios en el valor razonable, son reconocidas dentro de otros resultados integrales.

Los intereses que surjan de los activos financieros "disponibles para la venta", "mantenidas a vencimiento" y préstamos, calculados utilizando el método de la tasa de interés efectiva, son reconocidos en el estado de ingresos como parte de los ingresos operativos.

En la Nota 6.7 se encuentra un detalle sobre la determinación del valor razonable de los instrumentos financieros.

(v) Deterioro

Al final de cada periodo de cierre, FONPLATA evalúa la posibilidad de deterioro potencial que afecte a un activo financiero o a un grupo de activos financieros. El potencial deterioro en préstamos es determinado con base en la calificación de riesgo individual de los Países prestatarios de acuerdo con una metodología adoptada por la mayoría de los bancos multilaterales de desarrollo. La nota 6.4 contiene una explicación detallada de esta metodología así como de la determinación de la provisión por deterioro de préstamos.

En el caso de inversiones, FONPLATA reconoce el deterioro solamente si existe una evidencia objetiva del mismo como resultado de uno o más eventos que ocurran después de su reconocimiento inicial (evento de pérdida) y dicho evento o los eventos, afecta los flujos de caja futuros a ser producidos y los mismos pueden ser determinados de manera confiable.

- a. Activos financieros mantenidos a costo amortizado: La provisión para posibles pérdidas en préstamos soberanos es mantenida a un nivel que FONPLATA considera adecuado para absorber las pérdidas potenciales inherentes a la cartera de préstamos a la fecha de los estados financieros. El monto de pérdida por deterioro se mide como la diferencia entre el valor contable y el valor determinado de acuerdo con la calificación de riesgo individual de los Países prestatarios para su deuda a largo plazo, que se determina como la calificación más baja de riesgo a la fecha de los estados financieros, de tres agencias calificadoras de crédito internacionalmente reconocidas. Estas calificaciones incorporan una probabilidad de incumplimiento ("default"). Debido a su condición de acreedor preferente, y teniendo en cuenta los privilegios e inmunidades concedidos a FONPLATA por sus Países miembros, las cuales están establecidas en su Convenio Constitutivo y en otros acuerdos específicos firmados con los Países, se utiliza un factor que refleja una menor probabilidad de incumplimiento – generalmente equivalente a tres niveles por encima de su calificación de riesgo. En caso de ser practicable, FONPLATA puede medir el deterioro sobre la base del valor razonable utilizando precios de mercados observables.

La provisión atribuible a la cartera de préstamos, es presentada como una deducción del monto de la cartera de préstamos.

Si, en un periodo posterior, los montos de las pérdidas por deterioro disminuyen, y dicha disminución está relacionada de forma objetiva a un evento que ocurre después de que el deterioro ha sido reconocido (tal como una mejora en la capacidad crediticia del deudor), las reversiones de las pérdidas por deterioro previamente contabilizadas pueden ser revertidas con efecto en el estado de ingresos.

- b. Activos financieros clasificados como disponibles para la venta: Si existe evidencia objetiva de deterioro sobre los "activos disponibles para la venta", las pérdidas acumuladas medidas como la diferencia entre el costo de adquisición y su valor razonable, menos cualquier pérdida por deterioro de esos activos financieros, son reclasificadas del patrimonio y reconocidos en el resultado de la gestión.

Si el valor razonable de los instrumentos de deuda clasificados como "disponibles para la venta" se incrementa en periodos posteriores, y el incremento puede ser objetivamente relacionado con un evento que ocurra después del reconocimiento de la pérdida por deterioro en el estado de resultados, la pérdida por deterioro es revertida con efecto en el estado de resultados.

(vi) Reconocimiento de ingresos

Las ganancias por intereses son reconocidos utilizando el método de la tasa de interés efectiva. De existir préstamos en estado de no acumulación de ingresos, los mismos se consideran créditos deteriorados. Se considera que un préstamo está deteriorado cuando el análisis de la información disponible y eventos actuales

13

indican que existe un grado de probabilidad que FONPLATA no pueda recuperar el monto total de capital e intereses adeudados, de acuerdo con los términos contractuales del préstamo. Cuando un préstamo se encuentra deteriorado, FONPLATA disminuye el valor contable de estos activos a su importe recuperable, siendo los flujos futuros de caja estimados descontados a la tasa de interés efectiva original, y revierte el efecto del descuento contra los ingresos financieros. Las ganancias por intereses sobre préstamos deteriorados son reconocidas utilizando la tasa de interés efectiva original.

2.9 Propiedades y equipos

Las propiedades y equipos se encuentran contabilizados a su costo histórico, menos la depreciación. El costo histórico incluye los gastos que son directamente atribuibles a la adquisición de los activos.

Los costos posteriores son incluidos en el valor contable de los activos o son reconocidos como un activo separado, solamente cuando sea probable que existan beneficios económicos futuros asociados con el activo y sus costos puedan ser valuados de forma confiable. Los valores contables de cualquier componente, que se han contabilizado como un ítem separado, son dados de baja cuando estos son reemplazados. Las reparaciones y mantenimientos son cargados al estado de resultados durante el periodo en los cuales estos costos son incurridos.

Los incrementos en los valores contables que surgen de las revaluaciones de las propiedades, son reconocidos en los otros resultados integrales y acumulados en las reservas dentro del patrimonio neto. En la medida que el incremento del activo por revalúo haya sido anteriormente revertido con efecto en el estado de ingresos, el incremento posterior debe ser reconocido también con efecto en el estado de ingresos. Las disminuciones que reviertan los incrementos por revalúo de los mismos activos, son inicialmente reconocidos en los otros resultados integrales en la medida que existan excedentes por revalúo atribuibles a los activos; todas las otras disminuciones son cargadas al estado de resultados. Cada año, las diferencias entre la depreciación calculada sobre los activos revaluados que son cargadas al estado de resultados, y la depreciación calculada sobre los activos al costo original, son ajustados reclasificando las reservas por revalúo contra los resultados acumulados.

Los métodos de depreciación y los periodos utilizados por FONPLATA se encuentran expuestos en la Nota 7.1. Los valores residuales y las vidas útiles de los activos, son revisados y ajustados, en caso de ser apropiado, al final de cada gestión. Los valores contables de los activos son ajustados a su valor recuperable, si el monto contable de estos activos excede a su valor recuperable estimado.

Las ganancias o pérdidas sobre la venta de los activos son determinados comparando el valor contable y el valor de venta de los activos, y su efecto es directamente contabilizado en el estado de resultados. Cuando los activos revaluados son vendidos, es política del Fondo transferir los importes incluidos en las otras reservas a los resultados acumulados.

Las obras en curso incluyen el costo de proyectos de capital en proceso de construcción, así como bienes muebles adquiridos que forman parte integral de dichos proyectos. El monto total invertido en estos bienes es capitalizado y comienza a ser amortizado al momento de su culminación, cuando dichos bienes estén en condiciones de ser puestos en servicio. Las inversiones en obras en curso son realizadas en base a los certificados de avance de obras.

2.10 Préstamos

Los préstamos son inicialmente contabilizados a su valor razonable, neto de los costos incurridos en la transacción. De forma posterior estos pasivos son valuados a su costo amortizado. Cualquier diferencia entre el reconocimiento inicial de este pasivo y el valor efectivamente pagado, es reconocida en el estado de ingresos utilizando el método de la tasa de interés efectiva.

14

2.11 Outros passivos y obligaciones

Estos montos representan pasivos por bienes y servicios provistos al Fondo antes de la fecha de cierre, que se encuentran pendientes de pago. Los otros pasivos no presentan garantías y son usualmente pagados dentro de los 30 días de su reconocimiento. Estos pasivos son reconocidos inicialmente a su valor razonable y de forma posterior son medidos a costo amortizado utilizando el método de la tasa de interés efectiva.

2.12 Obligaciones con fondos especiales

Estos montos representan pasivos por inversiones administradas por cuenta y orden de fondos especiales. Estos pasivos no presentan garantías y son usualmente pagados cuando los Fondos especiales solicitan efectivo a FONPLATA. Estos pasivos son reconocidos inicialmente a su valor razonable y de forma posterior son medidos a costo amortizado utilizando el método de la tasa de interés efectiva.

2.13 Otros beneficios a empleados a largo plazo

Este beneficio consiste en un pago por terminación de la relación laboral, equivalente a un sueldo por año de servicio efectivamente prestado al Fondo, y calculado sobre la base del último sueldo pagado a los empleados. Este beneficio es reconocido para todos los empleados de acuerdo a normativa interna vigente. Se estima que el valor actual de los pagos futuros estimados por este beneficio es cercano a los pasivos devengados por el Fondo a la fecha de cierre.

2.14 Capital integrado

El capital integrado consiste en los aportes en dinero efectivamente realizados por los Países miembros de FONPLATA.

NOTA 3 – ESTIMACIONES Y JUICIOS RELEVANTES

Los estados financieros son preparados de conformidad con las Normas Internacionales de Información Financiera, las que requieren que la Presidencia Ejecutiva haga supuestos y estimaciones que afectan los montos presentados para los activos y pasivos, así como de ingresos y gastos, durante el período correspondiente. Las estimaciones y juicios son continuamente evaluados y están basados en normas legales vigentes y otros factores, incluyendo la expectativa de eventos futuros, que son razonables bajo las actuales circunstancias.

Esta nota proporciona una visión general de las áreas que involucran un mayor grado de juicio o complejidad inherente a cada estimación, y de los ítems que son más probables a ser ajustados de forma significativa debido a que los resultados reales podrían diferir de dichas estimaciones. La información detallada acerca de cada una de las estimaciones y juicios utilizados, se encuentran incluidas en las Notas 6 y 7, junto con la información acerca de las bases de cálculo aplicadas sobre cada uno de los rubros que afectan a los estados financieros.

Los estimados más relevantes que afectan la preparación de los estados financieros de FONPLATA se relacionan con:

- Estimación de la provisión para deterioro de las inversiones a costo amortizado – Nota 6.3.
- Estimación de la provisión para deterioro de la cartera de préstamos – Nota 6.4.

NOTA 4 - ADMINISTRACIÓN DE RIESGOS FINANCIEROS

Esta nota explica la exposición de FONPLATA a los riesgos financieros y cómo estos riesgos podrían afectar en el desempeño financiero futuro del Fondo.

Riesgo	Origen de la exposición	Medición	Administración
Riesgo de mercado – Riesgo de moneda	Riesgo comercial de que las transacciones reconocidas como activos y pasivos financieros no se encuentren denominados en dólares estadounidenses (moneda funcional)	Presupuesto de flujo de efectivo.	Todas las operaciones de préstamos e inversiones, así como los pasivos más significativos de los estados financieros, han sido pactadas en dólares estadounidenses.
Riesgo de mercado – Riesgo de tasa de interés	Riesgo de variaciones en la tasa de interés utilizada por FONPLATA en la otorgación de los préstamos.	Análisis de sensibilidad.	FONPLATA ha establecido políticas para la determinación de la tasa de interés sobre los préstamos que le permiten reducir el riesgo de variación.
Riesgo de mercado	FONPLATA no mantiene inversiones en instrumentos de patrimonio que pueda estar sujetos al riesgo de precio.	Ninguna.	FONPLATA no mantiene inversiones en instrumentos de patrimonio que pueda estar sujetos al riesgo de precio.
Riesgo de crédito	Efectivo y equivalente de efectivo, inversiones disponibles para la venta, inversiones mantenidas a vencimiento.	- Análisis de antigüedad - Análisis del riesgo crediticio.	Diversificación de los depósitos en bancos y límites en préstamos. Políticas y lineamientos establecidos para las inversiones disponibles para la venta y las inversiones mantenidas a vencimiento.
Riesgo de liquidez	Otros pasivos y obligaciones con fondos especiales	Presupuesto de flujo de efectivo.	Disponibilidad de los fondos necesarios para cubrir con las obligaciones.

FONPLATA administra los riesgos a los que se encuentran expuestas sus operaciones de acuerdo con su política de gestión integral de riesgos. Esta política abarca los riesgos financieros de mercado y tasa de interés, los riesgos operativos y los riesgos estratégicos. El foco de la gestión integral de riesgos de FONPLATA es el de asegurar que los riesgos se mantengan en todo momento dentro de parámetros establecidos. Dichos parámetros se encuentran fijados en las políticas financieras de la institución y reflejan la capacidad de asumir riesgos definidos por sus órganos de gobernanza. Dentro del marco de su gestión integral de riesgos, la gestión está orientada para evitar aquellos riesgos que exceden la tolerancia de riesgo de la institución y mitigar los riesgos financieros, operativos y estratégicos, de acuerdo con los límites establecidos para cada tipo de riesgo asociado a sus operaciones.

En línea con las mejores prácticas internacionales en relación a la administración de riesgos, FONPLATA adoptó la clasificación de riesgos y definiciones adoptadas por la "Office of the Comptroller of the Currency (OCC)" y Basilea III.

4.1 Riesgo de moneda

La totalidad de los activos financieros y cerca del 99% de sus pasivos están denominados en dólares estadounidenses, que constituye la moneda funcional de la institución. Por lo tanto, los estados financieros de FONPLATA no están expuestos a un riesgo significativo ante potenciales variaciones de los tipos de cambio.

4.2 Riesgo de tasa de interés

Los préstamos de FONPLATA tienen como tasa de interés un componente de margen fijo y uno variable (LIBOR 6 meses). El margen fijo es revisado en cada ejercicio para los nuevos préstamos, en base a los lineamientos en la política de gestión de los ingresos y cargos financieros, cuyo objetivo es alcanzar el equilibrio entre la acumulación de capital de largo plazo que garantice la auto-sostenibilidad del Fondo y una estructura de condiciones financieras favorables para los Países beneficiarios del Fondo. FONPLATA aplica un modelo de gestión de ingresos netos como herramienta para administrar los resultados, que responden a un horizonte de planificación de mediano y largo plazo. El modelo permite, a través de la administración de parámetros y variables, asegurar que los cargos financieros sean estables y suficientes para sufragar todos los fines establecidos en las políticas financieras del Fondo, y realizar, en forma oportuna, los ajustes en el margen fijo frente a cambios significativos en los supuestos y estimaciones utilizados. Esta exposición es medida y evaluada por la institución regularmente, para asegurar la administración de riesgo de la tasa de interés.

De acuerdo con la política de Gestión de los Ingresos y Cargos Financieros, FONPLATA establece anualmente un margen fijo aplicable a nuevas operaciones de préstamo durante el ejercicio entrante (Tasa Operativa de Retorno o TOR). Conjuntamente con la aprobación de la TOR para 2016, se facultó al Presidente Ejecutivo a fijar tasas con márgenes fijos diferenciados para préstamos con vencimientos menores a 15 años y se aprobaron tasas operativas diferenciales, para incentivar a los prestatarios a tomar préstamos con menores plazos.

Para FONPLATA, el riesgo de la tasa de interés se limita a su componente variable, que está basado en la tasa Libor de 6 meses. FONPLATA lleva a cabo un análisis de sensibilidad para determinar la variación en los resultados o en el patrimonio neto como resultado de cambios en la tasa Libor de 6 meses.

Con base en el Presupuesto de Gastos Administrativos e Inversiones de Capital aprobado por la Asamblea de Gobernadores para el 2017, el análisis de sensibilidad fue calculado tomando la tasa LIBOR de 6 meses equivalente a 125,4 puntos base con una variación positiva y negativa de 48 puntos base. Consecuentemente, el análisis arroja una tasa Libor de 6 meses máxima equivalente a 173,4 puntos base y mínima de 77,4 puntos base. De acuerdo con el análisis efectuado, de materializarse la variación de 48 puntos base, los ingresos netos futuros podrían incrementarse o verse disminuidos en \$1.545, respectivamente, tal como se expone en el siguiente gráfico:



4.3 Riesgo de mercado

Es el riesgo de pérdidas en el valor de los activos financieros de FONPLATA como resultado de cambios en las condiciones de mercado. FONPLATA administra los riesgos de mercado, que afectan principalmente a sus portafolios de inversiones y préstamos mediante diversas medidas para asegurar que la exposición a riesgos se mantenga dentro de los límites establecidos en sus políticas. A la fecha de los estados financieros por los ejercicios cerrados al 31 de diciembre de 2016 y 2015, respectivamente, FONPLATA no tenía pasivos financieros.

4.4 Riesgo de crédito

Es el riesgo derivado de la falta de cumplimiento de los términos de cualquier contrato por parte del deudor. Las políticas financieras establecen límites individuales de exposición de cartera por país, con el objetivo de reducir una concentración excesiva y cumplir con la proporcionalidad equitativa de la distribución del capital prestable a cada país. El coeficiente de suficiencia de capital que relaciona el monto de préstamos con el total del patrimonio neto, asegura una cobertura razonable de la exposición a riesgo de la cartera de préstamos, tanto en su conjunto como a nivel individual.

Actualmente, FONPLATA sólo otorga préstamos con garantía soberana, y cuenta con un reglamento que determina las acciones referentes a atrasos e incumplimientos en los pagos de los préstamos, los cuales también están descritos en los contratos de préstamos.

El riesgo de crédito de la cartera de inversión de los activos líquidos está regido por normas internas que regulan la inversión de los activos líquidos, estableciendo límites prudenciales de inversión por clase de activos, sectores y emisores, para garantizar una adecuada diversificación y combinación de fuentes con sus diversos plazos de vencimiento. A la fecha de cierre de gestión, la institución mantenía una calificación promedio del portafolio de inversiones de AA-, en línea con lo requerido por la política de inversiones. Se verifica también el cumplimiento de los límites establecidos en la política con un rendimiento promedio del portafolio superior a los supuestos que sirvieran de base para la determinación del resultado neto del ejercicio 2016, y 2015, efectuada como parte del ejercicio anual de programación financiera y presupuesto, que forma parte integral de la política de gestión de los ingresos y cargos financieros.

4.5 Riesgo de liquidez

Es el riesgo originado en la incapacidad de la institución para cumplir con sus obligaciones, sin incurrir en pérdidas inaceptables. La institución tiene un nivel de liquidez requerido mínimo, definido por su política de liquidez, como el necesario para cubrir todas las obligaciones, pagos y desembolsos para un período de 12 meses. Al 31 de diciembre de 2016, el Fondo no presenta una estructura de obligaciones que puedan generar riesgos de liquidez de corto o mediano plazo. Los pasivos de la institución ascienden a \$25.597. De acuerdo con sus políticas

financieras, FONPLATA designa la sumatoria del efectivo y sus equivalentes conjuntamente con la totalidad de sus portafolios de inversiones mantenidas para la venta y hasta su vencimiento como primera línea de defensa para responder a sus compromisos de mediano y corto plazo. Al 31 de diciembre de 2016, el monto total de dichos activos asciende a \$210,970, aproximadamente. La cobertura proporcionada por estos activos líquidos respecto a los desembolsos brutos estimados era de 1,1 años, al 31 de diciembre de 2016 y 2015, respectivamente.

NOTA 5 - ADMINISTRACION DE OTROS RIESGOS NO FINANCIEROS

5.1 Riesgo de operación

El riesgo de operación se define como el riesgo de que por comisión u omisión exista una falla en los procesos internos o sistemas, que pueda causar pérdidas económicas y financieras. FONPLATA tiene ordenadas, actualizadas y en funcionamiento, las políticas, procedimientos y prácticas de administración de operaciones que previenen y preparan a la institución ante los riesgos inherentes al devenir de sus operaciones. FONPLATA cuenta con una gobernanza y sistema de control interno eficiente, así como con estándares de comportamiento ético y de reputación en operaciones, con claras normas para asegurar el debido cumplimiento con los aspectos fiduciarios, medio ambientales, jurídicos aplicables de acuerdo con sus políticas y los imperantes en el ámbito de sus Países miembros.

5.2 Administración de los riesgos estratégicos

Riesgo estratégico - Es el riesgo que deriva de decisiones adversas de la actividad de la entidad, la aplicación incorrecta de decisiones o la falta de respuesta a los cambios en el sector de instituciones financieras de desarrollo en que actúa. FONPLATA cuenta con un Plan Estratégico Institucional (PEI) el cual fue aprobado por sus Gobernadores, y establece los objetivos estratégicos a ser alcanzados, así como los indicadores para posibilitar su medición en el tiempo. Anualmente, los Gobernadores aprueban el presupuesto para el año entrante, el que contiene un resumen de los logros alcanzados en el ejercicio anterior y los objetivos y resultados a ser alcanzados en el próximo ejercicio. El presupuesto de FONPLATA resume su plan de trabajo y contiene además los indicadores basados en resultados y los costos requeridos para lograrlos, los que están basados en la matriz de resultados establecida en el PEI. De esta forma, se asegura un adecuado alineamiento entre los objetivos estratégicos de largo plazo y los resultados a ser alcanzados en el corto plazo para avanzar en el logro de dichos objetivos estratégicos.

Los estados financieros reflejan la compatibilidad y la consistencia de los resultados con los objetivos estratégicos de la misión y la visión establecida para la institución en términos del logro de las metas anuales para aprobación de operaciones y sus costos relacionados.

Riesgo de incumplimiento - Es el riesgo derivado de violaciones de leyes, normas, reglamentos, prácticas prescriptas, las políticas, procedimientos o normas éticas. El riesgo de incumplimiento puede dar lugar a un cambio negativo en la reputación de la entidad. FONPLATA es una persona jurídica internacional, que se rige por su Convenio Constitutivo, sus políticas, y reglamentos. FONPLATA cuenta con un Tribunal Administrativo, un Comité de Auditoría del Directorio Ejecutivo, un Asesor Legal, un Oficial de Cumplimiento, y Auditoría Interna, que velan por el cumplimiento de los factores que podrían de otra forma desencadenar instancias de riesgo de incumplimiento.

Riesgo de reputación - Es el riesgo derivado de una opinión pública negativa. Esto afecta la capacidad de la organización para establecer nuevas relaciones o mantener las ya existentes, que afectan directamente a sus ingresos actuales y futuros. Este riesgo puede exponer a la entidad en un juicio o una pérdida financiera o poner en peligro su competitividad. La institución realiza un monitoreo regular de este riesgo desde el área de comunicaciones y desarrolla un seguimiento específico sobre cada uno de los proyectos vigentes desde el área de operaciones. A la fecha, no existen indicios de este tipo de riesgo para el Fondo.

NOTA 6 – ACTIVOS Y PASIVOS FINANCIEROS

Esta nota proporciona información acerca de los instrumentos financieros de FONPLATA, incluyendo:

- Una visión general de todos los instrumentos financieros mantenidos por la institución.
- Información específica acerca de cada tipo de instrumento financiero.
- Políticas contables.
- Información acerca de la determinación del valor razonable de los instrumentos financieros, incluyendo el juicio profesional utilizado y las incertidumbres que afectan las estimaciones.

La institución mantiene los siguientes instrumentos financieros activos:

		Activos financieros a valor razonable con cambios en el ORI	Activos financieros a costo amortizado	Total
	Nota	\$	\$	\$
2016				
Efectivo y equivalente de efectivo	6.1		31.038	31.038
Inversiones disponibles para la venta	6.2	12.193	-	12.193
Inversiones mantenidas a vencimiento	6.3	-	168.289	168.289
Cartera de préstamos	6.4	-	543.524	543.524
Total		12.193	742.851	755.044
2015				
Efectivo y equivalente de efectivo	6.1	-	17.618	17.618
Inversiones disponibles para la venta	6.2	4.997	-	4.997
Inversiones mantenidas a vencimiento	6.3	-	152.488	152.488
Cartera de préstamos	6.4	-	450.001	450.001
Total		4.997	620.107	625.104

La institución mantiene los siguientes instrumentos financieros pasivos:

		Pasivos financieros a costo amortizado	Total
	Nota	\$	\$
2016			
Otros pasivos		204	204
Préstamos	6.5	16.000	16.000
Fondos especiales	6.6	8.816	8.816
Total		25.020	25.020
2015			
Otros pasivos		271	271
Fondos especiales	6.5	9.425	9.425
Total		9.696	9.696

La exposición de la institución a los diferentes riesgos asociados con los instrumentos financieros se encuentra detallado en la Nota 4. La máxima exposición al riesgo de crédito al final de la gestión corresponde a los importes contables para cada uno de los activos financieros mencionados arriba.

6.1 Efectivo y equivalentes de efectivo

El efectivo mantenido en bancos, así como los depósitos con vencimiento original de hasta tres meses, consiste de:

	31 de diciembre de	
	2016	2015
	\$	\$
Efectivo en bancos	12.320	10.618
Depósitos a plazo fijo	10.992	7.000
Bonos	7.726	-
Total	<u>31.038</u>	<u>17.618</u>

(i) Clasificación de los equivalentes de efectivo

Los depósitos a plazo fijo y bonos son considerados equivalentes de efectivo si estos presentan un tiempo de vencimiento igual o menor a tres meses, desde su fecha de adquisición. En la Nota 2.6 se ha incluido la política con relación al efectivo y los equivalentes de efectivo.

6.2. Inversiones disponibles para la venta

Las inversiones clasificadas bajo esta categoría, corresponden a la tenencia de bonos emitidos por organismos multilaterales de desarrollo, consistentes en:

	31 de diciembre de	
	2016	2015
	\$	\$
Bonos de organismos multilaterales de desarrollo	12.193	4.997
Total	<u>12.193</u>	<u>4.997</u>

(i) Inversiones entre entidades relacionadas

Al 31 de diciembre de 2016 y 2015, la institución no mantiene inversiones disponibles para la venta con entidades relacionadas.

(ii) Clasificación de las inversiones disponibles para la venta

Las inversiones son designadas como activos financieros "disponibles para la venta" si: i) las inversiones no tienen una fecha fija de vencimiento, ii) las inversiones no tienen un importe fijo o determinable de pago, y iii) la gerencia tiene la intención de mantener estas inversiones en el mediano o largo plazo. Los activos financieros que no pueden ser clasificados dentro de las otras categorías de instrumentos financieros (valor razonable con cambios en resultados, préstamos o inversiones mantenidas a vencimiento), son también incluidos en la categoría "disponibles para la venta".

Tal como se detalla en la Nota 11, los activos financieros son presentados como activos no corrientes a menos que estos presenten un vencimiento o la gerencia tenga la intención de venderlos dentro de los 12 meses de finalizada la gestión.

(iii) Indicadores de deterioro para las inversiones disponibles para la venta

Se considera que una inversión debe ser deteriorada si existe una prolongada y significativa disminución del valor razonable por debajo del costo. Ver la Nota 2.8 para mayor detalle acerca de las políticas de deterioro de los activos financieros.

(iv) Importes reconocidos en los otros resultados integrales

Durante la gestión, la institución ha reconocido una pérdida de \$3 en el estado de resultados integrales.

(v) Valor razonable, deterioro y exposición al riesgo

La información acerca de los métodos y supuestos utilizados en la determinación del valor razonable, se encuentra detallada en la Nota 6.6. No existen inversiones disponibles para la venta que se encuentren vencidas o deterioradas.

Todas las inversiones disponibles para la venta han sido y se mantienen denominadas en dólares estadounidenses, que constituye la moneda funcional en la que se expresan los estados financieros.

6.3 Inversiones mantenidas a vencimiento

Las inversiones clasificadas bajo esta categoría corresponden a certificados de depósitos e inversiones en bonos y títulos, que se componen de la siguiente manera:

	31 de diciembre de	
	2016	2015
	\$	\$
Inversiones en depósitos a plazo fijo ⁽¹⁾		
Organismos multilaterales de desarrollo	13.438	10.000
Subtotal	<u>13.438</u>	<u>10.000</u>
Inversiones en otros valores ⁽²⁾		
Bonos soberanos	96.403	61.071
Bonos de organismos multilaterales de desarrollo	30.697	52.083
Bonos del sector financiero	23.211	25.514
Bonos del Tesoro de la República Argentina ⁽³⁾	3.990	3.490
Subtotal	<u>154.301</u>	<u>142.158</u>
Capital invertido	167.739	152.158
Intereses y comisiones devengados por cobrar	550	330
Total	<u>168.289</u>	<u>152.488</u>

- (1) Las inversiones consisten de depósitos a plazo fijo con vencimientos originales superiores a tres meses.
- (2) Las inversiones incluyen bonos soberanos de organismos multilaterales de desarrollo, y de otras instituciones financieras cuyos papeles comerciales entran dentro del perfil de riesgo determinado para las inversiones de FONPLATA.
- (3) Corresponde a una inversión en Bonos del Tesoro de la República de Argentina a "PAR" y "DISCOUNT", recibidos como parte del programa de canje de deuda sobre la tenencia del título "BONTE - 04", en 2005.

(i) Clasificación de inversiones mantenidas a vencimiento

La institución clasifica las inversiones como mantenidas a vencimiento, si:

- Los activos financieros no son derivados.
- Las inversiones no se encuentran cotizadas en un mercado activo.
- Las inversiones tienen pagos fijos o determinables y presentan vencimientos fijos.
- La institución tiene la intención y capacidad de mantener estas inversiones a vencimiento.

(ii) Deterioro y exposición al riesgo

Los Bonos del Tesoro de la República de Argentina que al 31 de diciembre de 2016 ascienden a \$3.990 (2015: \$3.490), corresponden a bonos Argentinos "PAR" y "DISCOUNT," recibidos como parte del programa de canje de deuda sobre la tenencia del título "BONTE - 04," en el 2005. Los bonos recibidos tienen vencimientos entre el 2033 y 2038. El deterioro en el valor de estos bonos se ajusta en función al valor razonable proporcionado por Bloomberg. El deterioro contabilizado al 31 de diciembre de 2016 asciende a \$1.833 (2015: \$2.498) y la variación en el valor del deterioro correspondiente a la gestión 2016 refleja una recuperación de su valor de mercado que asciende a \$665 (2015: \$89).

Todas las inversiones mantenidas a vencimiento han sido adquiridas en dólares estadounidenses. Por lo tanto, no existe una exposición al riesgo de moneda. Asimismo, no existe un riesgo significativo al riesgo de precio debido a que las inversiones se mantendrán hasta el vencimiento.

6.4 Cartera de préstamos

La composición de la cartera de préstamos pendiente de cobro por país miembro es como sigue:

País	31 de diciembre de	
	2016	2015
	\$	\$
Argentina	80.225	81.375
Bolivia	141.711	91.163
Brasil	83.155	97.870
Paraguay	99.896	82.523
Uruguay	138.767	99.123
Subtotal cartera de préstamos bruta	543.754	452.054
Menos: Comisiones por administración a devengar	(1.210)	(1.805)
Subtotal Cartera de préstamos	542.544	450.249
Menos: Provisión para posibles pérdidas en préstamos	(3.027)	(2.922)
Cartera de préstamos neta	539.517	447.327

Los intereses devengados por cobrar sobre préstamos ascienden a \$4.007 y \$2.674, al 31 de diciembre de 2016 y 2015, respectivamente.

La cartera bruta clasificada por fecha de vencimiento, es como sigue:

Plazo de vencimiento	31 de diciembre de	
	2016	2015
	\$	\$
Hasta un año de plazo	5.315	1.715
Entre uno y dos años	7.717	799
Entre dos y tres años	46.322	3.429
Entre tres y cuatro años	16.193	46.423
Entre cuatro y cinco años	-	27.873
Más de cinco años	468.207	371.815
Tota cartera de préstamos bruta	543.754	452.054

(i) Clasificación de la cartera de préstamos

La cartera de préstamos corresponde en su totalidad a importes por cobrar a los Países miembros que conforman la Cuenca del Plata por financiamientos otorgados con garantía soberana. Los financiamientos que conforman la cartera de préstamos, por su naturaleza y términos relevantes, no constituyen instrumentos financieros derivados. Las cobranzas o amortizaciones de los préstamos son fijas o determinables y no cotizan en un mercado activo. Tal como se expone en la Nota 11, las amortizaciones de los préstamos que serán cobradas dentro de los siguientes 12 meses, son clasificadas como corrientes, caso contrario se clasifican como no corrientes. En la Nota 2.8 se describen las políticas contables utilizadas para la contabilización de la cartera de préstamos y para el reconocimiento del deterioro.

(ii) Valor razonable de la cartera de préstamos

Se considera que el valor de libros se aproxima a su valor razonable, ya que los flujos futuros de efectivo a recibir de estos activos son cercanos al valor contabilizado.

(iii) Deterioro y exposición al riesgo

La provisión para posibles pérdidas en préstamos es mantenida a un nivel que FONPLATA considera adecuado para absorber las pérdidas potenciales inherentes a la cartera de préstamos a la fecha de los estados financieros.

La provisión para posibles pérdidas en préstamos soberanos es establecida con base en la calificación de riesgo individual de los Países prestatarios para su deuda a largo plazo, que se determina como la calificación más baja de riesgo a la fecha de los estados financieros, de tres agencias calificadoras de crédito internacionalmente reconocidas. Estas calificaciones incorporan una probabilidad de incumplimiento ("default"). Debido a su condición de acreedor preferente, y teniendo en cuenta los privilegios e inmunidades concedidos a FONPLATA por sus Países miembros, las cuales están establecidas en su Convenio Constitutivo y en otros acuerdos específicos firmados con los Países, se utiliza un factor que refleja una menor probabilidad de incumplimiento – generalmente equivalente a tres niveles por encima de su calificación de riesgo.

La acumulación de intereses sobre cartera se discontinúa cuando existe una mora superior a 180 días. Los intereses acumulados pendientes de cobro en préstamos declarados en situación de no acumulación se registran al momento de su cobro efectivo, hasta tanto dichos préstamos sean declarados nuevamente en estado de acumulación de ingresos. Tal condición requiere la cancelación de la totalidad de las cuotas de capital y de los intereses o comisiones adeudados por el prestatario, así como la seguridad de que el mismo ha superado las dificultades financieras que motivaran el atraso en el cumplimiento de sus obligaciones.

FONPLATA no ha tenido ni tiene en la actualidad préstamos en estado de no acumulación de ingresos. No obstante, y consistente con su política de gestión integral de riesgos, FONPLATA constituye una previsión para reflejar la potencial incobrabilidad de su cartera de préstamos.

Asimismo, FONPLATA mantiene políticas de exposición de riesgos para evitar concentrar su cartera de créditos en un solo país, que podría verse afectado por situaciones del mercado u otras circunstancias. Debido a ello, FONPLATA utiliza ciertos parámetros de medición, tales como: patrimonio neto del Fondo y total de la cartera de préstamos. FONPLATA revisa en forma semestral el estado de su cartera de préstamos a fin de evaluar posibles deterioros que pudieran afectar su cobrabilidad, total o parcial. La información acerca de la calidad crediticia, la exposición al riesgo de crédito, moneda y tasa de interés se incluye en la Nota 4.

6.5 Préstamos

El saldo mantenido por FONPLATA por el préstamo recibido, es el siguiente:

	31 de diciembre de	
	2016	2015
Corporación Andina de Fomento	16.000	-.-
Total	16.000	-.-

De acuerdo con la estructura de capital aprobada como parte de la segunda reposición de capital, aproximadamente el 45% de los recursos que conforman la capacidad prestable están asociados al capital exigible, lo que conlleva la necesidad de suplementar la liquidez disponible para préstamos, con recursos a ser cubiertos por financiamiento externo. En tal sentido, FONPLATA ha diseñado su estrategia de endeudamiento y programación financiera, a fin de diversificar las fuentes de financiamiento, a la vez que obtener un costo promedio de financiamiento en las mejores condiciones posibles, acorde con su calificación de riesgo crediticio y su condición de acreedor preferente.

Dentro del Convenio Marco vigente con la Corporación Andina de Fomento (CAF), cuyo acuerdo fue suscrito el 14 de noviembre de 2016, y mediante el cual se implementa la línea de crédito no comprometida por hasta \$75 millones, con fecha 14 de diciembre de 2016 FONPLATA suscribió un contrato de préstamo específico con la CAF para desembolsar \$16 millones destinados a suplementar su liquidez para desembolsos de préstamos otorgados a los países miembros.

Con fecha 19 de diciembre de 2016, FONPLATA recibió la suma de \$16 millones de la CAF, asignando estos recursos al financiamiento de desembolsos de préstamos. Los términos acordados para este financiamiento están basados en la tasa Libor de 6 meses y un spread. El plazo de vencimiento del préstamo es de 5 años, con los dos primeros años de gracia. El principal es pagadero en 6 cuotas semestrales iguales y consecutivas de amortización, que incluyen los respectivos intereses, comenzando el 19 de junio de 2019 y finalizando el 16 de diciembre de 2021.

El préstamo clasificado por fecha de vencimiento, es como sigue:

	31 de diciembre de	
	2016	2015
Hasta un año de plazo	-.-	-.-
Entre uno y dos años	-.-	-.-

25

	31 de diciembre de	
	2016	2015
Plazo de vencimiento		
Entre dos y tres años	5.333	-.-
Entre tres y cuatro años	5.333	-.-
Entre cuatro y cinco años	5.334	-.-
Más de cinco años	-.-	-.-
Total	16.000	-.-

El total del préstamo obtenido ha sido acordado en dólares estadounidenses.

(i) Valor razonable de los préstamos recibidos

Se considera que el valor de libros se aproxima a su valor razonable, ya que los flujos futuros de efectivos a recibir de estos pasivos son cercanos al valor contabilizado.

(ii) Exposición al riesgo

La información acerca de la exposición al riesgo que surge de los préstamos obtenidos se encuentra descrito en la Nota 5.

6.6 Fondos especiales

El saldo mantenido por FONPLATA con los fondos especiales al 31 de diciembre de 2016 y 2015, incluye los siguientes conceptos:

	31 de diciembre de	
	2016	2015
	\$	\$
FOCOM:		
Inversiones manejadas por FONPLATA	5.457	5.452
Retorno sobre inversiones por pagar	36	24
Saldo en subcuenta Banco do Brasil	81	97
Subtotal FOCOM	5.574	5.573
PCT:		
Inversiones manejadas por FONPLATA	3.039	3.500
Retorno sobre inversiones por pagar	20	16
Saldo por cobrar	-.-	27
Saldo en subcuenta Banco do Brasil	204	309
Gastos cooperación técnica pagados por FONPLATA	(21)	-.-
Subtotal PCT	3.242	3.852
	8.816	9.425

La Asamblea de Gobernadores de FONPLATA puede crear fondos especiales para propósitos específicos, los que son considerados entidades jurídicas, separadas e independientes de la institución cuyo control es ejercido por los Países miembros a través de la Asamblea de Gobernadores. Por lo tanto, los saldos de dichos fondos no son consolidados por FONPLATA.

26

Los fondos especiales se fondean a través de la distribución de una porción de los resultados acumulados no asignados o ganancias retenidas mantenidas en la reserva general. En el 2014, la Asamblea de Gobernadores creó y fondeó los siguientes fondos especiales:

- a. Fondo de compensación de la tasa operativa o margen fijo (FOCOM): Este fondo tiene la finalidad de ayudar a reducir el costo financiero derivado de los préstamos contraídos por Bolivia, Paraguay y Uruguay con FONPLATA, mediante el pago de una porción de los intereses a ser pagados semestralmente por los prestatarios de estos tres Países miembros. El pago del beneficio conferido por el FOCOM es contingente y determinado en forma anual, por cuenta y orden de los prestatarios. En mayo del 2014, la Asamblea de Gobernadores asignó como contribución a este fondo, la suma de \$5.510, de los resultados acumulados no asignados al 31 de diciembre del 2013. Durante el 2016 la Asamblea de Gobernadores no asignó fondos adicionales al FOCOM.

El FOCOM es administrado por FONPLATA en forma independiente y sus recursos son invertidos de acuerdo a las normas de inversión de activos líquidos del Fondo.

- b. Programa de Cooperación Técnica (PCT): Este fondo fue creado mediante la transformación y transferencia de recursos del "Fondo para Desarrollo de Proyecto de Integración Regional" (FONDEPRO), al PCT. El PCT tiene la finalidad de promover el desarrollo e integración regional que constituyen el foco estratégico de FONPLATA, mediante el financiamiento de estudios, intercambios de conocimiento técnico, apoyos y otras iniciativas. Durante el 2016 la Asamblea de Gobernadores no asignó fondos adicionales al PCT.

El PCT es administrado por FONPLATA en forma independiente y sus recursos son invertidos de acuerdo a las normas de inversión de activos líquidos del Fondo.

A fin de optimizar el retorno de estos fondos y de acuerdo con sus respectivos reglamentos operativos, las inversiones son manejadas por FONPLATA conjuntamente con sus inversiones.

Los ingresos devengados atribuibles a cada uno de estos fondos, son calculados con base a la proporción que los activos invertibles de cada fondo tienen respecto del monto del portafolio de inversiones manejado por FONPLATA, multiplicado por el resultado por inversiones obtenido en cada ejercicio.

El total de inversiones que FONPLATA administra por cuenta y orden de cada fondo, así como los ingresos devengados, es manejado a través de cuentas relacionadas mantenidas con cada uno de estos fondos especiales.

6.7 Reconocimiento y medición del valor razonable

Esta nota incluye información acerca de los juicios y estimaciones utilizadas en la determinación del valor razonable de los instrumentos financieros que son reconocidos y medidos a valor razonable en los estados financieros. La determinación del valor razonable a ser atribuido a sus activos de inversión es efectuada obteniendo valores de acuerdo con los tres niveles prescritos por las normas de contabilidad. Una explicación para cada nivel se incluye a continuación:

	Nota	Nivel 1 \$
2016		
Inversiones disponibles para la venta	6.2	12.193
2015		
Inversiones disponibles para la venta	6.2	4.497

Durante la gestión no ha habido instrumentos financieros que se miden a su valor razonable en forma recurrente, para los cuales FONPLATA se haya visto requerido a utilizar las metodologías prescriptas en los niveles 2 y 3. De existir cambios en los métodos de determinación del valor razonable de sus instrumentos financieros de inversión, es política de FONPLATA el reconocer el efecto de tales cambios.

- **Nivel 1:** El valor razonable de los instrumentos financieros negociados en mercados activos (tales como las inversiones disponibles para la venta), están basados en los precios de cotización de mercado determinados al final de la gestión. El precio de cotización utilizado para los activos financieros mantenidos por la institución, es el precio de mercado. Estos instrumentos son incluidos en el nivel 1.
- **Nivel 2:** El valor razonable de los instrumentos financieros que no son negociados en un mercado activo, es determinado utilizando técnicas de valuación, sobre la base del uso de información confiable y observable del mercado, tanto como sea posible. Si toda la información necesaria para determinar el valor razonable de un instrumento es observable, este instrumento es incluido en el nivel 2. La institución no mantiene instrumentos financieros dentro de esta categoría.
- **Nivel 3:** Si la información considerada significativa o relevante para la determinación del valor razonable no puede ser obtenida del mercado, el instrumento financiero es incluido en el nivel 3. La institución no mantiene instrumentos financieros dentro de esta categoría.

NOTA 7 – ACTIVOS Y PASIVOS NO FINANCIEROS

Esta nota proporciona información acerca de los activos y pasivos no financieros de la institución, incluyendo:

- Información específica de cada tipo de activo y pasivo no financiero.
- Políticas contables utilizadas.
- Información acerca de la determinación del valor razonable de los activos y pasivos, incluyendo los juicios profesionales utilizados y las incertidumbres de las estimaciones aplicadas.

7.1 Propiedades y equipo, neto

La composición de las propiedades y equipo, incluye lo siguiente:

	Propiedades \$	Equipos y Mobiliario \$	Obras de Arte \$	Vehículos \$	Total \$
<u>Valor de origen</u>					
Saldos al 31 de diciembre de 2014	1.992	578	8	23	2.601
Altas del ejercicio	-,-	84	-,-	26	110
Bajas del ejercicio	(452)	(191)	-,-	-,-	(643)
Obras en curso	320	268	-,-	-,-	588
Saldos al 31 de diciembre de 2015	1.860	739	8	49	2.656
Altas del ejercicio		168			168
Bajas del ejercicio		(64)			(64)
Obras en curso	240	501			741
Saldos al 31 de diciembre de 2016	2.100	1.344	8	49	3.501

	Propiedades \$	Equipos y Mobiliario \$	Obras de Arte \$	Vehículos \$	Total \$
Depreciación acumulada					
Saldos al 31 de diciembre de 2014	64	340	-	23	427
Depreciación del ejercicio	-	81	-	-	81
Bajas del ejercicio	(64)	(165)	-	-	(229)
Saldos al 31 de diciembre de 2015	-	256	-	23	279
Depreciación del ejercicio	-	88	-	2	90
Bajas del ejercicio	-	(59)	-	-	(59)
Saldos al 31 de diciembre de 2016	-	285	-	25	310
Valor neto resultante 2016	2.100	1.059	8	24	3.191
Valor neto resultante 2015	1.860	483	8	26	2.377

Las obras en curso corresponden a inversiones de capital en relación con la compra de espacio en un edificio para albergar la sede principal de FONPLATA. Bajo este rubro se incluye el costo de compra del edificio, mobiliario, equipos de computación y comunicaciones, vehículos, mejoras, y otros, que han sido aprobados por los Gobernadores, y conforman el presupuesto de capital. A diferencia del presupuesto de gastos administrativos, que cubre un período trienal con estimaciones anuales de gastos, el presupuesto de capital comprende la estimación de la inversión total a ser requerida para la construcción o adquisición del activo, más los costos a ser incurridos hasta que el mismo esté en condiciones de ser utilizado. El presupuesto de inversiones de capital para el 2017 comprende el valor de compra original del inmueble para la nueva sede más los costos de su readecuación y equipamiento, estimados en aproximadamente \$5.020.

En el 2013, los Directores de FONPLATA apoyaron la compra de un inmueble propio para la sede principal del Fondo, en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra, Bolivia. Por su parte la Asamblea de Gobernadores aprobó los recursos presupuestarios para esa compra.

El monto originalmente aprobado en dicha oportunidad correspondía solamente a la compra del edificio, por lo que, en apropiaciones y reasignaciones de fondos sucesivas, dicho presupuesto fue suplementado para incorporar el costo estimado de las instalaciones eléctricas, de redes de comunicación e informática y equipos, mobiliario, particiones de oficinas y otras mejoras. De acuerdo con las estimaciones recibidas de la empresa constructora, se espera que FONPLATA podrá instalarse formalmente en su nueva sede a inicios del 2017. En dicha oportunidad, el total actualmente acumulado en obras en curso será discriminado en los siguientes componentes: (i) propiedades; y (ii) mobiliario y equipos.

El total mostrado bajo obras en curso incluye el valor de los pagos acumulados efectuados bajo certificaciones de obras por \$2.100 y \$1.860 al 31 de diciembre de 2016 y 2015, respectivamente, así como el costo de bienes muebles adquiridos para ser instalados en la nueva sede por \$501 los que fueron recibidos en diciembre de 2016 y serán instalados en febrero de 2017.

(iii) Métodos de depreciación, revaluación y vidas útiles

Los activos incluidos en este rubro son reconocidos a su valor de costo histórico menos la depreciación acumulada.

La depreciación es calculada utilizando el método de línea recta para reconocer los costos o valores revaluados, de acuerdo con las vidas útiles estimadas de los activos. Las vidas útiles aplicadas para la depreciación de los activos, son:

29

Detalle	Vida útil
Propiedades:	
Terrenos	No se amortizan
Edificios	40 años
Equipos y mobiliario:	
Mejoras a inmuebles arrendados	Término del contrato
Mobiliario y equipos	8 a 10 años
Equipos de computación y aplicaciones	4 años
Vehículos	5 años
Obras de arte	No se amortizan

En la Nota 2.9 se incluye información adicional sobre las políticas contables aplicadas a las propiedades y equipos.

7.2 – Misceláneos

En este rubro se incluyen saldos menores a favor de FONPLATA en concepto de anticipos a proveedores, gastos pagados por adelantado, depósito de garantía del alquiler de los edificios ocupados por la sede principal de FONPLATA en Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, y las oficinas ocupadas en Asunción, Paraguay.

La composición de otros activos incluye los siguientes conceptos:

	31 de diciembre de	
	2016 \$	2015 \$
Gastos a rendir	4	2
Anticipos a proveedores	55	3
Gastos pagados por adelantado	74	67
Cuentas por cobrar	203	7
Acciones CODETEL	33	33
Depósitos en garantía	11	24
Total	380	136

7.3 – Provisiones a largo plazo

Incluye todos los saldos por pagar por concepto de provisión para indemnización por término de servicios. El saldo de estos beneficios al 31 de diciembre de 2016 y 2015, ascienden a \$577 y \$411, respectivamente.

NOTA 8 – PATRIMONIO NETO

8.1. Capital integrado

Con fecha 28 de enero de 2016, la 14ª Asamblea Extraordinaria de Gobernadores aprobó un nuevo aumento de capital de \$1.375.000, para un capital de \$3.014.200 (\$1.639.200 al 31 de diciembre de 2015). Con fecha 1 de noviembre y 11 de octubre de 2016, Uruguay y Bolivia, respectivamente, suscribieron la totalidad de su participación en el nuevo aumento de capital y comprometieron la totalidad del capital exigible.

El nuevo aumento de capital comenzará a hacerse efectivo en 2017 y culminará de ser integrado en 2024 y consiste de \$550.000 de capital pagadero en efectivo y de \$825.000 de capital exigible (\$799.200 de capital pagadero en efectivo y \$840.000 de capital exigible al 31 de diciembre de 2015). El pago del capital exigible

30

suscrito, se efectuará cuando sea requerido, previa aprobación de los Gobernadores del Fondo, cuando se necesite para satisfacer aquellas obligaciones financieras de FONPLATA, en caso que el Fondo no estuviere en capacidad de cumplir las mismas con sus propios recursos.

La composición del capital de FONPLATA por país miembro al 31 de diciembre de 2016 y 2015, respectivamente, es como sigue:

Al 31 de diciembre de 2016:

País miembro ¹	Capital suscrito		A suscribir		Capital autorizado		Total	%
	Efectivo	Exigible	Efectivo	Exigible	Efectivo	Exigible		
	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	
• Argentina	266.410	280.014	183.333	275.000	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Bolivia	149.904	184.991	-,-	-,-	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Brasil	266.410	280.014	183.333	275.000	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Paraguay	88.793	93.324	61.111	91.667	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Uruguay	149.904	184.991	-,-	-,-	149.904	184.991	334.895	11,1%
	921.422	1.023.333	427.778	641.667	1.349.200	1.665.000	3.014.200	100,0%

Al 31 de diciembre de 2015:

País miembro ¹	Capital suscrito		A suscribir		Capital autorizado		Total	%
	Efectivo	Exigible	Efectivo	Exigible	Efectivo	Exigible		
	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	
• Argentina	266.410	280.014	-,-	-,-	266.410	280.014	546.424	33,3%
• Bolivia	88.793	93.324	-,-	-,-	88.793	93.324	182.117	11,1%
• Brasil	266.410	280.014	-,-	-,-	266.410	280.014	546.424	33,3%
• Paraguay	88.793	93.324	-,-	-,-	88.793	93.324	182.117	11,1%
• Uruguay	88.793	93.324	-,-	-,-	88.793	93.324	182.117	11,1%
	799.200	840.000	-,-	-,-	799.200	840.000	1.639.200	100,0%

A continuación se muestra el monto de capital pagadero en efectivo suscrito y pendiente de suscripción, incluyendo el nuevo aumento de capital, así como el capital exigible suscrito, comprometido y pendiente de compromiso al 31 de diciembre de 2016 y 2015, respectivamente.

Al 31 de diciembre de 2016:

País Miembro	Capital Suscrito en Efectivo		Total ¹
	Integrado ¹	A Integrar ¹	
	\$	\$	\$
• Argentina	219.744	46.667	266.410
• Bolivia	73.238	76.667	149.904
• Brasil	203.827	62.583	266.410
• Paraguay	73.238	15.556	88.793
• Uruguay	73.238	76.667	149.904
Total	643.283	278.139	921.422

Al 31 de diciembre de 2015:

País miembro	Capital suscrito en efectivo		Total ¹
	Integrado ¹	A Integrar ¹	
	\$	\$	\$
• Argentina	196.410	70.000	266.410
• Bolivia	65.460	23.333	88.793
• Brasil	149.744	116.667	266.410
• Paraguay	65.460	23.333	88.793
• Uruguay	65.460	23.333	88.793
Total	542.533	256.667	799.200

Al 31 de diciembre de 2016:

País Miembro	Capital Suscrito Exigible		Total ¹
	Comprometido ¹	A Comprometer ¹	
	\$	\$	\$
• Argentina	173.342	106.672	280.014
• Bolivia	149.439	35.552	184.991
• Brasil	280.014	-,-	280.014
• Paraguay	93.324	-,-	93.324
• Uruguay	184.991	-,-	184.991
Total	881.109	142.224	1.023.333

Al 31 de diciembre de 2015:

País miembro	Capital Suscrito Exigible		Total ¹
	Comprometido ¹	A Comprometer ¹	
	\$	\$	\$
• Argentina	120.066	160.008	280.014
• Bolivia	39.996	53.328	93.324
• Brasil	280.014	-,-	280.014
• Paraguay	93.324	-,-	93.324
• Uruguay	93.324	-,-	93.324
Total	626.664	213.336	840.000

¹ Por razones de redondeo a miles de dólares estadounidenses, las cifras parciales difieren de la suma total.

8.2. Otras reservas

El Fondo mantiene reservas originadas por ganancias no realizadas, consideradas como resultados integrales por los siguientes conceptos:

- Reserva por revaluación de propiedades** – Esta reserva es resultado de la aplicación de normas vigentes que permiten la revalorización de los bienes de uso para compensar el efecto de la inflación. El saldo mantenido bajo este concepto en la "Reserva revaluación técnica de propiedades," fue dado de baja el 2015, como resultado de la venta del edificio que en su momento sirviera como sede principal de FONPLATA en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, y que se encontraba desocupado, por no adecuarse a las necesidades actuales del Fondo.

b. **Reserva para cambios en inversiones en valores negociables** – Bajo este rubro, y hasta el 30 de septiembre de 2015, FONPLATA había venido registrando las variaciones en el valor de este instrumento financiero. Estos títulos tienen un valor nominal de referencia y un valor cero a su vencimiento. Consistente con su intención de mantener este instrumento hasta su vencimiento para generar una renta, FONPLATA ha tomado la decisión de dar de baja de sus inversiones el valor de mercado de estos títulos, y consecuentemente desafectar de esta reserva el total acumulado por este concepto al 31 de diciembre de 2015.

c. **Reserva para cambios en inversiones disponibles para la venta** – El saldo de \$5 de pérdidas mostrado bajo esta reserva al 31 de diciembre de 2016, corresponde a las variaciones acumuladas en el valor de mercado sobre instrumentos disponibles para la venta (2015: \$ 2 de pérdidas acumuladas).

8.3. Utilidades retenidas y reservas

Las utilidades retenidas al 31 de diciembre de 2016, ascienden a \$14.761 y corresponden exclusivamente al resultado del ejercicio.

Las utilidades retenidas al 31 de diciembre de 2015, ascienden a \$9.325, mismos que incluyen los saldos de los resultados del ejercicio por un monto de \$7.034 y ajustes a los resultados acumulado por un monto de \$2.291, que corresponden al ajuste del cálculo de comisión de administración por \$1.986 y \$305 a la reclasificación de la reserva por revalor técnico por venta del inmueble.

Las Políticas Financieras del Fondo prevén que los Resultados Acumulados no Asignados serán utilizados para financiar la preservación del valor del patrimonio en el tiempo y para financiar el Fondo de Compensación de la Tasa Operativa (FOCOM) y el Programa Cooperación Técnica (PCT).

La Asamblea de Gobernadores de fecha 27 de septiembre de 2016, asignó a la Reserva General la totalidad de los Resultados Acumulados no Asignados por un monto de \$9.325 (Resolución A.G. 156/2016).

La Asamblea de Gobernadores de fecha 7 de agosto de 2015, asignó a la Reserva General la suma de \$25.599, consistentes de \$7.756 provenientes de los Resultados Acumulados no Asignados y \$17.843, provenientes de las Reservas para imprevistos, cancelando así esta última (Resolución A.G. 151/2015).

El saldo mantenido en la Reserva General al 31 de diciembre de 2016, y 2015, respectivamente, es como sigue:

	<u>Reserva General</u> \$
Saldo al 31 de diciembre de 2015	65.654
Distribución Asamblea de Gobernadores 2016:	
Resultado del ejercicio	9.325
Saldo al 31 de diciembre 2016	<u>74.979</u>

NOTA 9 - INGRESOS

La composición de los ingresos es como sigue:

	<u>31 de diciembre de</u>	
	<u>2016</u> \$	<u>2015</u> \$
Ingresos por préstamos:		
Intereses	15.554	10.911
Comisiones de compromiso	1.986	1.673
Comisiones de administración	1.396	1.190
Subtotal	<u>18.936</u>	<u>13.774</u>
Ingresos por inversiones:		
Intereses	1.318	1.246
Otros	44	43
Subtotal	<u>1.362</u>	<u>1.289</u>
Otros ingresos	180	274
Total de ingresos	<u>20.478</u>	<u>15.337</u>

NOTA 10 - GASTOS ADMINISTRATIVOS

Desde 2013, FONPLATA ha adoptado un sistema de presupuesto basado en resultados con indicadores que permiten medir los resultados alcanzados y su costo, a través de relacionar las metas de gobernanza, operativas, financieras y administrativas con las actividades y recursos requeridos para las mismas. Durante los ejercicios finalizados el 31 de diciembre de 2016 y 2015, FONPLATA alcanzó un porcentaje de ejecución de su presupuesto administrativo equivalente al 88% y 79%, respectivamente. La composición del gasto administrativo por tipo de actividad funcional es como sigue:

	<u>31 de diciembre de</u>	
	<u>2016</u> \$	<u>2015</u> \$
Clasificación del gasto		
Gastos de personal	4.080	3.461
Gastos de servicio	573	433
Servicios profesionales	450	584
Calificación de riesgo crediticio	132	-
Audidores externos	28	31
Gastos de administración	834	791
Gastos financieros	94	96
Total del gasto administrativo	<u>6.191</u>	<u>5.396</u>
Depreciación	91	81
Ganancia en variaciones provisión para bonos de Argentina	(667)	(89)
Diferencias de cambio	(27)	(7)
Pérdida por baja de bienes de uso	5	-
Total de gastos administrativos	<u>5.593</u>	<u>5.381</u>

NOTA 11 – ANÁLISIS DE MADUREZ DE ACTIVOS Y PASIVOS

Las siguientes tablas muestran un análisis de los activos y pasivos analizados según el momento en que se espera sean recuperados o pagados al 31 de diciembre de 2016 y 2015, respectivamente:

	Corriente (Hasta 1 año) \$	No Corriente (Más de 1 año) \$	Total \$
Al 31 de diciembre de 2016			
ACTIVOS			
Efectivo y equivalente de efectivo	31.038	~	31.038
Inversiones			
Disponibles para la venta	12.193	~	12.193
Mantenidas hasta su vencimiento	161.425	6.314	167.739
Cartera de préstamos			
Préstamos pendientes de cobro	4.489	538.054	542.543
Provisión para pérdidas en préstamos	~	(3.026)	(3.026)
Intereses y otros cargos acumulados			
Sobre inversiones	550	~	550
Intereses y comisiones sobre préstamos	4.007	~	4.007
Otros activos			
Propiedades y equipos, neto	~	3.191	3.191
Misceláneos	348	32	380
Total de activos	<u>214.050</u>	<u>544.565</u>	<u>758.615</u>
PASIVOS			
Préstamos	~	16.000	16.000
Otros pasivos	204	~	204
Fondos especiales	8.816	~	8.816
Provisiones a largo plazo	~	577	577
Total de pasivos	<u>9.020</u>	<u>16.577</u>	<u>25.597</u>
Al 31 de diciembre de 2015			
ACTIVOS			
Efectivo y equivalente de efectivo	17.618	~	17.618
Inversiones			
Disponibles para la venta	4.997	~	4.997
Mantenidas hasta su vencimiento	132.742	19.416	152.158
Cartera de préstamos			
Préstamos pendientes de cobro	1.325	448.924	450.249
Provisión para pérdidas en préstamos	~	(2.922)	(2.922)
Intereses y otros cargos acumulados			
Sobre inversiones	330	~	330
Intereses y comisiones sobre préstamos	2.674	~	2.674
Otros activos			
Propiedades y equipos, neto	~	2.377	2.377
Misceláneos	106	30	136
Total de activos	<u>159.792</u>	<u>467.825</u>	<u>627.617</u>
PASIVOS			
Otros pasivos	271	~	271
Fondos especiales	9.425	~	9.425
Provisiones a largo plazo	~	411	411
Total de pasivos	<u>9.696</u>	<u>411</u>	<u>10.107</u>

35

NOTA 12 – INMUNIDADES, EXENCIONES Y PRIVILEGIOS

De conformidad con lo establecido en el "Acuerdo de Inmunidades, Exenciones y Privilegios del Fondo para el Desarrollo de la Cuenca del Plata en el territorio de los Países Miembros", instrumento de derecho internacional debidamente ratificado por los cinco Países Miembros, FONPLATA puede tener en su poder recursos en cualquier moneda, divisas corrientes, así como títulos, acciones, valores y bonos, pudiendo transferirlos libremente de un país a otro y de un lugar a otro en el territorio de cualquier país y convertirlos en otras monedas.

Igualmente, el mencionado Acuerdo determina que FONPLATA y sus bienes están exentos en el territorio de los Países Miembros de todo impuesto directo y de derechos de aduana, respecto a los artículos importados o exportados para su uso oficial, agregando que, en principio, no reclamará la exención de impuestos al consumo, a la venta y de otros indirectos. Sin embargo, los Países Miembros adoptarán, siempre que les sea posible, las disposiciones administrativas pertinentes para la exención o reembolso de la cantidad correspondiente a tales impuestos cuando efectúe, para su uso oficial, compras importantes en cuyo precio esté incorporado el impuesto.

De forma complementaria, tanto del Acuerdo de Inmunidades, Exenciones y Privilegios como de los Convenios de Sede suscritos con el Estado Plurinacional de Bolivia y la República del Paraguay, surge que las propiedades de FONPLATA, bienes y activos estarán exentos de toda clase de impuestos, contribuciones y gravámenes, ya sea de carácter nacional, departamental, municipal o de cualquier otro tipo.

NOTA 13 – INFORMACIÓN POR SEGMENTOS**(a) Descripción del segmento**

FONPLATA, con base a un análisis de sus operaciones, ha determinado que tiene un solo segmento operativo, ya que no administra sus operaciones asignando sus recursos considerando la contribución de operaciones individuales a los ingresos netos del Fondo. FONPLATA no diferencia entre la naturaleza de los préstamos o servicios prestados, el proceso de su preparación, o el método para elaborar sus operaciones de préstamos o prestar servicios a sus Países miembros. Todas las operaciones desarrolladas por la institución son realizadas por la administración central y no mantiene actividades operativas en otras zonas geográficas. Las operaciones realizadas por FONPLATA, consisten en otorgar financiamiento a los siguientes Países que confirman la Cuenca del Plata, los cuales serán considerados como segmentos a efectos de la presente nota: Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay, y Uruguay.

(b) Activos por segmentos

La composición de la cartera de préstamos por país, es la siguiente:

	Cartera bruta \$	Comisiones por devengar \$	Deterioro \$	Cartera de Préstamos \$	Intereses y comisiones por cobrar \$	Total \$
Al 31 de diciembre de 2016:						
Argentina	80.225	(446)	(1.352)	78.427	1.105	79.532
Bolivia	141.711	(275)	(828)	140.608	1.214	141.822
Brasil	83.155	-	(283)	82.872	871	83.743
Paraguay	99.896	(111)	(340)	99.445	513	99.958
Uruguay	138.767	(378)	(224)	138.165	304	138.469
Total	<u>543.754</u>	<u>(1.210)</u>	<u>(3.027)</u>	<u>539.517</u>	<u>4.007</u>	<u>543.524</u>

36

	<u>Cartera bruta</u>	<u>Comisiones por devengar</u>	<u>Deterioro</u>	<u>Cartera de Préstamos</u>	<u>Intereses y comisiones por cobrar</u>	<u>Total</u>
	\$	\$	\$	\$	\$	\$
Al 31 de diciembre de 2015:						
Argentina	81.375	(607)	(1.829)	78.939	1.043	79.982
Bolivia	91.163	(726)	(482)	89.955	427	90.382
Brasil	97.870	--	(214)	97.656	840	98.496
Paraguay	82.523	(273)	(254)	81.996	279	82.275
Uruguay	99.123	(199)	(143)	98.781	85	98.866
Total	452.054	(1.805)	(2.922)	447.327	2.674	450.001

La composición de la cartera bruta de préstamos por país y su distribución por segmento de industria es como sigue:

	<u>Infraestructura de comunicaciones, transporte, energía y logística</u>	<u>Infraestructura para el desarrollo productivo</u>	<u>Infraestructura para el desarrollo socioeconómico</u>	<u>Total</u>
	\$	\$	\$	\$
Al 31 de diciembre de 2016:				
Argentina	24.769	7.815	47.641	80.225
Bolivia	128.704	--	13.007	141.711
Brasil	30.678	--	52.477	83.155
Paraguay	99.896	--	--	99.896
Uruguay	138.767	--	--	138.767
Total	422.814	7.815	113.125	543.754
Al 31 de diciembre de 2015:				
Argentina	27.036	4.913	49.426	81.375
Bolivia	81.933	--	9.230	91.163
Brasil	43.802	--	54.068	97.870
Paraguay	82.523	--	--	82.523
Uruguay	99.123	--	--	99.123
Total	334.417	4.913	112.724	452.054

Asimismo, los saldos pendientes de desembolso en préstamos en ejecución y su distribución por país, es la siguiente:

	<u>31 de diciembre de 2016</u>	<u>31 de diciembre de 2015</u>
	\$	\$
Argentina	127.984	138.409
Bolivia	178.689	176.337
Brasil	--	--
Paraguay	139.671	116.337
Uruguay	94.903	107.048
Total	541.247	538.131

37

El rendimiento promedio de la cartera de préstamos se muestra a continuación:

	31 de diciembre			
	2016		2015	
	Monto	Rendimiento	Monto	Rendimiento
	\$	promedio %	\$	promedio %
Cartera de préstamos	497.904	3,80%	410.120	3,36%

(c) Ingresos por segmentos

Los ingresos por intereses y otros ingresos, se detallan a continuación:

	<u>Intereses sobre préstamos</u>	<u>Otros ingresos operativos</u>	<u>Total</u>
	\$	\$	\$
Al 31 de diciembre de 2016:			
Argentina	2.524	549	3.073
Bolivia	3.637	791	4.428
Brasil	2.828	615	3.443
Paraguay	2.849	620	3.469
Uruguay	3.715	808	4.523
Total	15.553	3.383	18.936
Al 31 de diciembre de 2015:			
Argentina	2.114	898	3.012
Bolivia	1.937	1.185	3.122
Brasil	3.271	74	3.345
Paraguay	1.583	388	1.972
Uruguay	2.006	318	2.323
Total	10.911	2.863	13.774

NOTA 14 – ENTIDADES RELACIONADAS

Como se indica en las Notas 1 y 6.4, FONPLATA sólo otorga financiamientos a sus cinco Países prestatarios, quienes a su vez, son los dueños y accionistas del Fondo. Todas las operaciones de financiamiento son efectuadas en pleno cumplimiento de las políticas y lineamientos aprobados por la Asamblea de Gobernadores, el Directorio Ejecutivo o el Presidente Ejecutivo, de acuerdo con lo requerido. Consecuentemente, FONPLATA no efectúa transacciones con sus Países miembros en términos diferentes a los establecidos en sus políticas y lineamientos.

Los saldos y transacciones mantenidas con entidades relacionadas al 31 de diciembre de 2016 y 2015, respectivamente, corresponden a los saldos mantenidos con el FOCOM, PCT y la Cuenta Especial para Beneficios de Terminación, tal como se explica en mayor detalle en las notas 2.12 y 6.6, y notas 2.13 y 7.3, respectivamente.

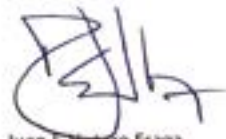
NOTA 15 – CONTINGENCIAS

No se han identificado contingencias que pudieran afectar materialmente a los Estados Financieros de FONPLATA al 31 de diciembre de 2016 y 2015, respectivamente.

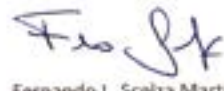
38

NOTA 16 – HECHOS POSTERIORES

El Fondo ha evaluado la existencia de hechos posteriores desde el cierre del ejercicio al 31 de diciembre de 2016 y hasta el 23 de febrero de 2017. No se han identificado eventos subsecuentes materiales, que requieran ajuste a la posición financiera y a los resultados de las operaciones o exposición en las notas a dichos estados al 31 de diciembre de 2016.



Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO



Fernando L. Scelza Martínez
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO



Jaqueline Kohnke Ferrugino
JEFE DEL AREA CONTABLE



Gerardo Hita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS



**PROGRAMA DE COOPERACIÓN TÉCNICA (PCT) ADMINISTRADO POR
FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA
(FONPLATA)**

Estados financieros al 31 de diciembre de 2016 y 2015

CONTENIDO

Dictamen del auditor independiente
Estado de situación financiera
Estado de cambios en el saldo del Programa
Estado de evolución del patrimonio neto
Notas a los estados financieros

US\$ = dólar estadounidense



DICTAMEN DEL AUDITOR INDEPENDIENTE

6 de marzo de 2017

Al Administrador del
Programa de Cooperación Técnica (PCT) administrado por
Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA)
Santa Cruz de la Sierra

Nuestra opinión

En nuestra opinión, los estados financieros de Programa de Cooperación Técnica (PCT) administrado por Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) que se adjuntan presentan razonablemente, en todo aspecto significativo, la situación financiera al 31 de diciembre de 2016, así como los cambios en el saldo del programa y la evolución del patrimonio neto por el ejercicio terminado en dicha fecha, de acuerdo con las normas contables descritas en la Nota 2 a los estados financieros.

Información auditada

Los estados financieros de Programa de Cooperación Técnica (PCT) administrado por Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) se encuentran conformados por:

- El estado de situación financiera al 31 de diciembre de 2016.
- El estado de cambios en el saldo del programa por el ejercicio terminado el 31 de diciembre de 2016.
- El estado de evolución del patrimonio neto por el ejercicio terminado el 31 de diciembre de 2016; y
- Las notas a los estados financieros, que incluyen un resumen de las políticas contables significativas.

Bases para nuestra opinión

Efectuamos nuestro examen de acuerdo con las Normas Internacionales de Auditoría. Nuestras responsabilidades de acuerdo con esas normas se encuentran descritas en la sección "Responsabilidades del auditor con relación a la auditoría de los estados financieros".

Consideramos que la evidencia de auditoría obtenida es suficiente y apropiada para proveer una base para nuestra opinión.

Independencia

Somos independientes de Programa de Cooperación Técnica (PCT) administrado por Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) de acuerdo con el Código de Ética para Profesionales en Contabilidad emitido por el Comité de Normas Internacionales de Ética. Hemos cumplido nuestras responsabilidades relacionadas con ética, de acuerdo con el código antes mencionado.

PricewaterhouseCoopers S.R.L. Santa Cruz – Bolivia Edif. Omnia Del Piso 1, Equipetrol Norte Calle Dr. Viador Pinto esquina calle I, T: (591-3) 3444321, F: (591-3) 3444322, www.pwc.com/bo



Aspecto de énfasis - Bases de contabilidad y restricción en la distribución y uso

Dirigimos la atención a lo descrito en la Nota 2 a los estados financieros, que incluye las bases contables utilizadas para la preparación de los estados financieros. Los estados financieros han sido preparados solamente para uso e información del Administrador del Fondo y de la Asamblea de Gobernadores y Ejecutivos del Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) y no deberá ser utilizado para otro propósito ni por ninguna otra parte. Nuestra opinión no se encuentra modificado con relación a este aspecto.

Responsabilidades de la Administración sobre los estados financieros

La Administración es responsable por la preparación y correcta presentación de los estados financieros de acuerdo con las normas contables descritas en la Nota 2 a los estados financieros, y por el control interno que la Administración determine necesario para permitir la preparación de los estados financieros, libres de errores materiales debido a fraude o error.

Al preparar los estados financieros, la Administración es responsable por la evaluación de la capacidad de Programa de Cooperación Técnica (PCT) administrado por Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) de continuar como una entidad en marcha, exponiendo, de ser aplicable, los problemas relacionados con una entidad en marcha y en utilizar la base contable de entidad en marcha a menos que la Administración intente liquidar el Programa o cesar sus operaciones.

Las personas que están a cargo del Gobierno Corporativo del Programa son los responsables de supervisar el proceso de reporte financiero del mismo.

Responsabilidades del auditor con relación a la auditoría de los estados financieros

Nuestros objetivos son obtener una seguridad razonable sobre si los estados financieros en su conjunto, se encuentran libres de errores materiales debido a fraude o error, y emitir un informe de auditoría que incluya nuestra opinión. Seguridad razonable es un nivel alto de seguridad, pero no es garantía de que una auditoría llevada a cabo de acuerdo con normas internacionales de auditoría siempre detectará un error material cuando exista. Los errores pueden surgir como consecuencia de un fraude o error, y son considerados materiales si, individualmente o en conjunto, se espera que de forma razonable influyan las decisiones económicas que los usuarios puedan tomar sobre la base de estos estados financieros.

Como parte de una auditoría realizada de acuerdo con normas internacionales de auditoría, nosotros ejercemos nuestro juicio profesional y mantenemos escepticismo profesional durante todo el proceso de auditoría. Asimismo:

- Identificamos y evaluamos los riesgos de error material de los estados financieros, debido a fraude o error, diseñamos y llevamos a cabo procedimientos de auditoría que respondan a esos riesgos, y obtenemos evidencia de auditoría que sea suficiente y apropiada para proveer una base para nuestra opinión. El riesgo de no detectar un error material por hechos de fraude es mayor al riesgo de no detectar un error, ya que el fraude puede involucrar colusión, falsificación, omisiones intencionales, malas presentaciones o la omisión de controles internos.
- Obtenemos un entendimiento de los controles internos relevantes para la auditoría con el objetivo de diseñar los procedimientos de auditoría que sean apropiados en las circunstancias, pero no con el objetivo de expresar una opinión sobre la efectividad de los controles internos del Programa.



- Evaluamos la apropiada utilización de las políticas contables, y la razonabilidad de las estimaciones contables y así como de la exposición realizada por la Administración.
- Concluimos sobre el uso apropiado por parte de la Administración de la base contable de entidad en marcha, y basados en la evidencia de auditoría obtenida, evaluamos si existe una incertidumbre material relacionada a eventos o condiciones que puedan generar dudas significativas sobre la capacidad del Programa de continuar como una entidad en marcha. Si concluimos que existe una incertidumbre material, estamos obligados a manifestar en el dictamen de auditoría las revelaciones incluidas por el Programa sobre este tema en los estados financieros, o si tales revelaciones no son adecuadas, debemos informar dicho aspecto en nuestra opinión. Nuestras conclusiones se basan en la evidencia de auditoría obtenida a la fecha del dictamen del auditor. Sin embargo, eventos futuros u otras condiciones pueden causar que el Programa pueda perder la condición de continuar como entidad en marcha.
- Evaluamos la presentación general, estructura y contenido de los estados financieros, incluyendo las revelaciones y si los estados financieros representan las transacciones realizadas y eventos de tal forma que permita una presentación razonable.

Comunicamos a aquellos que se encuentran a cargo de Gobierno Corporativo del Programa, entre otros aspectos, el alcance del trabajo planificado, la oportunidad de la auditoría y los hallazgos de auditoría significativos, incluyendo cualquier deficiencia significativa de control interno que hayamos identificado durante la auditoría.


Sergio Fischer
Soció



PROGRAMA DE COOPERACIÓN TÉCNICA

ESTADO DE SITUACIÓN FINANCIERA
(Cifras expresadas en miles de dólares estadounidenses)

	Al 31 de diciembre de	
	2016	2015
Activo		
FONPLATA - Cuentas por cobrar - Nota 3	3.242	3.852
Total activo	3.242	3.852
Pasivo y saldo del programa		
Pasivo		
Cuentas por pagar - Nota 4	133	476
Total pasivo	133	476
Saldo del Programa - Nota 5	3.109	3.376
Total pasivo y saldo del programa	3.242	3.852

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO

Fernando L. Scelza Martínez
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO

Jacqueline Koehnke Ferrufino
JEFE DEL AREA CONTABLE

Gerardo Rita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS

PROGRAMA DE COOPERACIÓN TÉCNICA

ESTADO DE CAMBIOS EN EL SALDO DEL PROGRAMA
(Cifras expresadas en miles de dólares estadounidenses)

	Ejercicios terminados el 31 de diciembre de	
	2016	2015
Ingresos		
Rendimientos en inversiones	39	26
Total Ingresos	39	26
Financiamientos no reembolsables - Nota 6		
Cooperación IIRSA	(137)	(164)
Cooperación Argentina	-	(344)
Cooperación Bolivia	(9)	-
Cooperación Paraguay	(13)	(333)
Cooperación UCAR	(147)	(130)
Total financiamientos no reembolsables	(306)	(971)
Cambios en el saldo del programa	(267)	(945)

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO

Fernando L. Scelza Martínez
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO

Jacqueline Koehnke Ferrufino
JEFE DEL AREA CONTABLE

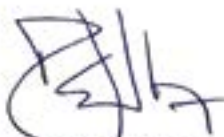
Gerardo Rita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS

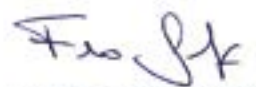
ESTADO DE EVOLUCIÓN DEL PATRIMONIO NETO



PROGRAMA DE COOPERACIÓN TÉCNICA
 Por los ejercicios terminados el 31 de diciembre de 2016 y 2015
 (Cifras expresadas en miles de dólares estadounidenses)

	Saldo del Programa	Cambios en saldo del Programa	Total
Saldo al 31 de diciembre de 2015	4.321	(945)	3.376
Cambios del Programa	-	(267)	(267)
Saldo al 31 de diciembre de 2016	<u>4.321</u>	<u>(1.212)</u>	<u>3.109</u>


 Juan E. Notaro Fraga
 PRESIDENTE EJECUTIVO


 Fernando L. Scelza Martínez
 PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO


 Jacqueline Koehnke Ferrufino
 JEFE DEL AREA CONTABLE


 Gerardo Hita Dussel
 GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS



PROGRAMA DE COOPERACIÓN TÉCNICA

NOTAS A LOS ESTADOS FINANCIEROS
EJERCICIOS FINALIZADOS EL 31 DE DICIEMBRE DE 2016 Y 2015
 (Cifras en miles de dólares estadounidenses)

NOTA 1 – ANTECEDENTES

FONPLATA es una persona jurídica internacional, de duración indefinida, que se rige por las disposiciones contenidas en su Convenio Constitutivo y en sus Reglamentos.

El objetivo de FONPLATA es financiar, dentro de los términos del Artículo I del Tratado de la Cuenca del Plata, la realización de estudios, proyectos, programas y obras tendientes a promover el desarrollo armónico y la integración física de la Cuenca del Plata, destinando a tales efectos sus recursos propios y los que gestione y obtenga de otras fuentes de financiamiento.

Entre las principales funciones de FONPLATA, están el otorgamiento de préstamos, fianzas y avales; la obtención de préstamos internos y externos con la responsabilidad solidaria de sus Países Miembros; el financiamiento de estudios de pre inversión, con el propósito de identificar oportunidades de inversión o proyectos de interés para la Cuenca; el financiamiento y contratación de asistencia y asesoramiento técnico; así como acometer todas aquellas funciones que sean propicias para el mejor cumplimiento de sus objetivos.

En el año 2014, la Asamblea de Gobernadores creó el Programa de Cooperación Técnica de FONPLATA (PCT). El PCT fue creado mediante la transferencia a este último de los recursos que eran mantenidos bajo el Fondo para el Desarrollo de Proyectos de Integración Regional (FONDEPRO).

El Objetivo del PCT es financiar, mediante el otorgamiento de fondos en donación o de recuperación contingente, cooperaciones técnicas para el mejoramiento de los conocimientos, fortalecimiento de las capacidades intelectuales, técnicas e institucionales de los prestatarios de FONPLATA, así como la promoción de la transferencia y la adaptación de tecnologías y conocimientos aplicados, y la realización de seminarios técnicos y eventos similares.

NOTA 2 – RESUMEN DE PRINCIPALES POLÍTICAS CONTABLES

Los Estados Financieros adjuntos han sido preparados de conformidad con las normas contables detalladas abajo, que son coincidentes en todos los aspectos significativos de valuación con las Normas Internacionales de Información Financiera o NIIF (IFRS por sus siglas en inglés), emitidas por el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés), con el dólar de los Estados Unidos de América como moneda funcional.

La preparación de los estados financieros requiere que la Presidencia Ejecutiva haga supuestos y estimaciones que afectan los montos presentados para los activos y pasivos, así como de ingresos y gastos, durante el ejercicio correspondiente. Los estimados más relevantes que afectan la preparación de los estados financieros del PCT se relacionan con el reconocimiento de ingresos y gastos por concepto de cooperación técnica. Las estimaciones y juicios son continuamente evaluados y están basados en normas legales vigentes y otros factores, incluyendo la expectativa de



PROGRAMA DE COOPERACIÓN TÉCNICA

eventos futuros, que son razonables bajo las actuales circunstancias. Los resultados reales podrían diferir de dichas estimaciones.

El efectivo y las inversiones del PCT son administradas por FONPLATA en forma independiente y están expuestas en los estados financieros adjuntos dentro del saldo de la cuenta FONPLATA – Cuenta por cobrar. Asimismo, el saldo al 31 de diciembre expuesto bajo esta cuenta, incluye, el saldo de banco, el monto de ingresos por inversiones atribuible al PCT en la proporción a los activos de inversión que son administrados por FONPLATA. Previa aprobación de la Presidencia Ejecutiva, el rendimiento de las inversiones atribuibles al PCT, es capitalizada como parte de la masa de activos líquidos invertibles.

Los gastos corresponden a los compromisos contraídos por el PCT en virtud del plan de trabajo establecido para cada cooperación técnica aprobada.

NOTA 3 – FONPLATA/CUENTAS POR COBRAR

El saldo reflejado en esta cuenta incluye el monto de los activos líquidos del PCT que es manejado directamente por FONPLATA, conjuntamente con sus inversiones, así como por la porción de ingresos sobre inversiones atribuible al PCT al cierre del ejercicio y otras cuentas por cobrar.

Detalle	31 de diciembre de	
	2016	2015
Bancos	204	309
Inversiones	3.039	3.500
Intereses por cobrar	20	16
Otras cuentas por pagar/cobrar	(21)	27
Total	3.242	3.852

NOTA 4 – CUENTAS POR PAGAR

Corresponde a los compromisos incurridos y pendientes de cancelación al cierre del ejercicio bajo los proyectos de cooperación técnica en ejecución, así como el saldo pendiente de ejecución de los Fondos financiados bajo el programa Unidad para el Cambio Rural (UCAR) que tiene como objetivo la preparación de proyectos y estudios de desarrollo agropecuario en la República Argentina.

Detalle	31 de diciembre de	
	2016	2015
OCT/BINAC/PAE-01/2008	-	122
OCT/BINAC/ARG-01/2008	-	105
OCT/IIRSA-08/2015	-	129
UCAR – Previsión	-	52
OCT/COSIPLAN IIRSA 9/2016	96	-
Fondos UCAR	37	68
Total	133	476



PROGRAMA DE COOPERACIÓN TÉCNICA

NOTA 5 – SALDO DEL PROGRAMA

El saldo del Programa a la fecha de cierre del ejercicio, es la siguiente:

Detalle	31 de diciembre de	
	2016	2015
Saldo inicial	3.376	4.321
Ingresos por inversiones	39	26
Gastos de cooperación técnica	(306)	(971)
Total	3.109	3.376

NOTA 6 – FINANCIAMIENTOS NO REEMBOLSABLES

La composición de los financiamientos no reembolsables para las gestiones 2016 y 2015 del Programa está conformado como se indica a continuación:

Detalle	31 de diciembre de	
	2016	2015
OCT-NR-IIRSA-8/2015	45	(200)
OCT-NR-IIRSA-4/2002	-	36
OCT/BINAC/ARG-1/2008	-	(344)
OCT/BINAC/PAE-1/2008	16	(305)
OCT-NR-PAE-07/2015	-	(28)
Cooperación UCAR	(147)	(130)
OCT/NR-BOL-12/2016	(9)	-
OCT/NR-PAE-10/2016	(13)	-
OCT/NR-COSIPLAN IIRSA-09/2016	(198)	-
Total	(306)	(971)

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO

Fernando L. Scliza Martínez
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO

Jacqueline Koehnke Ferrufino
JEFE DEL ÁREA CONTABLE

Gerardo Hita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS

**FONDO DE COMPENSACIÓN DE LA TASA OPERATIVA (FOCOM)
ADMINISTRADO POR FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE
LA CUENCA DEL PLATA (FONPLATA)**

Estados financieros al 31 de diciembre de 2016 y 2015

CONTENIDO

Dictamen del auditor independiente
Estado de situación financiera
Estado de cambios en el saldo del fondo
Estado de evolución del patrimonio neto
Notas a los estados financieros

US\$ = dólar estadounidense



DICTAMEN DEL AUDITOR INDEPENDIENTE

6 de marzo de 2017

Al Administrador del
Fondo de Compensación de la Tasa Operativa (FOCOM) administrado por
Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA)
Santa Cruz de la Sierra

Nuestra opinión

En nuestra opinión, los estados financieros de Fondo de Compensación de la Tasa Operativa (FOCOM) administrado por Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) que se adjuntan presentan razonablemente, en todo aspecto significativo, la situación financiera al 31 de diciembre de 2016, así como los cambios en el saldo del fondo y la evolución del patrimonio neto por el ejercicio terminado en dicha fecha, de acuerdo con las normas contables descritas en la Nota 2 a los estados financieros.

Información auditada

Los estados financieros de Fondo de Compensación de la Tasa Operativa (FOCOM) administrado por Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) se encuentran conformados por:

- El estado de situación financiera al 31 de diciembre de 2016.
- El estado de cambios en el saldo del fondo por el ejercicio terminado el 31 de diciembre de 2016.
- El estado de evolución del patrimonio neto por el ejercicio terminado el 31 de diciembre de 2016; y
- Las notas a los estados financieros, que incluyen un resumen de las políticas contables significativas.

Bases para nuestra opinión

Efectuamos nuestro examen de acuerdo con las Normas Internacionales de Auditoría. Nuestras responsabilidades de acuerdo con esas normas se encuentran descritas en la sección "Responsabilidades del auditor con relación a la auditoría de los estados financieros".

Consideramos que la evidencia de auditoría obtenida es suficiente y apropiada para proveer una base para nuestra opinión.

Independencia

Somos independientes de Fondo de Compensación de la Tasa Operativa (FOCOM) administrado por Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) de acuerdo con el Código de Ética para Profesionales en Contabilidad emitido por el Comité de Normas Internacionales de Ética. Hemos cumplido nuestras responsabilidades relacionadas con ética, de acuerdo con el código antes mencionado.

PricewaterhouseCoopers S.R.L. Santa Cruz – Bolivia Edif. Omnia Del Piso 1, Equipetrol Norte Calle Dr. Viador Pinto esquina calle I, T: (591-3) 3444311, F: (591-3) 3444322, www.pwc.com/bo



Aspecto de énfasis - Bases de contabilidad y restricción en la distribución y uso

Dirigimos la atención a lo descrito en la Nota 2 a los estados financieros, que incluye las bases contables utilizadas para la preparación de los estados financieros. Los estados financieros han sido preparados solamente para uso e información del Administrador del Fondo y de la Asamblea de Gobernadores y Ejecutivos del Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) y no deberá ser utilizado para otro propósito ni por ninguna otra parte. Nuestra opinión no se encuentra modificado con relación a este aspecto.

Responsabilidades de la Administración sobre los estados financieros

La Administración es responsable por la preparación y correcta presentación de los estados financieros de acuerdo con las normas contables descritas en la Nota 2 a los estados financieros, y por el control interno que la Administración determine necesario para permitir la preparación de los estados financieros, libres de errores materiales debido a fraude o error.

Al preparar los estados financieros, la Administración es responsable por la evaluación de la capacidad de Fondo de Compensación de la Tasa Operativa (FOCOM) administrado por Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) de continuar como una entidad en marcha, exponiendo, de ser aplicable, los problemas relacionados con una entidad en marcha y en utilizar la base contable de entidad en marcha a menos que la Administración intente liquidar el Fondo o cesar sus operaciones.

Las personas que están a cargo del Gobierno Corporativo del Fondo son los responsables de supervisar el proceso de reporte financiero del mismo.

Responsabilidades del auditor con relación a la auditoría de los estados financieros

Nuestros objetivos son obtener una seguridad razonable sobre si los estados financieros en su conjunto, se encuentran libres de errores materiales debido a fraude o error, y emitir un informe de auditoría que incluya nuestra opinión. Seguridad razonable es un nivel alto de seguridad, pero no es garantía de que una auditoría llevada a cabo de acuerdo con normas internacionales de auditoría siempre detectará un error material cuando exista. Los errores pueden surgir como consecuencia de un fraude o error, y son considerados materiales si, individualmente o en conjunto, se espera que de forma razonable influyan las decisiones económicas que los usuarios puedan tomar sobre la base de estos estados financieros.

Como parte de una auditoría realizada de acuerdo con normas internacionales de auditoría, nosotros ejercemos nuestro juicio profesional y mantenemos escepticismo profesional durante todo el proceso de auditoría. Asimismo:

- Identificamos y evaluamos los riesgos de error material de los estados financieros, debido a fraude o error, diseñamos y llevamos a cabo procedimientos de auditoría que respondan a esos riesgos, y obtenemos evidencia de auditoría que sea suficiente y apropiada para proveer una base para nuestra opinión. El riesgo de no detectar un error material por hechos de fraude es mayor al riesgo de no detectar un error, ya que el fraude puede involucrar colusión, falsificación, omisiones intencionales, malas presentaciones o la omisión de controles internos.
- Obtenemos un entendimiento de los controles internos relevantes para la auditoría con el objetivo de diseñar los procedimientos de auditoría que sean apropiados en las circunstancias, pero no con el objetivo de expresar una opinión sobre la efectividad de los controles internos del Fondo.



- Evaluamos la apropiada utilización de las políticas contables, y la razonabilidad de las estimaciones contables y así como de la exposición realizada por la Administración.
- Concluimos sobre el uso apropiado por parte de la Administración de la base contable de entidad en marcha, y basados en la evidencia de auditoría obtenida, evaluamos si existe una incertidumbre material relacionada a eventos o condiciones que puedan generar dudas significativas sobre la capacidad del Fondo de continuar como una entidad en marcha. Si concluimos que existe una incertidumbre material, estamos obligados a manifestar en el dictamen de auditoría las revelaciones incluidas por el Fondo sobre este tema en los estados financieros, o si tales revelaciones no son adecuadas, debemos informar dicho aspecto en nuestra opinión. Nuestras conclusiones se basan en la evidencia de auditoría obtenida a la fecha del dictamen del auditor. Sin embargo, eventos futuros u otras condiciones pueden causar que el Fondo pueda perder la condición de continuar como entidad en marcha.
- Evaluamos la presentación general, estructura y contenido de los estados financieros, incluyendo las revelaciones y si los estados financieros representan las transacciones realizadas y eventos de tal forma que permita una presentación razonable.

Comunicamos a aquellos que se encuentran a cargo de Gobierno Corporativo del Fondo, entre otros aspectos, el alcance del trabajo planificado, la oportunidad de la auditoría y los hallazgos de auditoría significativos, incluyendo cualquier deficiencia significativa de control interno que hayamos identificado durante la auditoría.


Sergio Fischer
Socio



FONDO DE COMPENSACIÓN DE LA TASA OPERATIVA (FOCOM)

ESTADO DE SITUACION FINANCIERA
(Cifras expresadas en miles de dólares estadounidenses)

	Al 31 de diciembre de	
	2016	2015
Activo		
FONPLATA – Cuentas por cobrar – Nota 3	5.574	5.573
Total activo	5.574	5.573
Pasivo y saldo del fondo		
Pasivo		
Financiamientos no reembolsables por desembolsar – Nota 4	66	10
Total pasivo	66	10
Saldo del fondo – Nota 5	5.508	5.563
Total pasivo y saldo del fondo	5.574	5.573

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO

Fernando L. Scelza Martinez
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO

Jacqueline Koehnke Ferrufino
JEFE DEL AREA CONTABLE

Gerardo Hita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS



FONDO DE COMPENSACIÓN DE LA TASA OPERATIVA (FOCOM)

ESTADO DE CAMBIOS EN EL SALDO DEL FONDO
(Cifras expresadas en miles de dólares estadounidenses)

	Ejercicios terminados el 31 de diciembre de	
	2016	2015
Ingresos		
Rendimientos en inversiones	67	44
Total ingresos	67	44
Gastos		
Financiamientos no reembolsables	(122)	(13)
Total gastos	(122)	(13)
Cambios en el saldo del Fondo	(55)	31

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO

Fernando L. Scelza Martinez
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO

Jacqueline Koehnke Ferrufino
JEFE DEL AREA CONTABLE

Gerardo Hita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS



FONDO DE COMPENSACIÓN DE LA TASA OPERATIVA (FOCOM)

ESTADO DE EVOLUCIÓN DEL PATRIMONIO NETO

Por los ejercicios terminados al 31 de diciembre de 2016 y 2015
(Cifras expresadas en miles de dólares estadounidenses)

	Saldo del Fondo	Cambios en el saldo del Fondo	Total
Saldo al 31 de diciembre de 2015	5.532	31	5.563
Cambios del Fondo	~	(55)	(55)
Saldo al 31 de diciembre de 2016	5.532	(24)	5.508

Juan E. Notario Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO

Fernando L. Scelza Martínez
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO

Esqueline Koehnke Ferrufino
JEFE DEL AREA CONTABLE

Gerardo Hita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS



FONDO DE COMPENSACIÓN DE LA TASA OPERATIVA (FOCOM)

NOTAS A LOS ESTADOS FINANCIEROS
EJERCICIOS FINALIZADOS EL 31 DE DICIEMBRE DE 2016 Y 2015
(Cifras en miles de dólares estadounidenses)

NOTA 1 – ANTECEDENTES

El Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA o el Fondo), fue creado mediante el Convenio Constitutivo suscrito por los gobiernos de la Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay y Uruguay, que entró en vigencia en fecha 14 de octubre de 1976.

FONPLATA es una persona jurídica internacional, de duración indefinida, que se rige por las disposiciones contenidas en su Convenio Constitutivo y en sus Reglamentos.

El objetivo de FONPLATA es financiar, dentro de los términos del Artículo I del Tratado de la Cuenca del Plata, la realización de estudios, proyectos, programas y obras tendientes a promover el desarrollo armónico y la integración física de la Cuenca del Plata, destinando a tales efectos sus recursos propios y los que gestione y obtenga de otras fuentes de financiamiento.

Entre las principales funciones de FONPLATA, están el otorgamiento de préstamos, fianzas y avales; la obtención de préstamos internos y externos con la responsabilidad solidaria de sus Países Miembros; el financiamiento de estudios de pre inversión, con el propósito de identificar oportunidades de inversión o proyectos de interés para la Cuenca; el financiamiento y contratación de asistencia y asesoramiento técnico; así como acometer todas aquellas funciones que sean propicias para el mejor cumplimiento de sus objetivos.

En el año 2014, la Asamblea de Gobernadores creó el Fondo Especial de Compensación de la Tasa Operativa (FOCOM). El FOCOM tiene como objetivo, el contribuir a reducir el costo financiero derivado de los préstamos contraídos por Bolivia, Paraguay y Uruguay con FONPLATA, mediante el pago de una porción de los mismos. El pago del beneficio conferido por el FOCOM es contingente y determinado en forma anual, por cuenta y orden de los prestatarios.

La principal fuente de fondos del FOCOM proviene de la asignación de resultados acumulados no asignados de FONPLATA. Al momento de su creación, la Asamblea de Gobernadores aprobó la transferencia de \$5.510 de las utilidades retenidas de FONPLATA. Esta asignación es prerrogativa de la Asamblea de Gobernadores al momento de la aprobación de los estados financieros del ejercicio inmediato anterior. Asimismo, el FOCOM recibe ingresos por la inversión de su fondo de balance, el cual es administrado por FONPLATA, conjuntamente con sus inversiones de acuerdo a las políticas y límites de tolerancia al riesgo que rigen la inversión de sus activos líquidos.

NOTA 2 – RESUMEN DE PRINCIPALES POLÍTICAS CONTABLES

Los Estados Financieros adjuntos han sido preparados de conformidad con las normas contables detalladas abajo que son coincidentes en todos sus aspectos significativos de valuación con las Normas Internacionales de Información Financiera o NIIF (IFRS por sus siglas en inglés), emitidas por el Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB, por sus siglas en inglés), con el dólar de los Estados Unidos de América como moneda funcional.



FONDO DE COMPENSACIÓN DE LA TASA OPERATIVA (FOCOM)

La preparación de los estados financieros requiere que la Presidencia Ejecutiva haga supuestos y estimaciones que afectan los montos presentados para los activos y pasivos, así como de ingresos y gastos, durante el ejercicio correspondiente. Los estimados más relevantes que afectan la preparación de los estados financieros del FOCOM se relacionan con el reconocimiento de ingresos y gastos por el pago semestral de una porción de los intereses a ser pagados por Bolivia, Paraguay y Uruguay en préstamos contraídos con FONPLATA. Las estimaciones y juicios son continuamente evaluados y están basados en normas legales vigentes y otros factores, incluyendo la expectativa de eventos futuros, que son razonables bajo las actuales circunstancias. Los resultados reales podrían diferir de dichas estimaciones.

Las inversiones del FOCOM son administradas por FONPLATA en forma independiente y expuesta en los estados financieros adjuntos dentro del saldo de la cuenta FONPLATA – Saldos por cobrar. Asimismo, el saldo al 31 de diciembre expuesto bajo esta cuenta, incluye el monto de ingresos por inversiones atribuible al FOCOM en la proporción a los activos de inversión que son administrados por FONPLATA. Previa aprobación de la Presidencia Ejecutiva, el rendimiento de las inversiones atribuibles al Fondo, es capitalizado como parte de la masa de activos líquidos invertibles.

Los gastos, corresponden a una porción de los intereses que semestralmente deben de ser pagados por los prestatarios de Bolivia, Paraguay y Uruguay, por los préstamos contraídos con FONPLATA. La cuantía de los intereses a ser pagados directamente por el FOCOM a FONPLATA es establecida con base a un porcentaje de la Tasa Operativa de Retorno, aprobada anualmente por la Asamblea de Gobernadores y su pago es contingente.

NOTA 3 – FONPLATA/CUENTAS POR COBRAR

El saldo reflejado en esta cuenta incluye el monto de los activos líquidos del Fondo que es manejado directamente por FONPLATA, conjuntamente con sus inversiones, así como por la porción de ingresos sobre inversiones atribuible al Fondo al cierre del ejercicio.

Detalle	31 de diciembre de	
	2016	2015
Banco	81	97
Inversiones	5,457	5,452
Ingresos por cobrar	36	24
Total	5,574	5,573

NOTA 4 – FINANCIAMIENTOS NO REMBOLSABLES POR DESEMBOLSAR

Corresponde, a la porción de los intereses sobre préstamos contraídos de FONPLATA por prestatarios de Bolivia y Uruguay a ser pagada directamente por el Fondo.

Detalle	31 de diciembre de	
	2016	2015
Bolivia	48	10
Uruguay	18	-
Total	66	10



FONDO DE COMPENSACIÓN DE LA TASA OPERATIVA (FOCOM)

NOTA 5 – SALDO DEL FONDO

El saldo del fondo a la fecha de cierre, es el siguiente:

Detalle	31 de diciembre de	
	2016	2015
Saldo del Fondo inicial	5,563	5,532
Rendimientos por inversiones	67	44
Financiamientos no reembolsables	(122)	(13)
Total	5,508	5,563

Juan E. Notario Fraga
PRESIDENTE EJECUTIVO

Fernando L. Scelza Martínez
PRESIDENTE DEL DIRECTORIO EJECUTIVO

Jaqueline Koehnke Ferrufino
JEFE DEL AREA CONTABLE

Gerardo Hita Dussel
GERENTE DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS



Anexo IV:

ATIVIDADES DE
RELACIONAMENTO E
RESPONSABILIDADE SOCIAL
CORPORATIVA EM 2016

Relacionamento com outras entidades supranacionais

O FONPLATA tem Acordos de Cooperação com as seguintes entidades: ALADI², BID³, CEPAL⁴, INTAL⁵, OPS/PANAFTOSA⁶, OEA⁷ e SELA⁸.

Conta com seis Convênios de Cooperação: ALIDE⁹, China Development Bank¹⁰, BCIE¹¹, CCI¹², BID¹³, CAF¹⁴, IICA¹⁵ e FIDA¹⁶.

Até hoje, foram assinados Memorandos de Entendimento com: BCIE¹⁷, BID¹⁸, BIRF¹⁹, OFID²⁰, PMA²¹ e UNIDO²².

Em 2016 assinou um novo Memorando de Cooperação com a CEPAL nas áreas “Infraestrutura, Transporte e Logística nos países-membros do FONPLATA” e um Acordo de Cooperação com a REDSUR para o desenvolvimento de pesquisa em campos de interesse comum.

Por outro lado, obteve a condição de observador junto ao Banco Mundial e fez gestões similares junto ao Sistema das Nações Unidas.

No caso do MERCOSUL²³, OEA²⁴, UNASUL²⁵ e CELAC²⁶, o FONPLATA foi credenciado para participar de suas diferentes Assembleias e Cúpulas.

2 Associação Latino-Americana de Integração (www.aladi.org)
3 Banco Interamericano de Desenvolvimento (www.iadb.org). Último acordo de cooperação assinado em 2012.
4 Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (www.cepal.org)
5 Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe, pertencente ao BID (<http://www.iadb.org/es/intal/inicio,19448.html>)
6 Organização Pan-Americana da Saúde (www.paho.org)
7 Organização dos Estados Americanos (www.oas.org)
8 Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (www.sela.org)
9 Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (www.alide.org.pe)
10 www.cdb-intl.com
11 Banco Centro-Americano de Integração Econômica (www.bcie.org). Primeiro convênio assinado em 1990.
12 Centro de Comércio Internacional das Nações Unidas (www.intracen.org)
13 Convênio assinado em 2006 para trabalhar conjuntamente na IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana).
14 CAF, Banco de Desenvolvimento da América Latina (www.caf.com)
15 Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (www.iica.int)
16 Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (www.ifad.org)
17 Memorando assinado em 2014. No âmbito deste memorando, o FONPLATA pôde trocar experiências com o BCIE para abordar o processo de classificação de risco de crédito.
18 Primeiro memorando com o BID assinado em 1980.
19 Banco Internacional de Reconstrução e Fomento (www.bancomundial.org/birf)
20 Fundo OPEP para o Desenvolvimento Internacional (www.ofid.org)
21 Programa Mundial de Alimentos (www.wfp.org)
22 Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (www.unido.org)
23 Mercado Comum do Sul.
24 Organização dos Estados Americanos.
25 União de Nações Sul-Americanas.
26 Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.



FONPLATA e Santa Cruz de la Sierra

Nossa instituição tem uma relação próxima com sua cidade-sede. Por isso, apoia atividades culturais e sociais que promovem a integração dos países-membros, bem como o bem-estar e o desenvolvimento dos habitantes da cidade em diferentes âmbitos. Durante 2016 ofereceu apoio financeiro e logístico às seguintes atividades:

- Festival de Música Barroca e Renascentista – Organizado por APAC
- Festival de Cinema – Organizado por FENAVID
- Fórum Econômico – Organizado por CAINCO

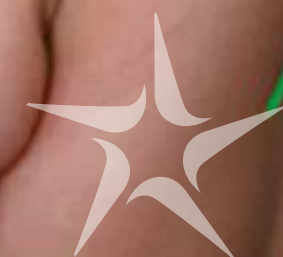
Comitê de Voluntariado e Responsabilidade Social

Em 2016, as atividades do Comitê de Voluntariado concentraram-se na área da saúde, com várias doações e ações de voluntariado, bem como com apoios concretos à melhoria dos cuidados de saúde na comunidade de Chaco Güembé.

Para isso, financiou-se a visita periódica de duas médicas, incluindo ajuda de custo, insumos e traslado para cuidar, fundamentalmente, de crianças e pessoas idosas; doou-se, ainda, um kit de primeiros socorros. Da mesma forma que em anos anteriores, todas as doações foram possíveis graças à solidariedade dos colaboradores e às contribuições do próprio organismo.

Devido à mudança de seus escritórios, foram vendidos ou reciclados móveis, equipamentos e insumos das instalações antigas. Como resultado, foram feitas doações em dinheiro, mobiliário ou equipamentos às seguintes instituições:

- Corpo de Bombeiros de Santa Cruz da Polícia Boliviana 119,
- Escola Integral de Voleibol de Warnes,
- Remar,
- Unidade de Análise de Políticas Sociais e Econômicas (UDAPE),
- Fundação Minha Casa,
- Fundação Renuevo, Associação de Damas Potosinas,
- Fundação Chaco Güembé,
- Fundação Luz de Mundo



**SEDE**

Tel.: (+591-3) 315 9400
Código Postal 2690
Avenida San Martín N°155, Equipetrol
edificio Ambassador Business Center, piso 3
Santa Cruz de la Sierra, Bolivia

ESCRITÓRIO DE MONITORAMENTO DE PROJETOS

Tel.: (+595-21) 453 320
Avenida Mariscal López N° 957
edificio Faro del Río, piso 1, torre "B"
Asunción, Paraguai

PAGINA WEB

www.fonplata.org

**CORREIO ELETRÔNICO**

contacto@fonplata.org

**FACEBOOK**

[fonplata](https://www.facebook.com/fonplata)

**TWITTER**

[@fonplata](https://twitter.com/fonplata)

**YOUTUBE**

[Fonplata](https://www.youtube.com/Fonplata)





FONPLATA

O desenvolvimento mais perto das pessoas

